

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUIZ MÁRIO FERREIRA COSTA

**Maçonaria e Antimaçonaria: Uma análise da “História secreta do Brasil” de
Gustavo Barroso**

Juiz de Fora
2009

UFJF	LUIZ MARIO FERREIRA COSTA * MAÇONARIA E ANTIMAÇONARIA	2009
------	---	-------------

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Luiz Mário Ferreira Costa

**Maçonaria e Antimaçonaria: Uma análise da “História secreta do Brasil” de
Gustavo Barroso**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora em História como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata

Juiz de Fora
2009

Costa, Luiz Mário Ferreira.

Maçonaria e antimaçonaria: uma análise da “História secreta do Brasil” de Gustavo Barroso / Luiz Mário Ferreira Costa. – 2009.
167 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História)—Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

1.Maçonaria - 1935-1938 - Brasil. 2. Sociedades secretas. I. Título.

CDU 366.1(81)

*Dedico este trabalho ao meu pai,
minha mãe e ao meu eterno amor Mellina.*

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Luiz Mário Ferreira Costa

**Maçonaria e Antimaçonaria: Uma análise da “História secreta do Brasil” de
Gustavo Barroso**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora em História como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Membro da banca

Instituição

Membro da banca

Instituição

Membro da banca

Instituição

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação foi um sonho, um desejo que hoje se transformou em realidade. Entretanto, sem o apoio incondicional de algumas pessoas este não teria sido um trabalho tão prazeroso como foi. Assim devo render os meus mais sinceros agradecimentos às pessoas que possibilitaram a existência deste trabalho final.

Por isso devo agradecer primeiro a Deus, o meu lar! Ao meu pai Luiz Carlos e à minha mãe Lucimar, que por obra do destino me deixaram aqui na Terra para passarem a me assistir mais de perto lá do céu.

Ao meu orientador e Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata, que sempre me estendeu a mão nas horas em que eu mais precisava. Incentivo este que começou ainda em 2005 quando tive a certeza de que certas pessoas aparecem em nossa vida não por acaso, mas por determinação divina. Sem sua paciência, generosidade e confiança esta dissertação não teria sido possível. Serei eternamente grato pela honestidade de minha orientação.

Estendo meus agradecimentos ao Prof. Dr. Marco Morel, que desde a minha qualificação se mostrou muito atencioso e gentil, suas sugestões e suas palavras guiam este trabalho do começo ao fim. Ao Prof. Dr. Robert Daibert, que iluminou vários pontos que antes pareciam nebulosos e obscuros em minhas análises. Ao Prof. Dr. Cássio Fernandes com quem tive a grata oportunidade de aprender realmente o que significa ser um historiador.

Agradeço também à minha noiva Mellina que durante todo este tempo esteve do meu lado, me incentivando e me fazendo entender o significado de palavras como amor e cumplicidade. O meu porto seguro na hora das tempestades, que não foram poucas, a minha amiga e amante. Igualmente sou grato ao casal Tomé e Marília que com carinho me acolheram em sua família.

Agradeço ao meu irmão Aureliano, ao meu pai Darli e as minhas mães Maria Helena e Iara, a quem devo tudo que sou hoje, o amor e a admiração que tenho por vocês foi o que realmente me fez vencer na vida!

Meus agradecimentos se estendem a Loja maçônica “Culto ao Dever”, em especial ao Sr. Rui Almeida e ao Dr. Brenildo, que com sabedoria e prontidão sempre me recebeu em sua casa, colocou a minha disposição o arquivo da Fundação Chico Boticário e me demonstrou amor pela história de nossa gente.

Aos meus amigos do coração, Felipe (Batata), Gilberto, João Marcelo, Jamir, Vitor, Aurélio, Pedro Vitor, Estevão, João Pinheiro, Felipe (Divaldo), Pedro Ivo, Francisco Borges,

Dr. Marcelo, Fernando, Chiquinho, Leonel, André Colombo, Brandão às minhas amigas Laura e Gisele e, a tantos outros que me ajudaram a deixar a vida mais descontraída e leve.

E finalmente eu não poderia deixar de agradecer ao Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora e à FAPEMIG, pela concessão de uma bolsa, ambos essenciais para tornar real o sonho desta dissertação.

Oxalá nossa alma se deixe conduzir pela santa ambição de superar a mediocridade e anele por coisas mais sublimes, envidando esforços para consegui-las, dado que, se, realmente, quisermos, haveremos de concretizar. Desdenhemos então as realidades materiais, tratemos, com indiferença, as coisas astrais e, enfim, alheios a tudo de mundano, sejamos transportados para a corte supraterebre, para a vizinhança da augustíssima deidade. Ali, como nos advertem os sagrados oráculos, os Serafins, os Querubins e os Tronos ocupam os postos mais altos, disputemos com eles a dignidade e a glória de que desfrutam, dispostos a não retroceder nem ocupar um lugar secundário. Se quisermos, não seremos em nada inferiores a eles.

MIRANDOLA, Giovanni Pico Della. *A Dignidade do Homem*. São Paulo: Editora Escala (Tradução) Luiz Ferracine. São Paulo, s/d. p.42

RESUMO

O objetivo geral da dissertação é analisar as narrativas antimaçônicas difundidas no Brasil, sobretudo, na primeira metade do século XX, com destaque para o livro *História Secreta do Brasil* escrito por Gustavo Barroso em 1937. A partir do estudo das diferentes feições assumidas pelas narrativas antimaçônicas desde o início do século XVIII, sobretudo na Europa, busca-se compreender os elos de continuidade e os novos elementos acrescentados pela obra de Gustavo Barroso, os quais dialogavam com o clima de radicalização política e de crescimento do autoritarismo que caracterizaram, particularmente, o Brasil da década de 1930. Não obstante, os discursos anti-semitas, antimaçônicos e anti-comunistas, proferidos pelo Chefe das Milícias Integralistas, transforma-se no eixo central de uma narrativa que busca explicações para as seqüências de acontecimentos, ditos secretos, que assolavam o país naquele contexto. Situação esta agravada pelos confrontos diretos entre a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira, principalmente entre os anos de 1935 a 1938.

Palavras-chave: Maçonaria. Antimaçonaria. Gustavo Barroso.

ABSTRACT

The general objective of this thesis is to analyze the narratives Anti-Masonry spread in Brazil, especially in the first half of the twentieth century, especially the book *Secret History of Brazil* written by Gustavo Barroso in 1937. From the study of different traits displayed by the Anti-Masons narratives from the early eighteenth century, especially in Europe, we seek to understand the links of continuity and new elements added by the work of Gustavo Barroso, who dialogued with the climate of political radicalization and growth of authoritarianism that characterized particularly Brazil from the 1930s. Nevertheless, the speeches anti-Semitic, Anti-Masons and anti-communists, delivered by the Chief of the Militia Integralists, becomes the central axis of a narrative that seeks explanations for the sequences of events, told the secret, which ravaged the country in that context. This situation is aggravated by clashes between the National Liberation Alliance and Brazilian Integralism, especially among the years 1935 to 1938.

Keywords: Freemasonry. Antimaçonaria. Gustavo Barroso.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES:

Fotografia 1: Gustavo Barroso aos 4 anos de idade, fardado de alferes-aluno.....	59
Fotografia 2: Barroso em 1923 com o fardão da Academia Brasileira de Letras.....	64
Fotografia 3: Fachada do Museu Histórico Nacional	69
Fotografia 4: Retrato de Gustavo Barroso	79
Fotografia 5: Gustavo Barroso (ao centro) em 1926, visita a Ouro Preto.....	81
Fotografia 6: Gustavo Barroso em 1936 com o uniforme do Integralismo.....	87
Fotografia 7: Gustavo Barroso quando discursava em Núcleo Integralista.....	95
Fotografia 8: Gustavo Barroso em típica saudação integralista.....	96
Fotografia 9: Gustavo Barroso ao lado de Plínio Salgado em Conclave Integralista	98
Fotografia 10: Integralistas em marcha, à frente Gustavo Barroso	100
Ilustração 11: Bandeira da Inconfidência Mineira 1789	108
Ilustração 12: Bandeira da “Revolução maçónica-socialista” dos Alfaiates	109
Ilustração 13: Ilustração do Baphomet	110
Ilustração 14: Capa do livro <i>Os Protocolos dos Sábios de Sião</i>	122
Ilustração 15: “Comunistas Assassinando à Traição”	141
Ilustração 16: Projeto de estátua para o imperador do Brasil, Rothschild I, em substituição ao monumento de D. Pedro I, no largo do Rocio, quando se proclamar a “Republica Soviética do Anti-Brasil”	144
Ilustração 17: “A Panela do Diabo”	149

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB – Ação Integralista Brasileira

ANL – Aliança Nacional Libertadora

ASA – Associação Scholem Aleichem

BIBSA – Biblioteca Israelita Scholem Aleichem

BOC – Bloco Operário e Camponês

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

GOB – Grande Oriente do Brasil

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

PCB – Partido Comunista Brasileiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ARQUEOLOGIA DAS NARRATIVAS ANTIMAÇÔNICAS	18
2.1 Origens da Maçonaria	18
2.2 Maçonaria e Igreja Católica: acusações, condenações e conflitos	28
2.3 A narrativa antimaçônica na virada do século XVIII para o XIX: o “complô revolucionário”	36
2.4 A “Questão Religiosa” (1872 -1875) e seus reflexos no discurso antimaçônico.....	43
3 GUSTAVO BARROSO ENTRE “O CULTO DA SAUDADE” E O “CONCEITO DA HISTÓRIA”	55
3.1 Gustavo Barroso: o jornalista, o escritor e o Imortal	57
3.2 O “grande” diretor do Museu Histórico Nacional	66
3.3 O patrimônio histórico como meio de educação e formação	80
3.4 O Chefe Nacional das Milícias Integralistas	87
4 OS PROTOCOLOS SECRETOS DA HISTÓRIA DO BRASIL	102
4.1 Segredos e Revelações da “História secreta do Brasil”	103
4.2 A entrada em cena da Maçonaria	115
4.3 Ecos do anti-semitismo e o discurso integralista de Barroso	125
4.4 “Traição e covardia”: as marcas da “Intentona Comunista de 1935”	134
4.5 O nacionalismo de Barroso contra a “Bucha” maçônica	143
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS	154
ANEXOS	165

1 INTRODUÇÃO

O objetivo geral da dissertação é analisar as narrativas antimaçônicas difundidas no Brasil, particularmente, na primeira metade do século XX, com destaque para a *História Secreta do Brasil* (1937) escrita por Gustavo Barroso (1888 – 1959) e considerada por muitos como a obra de maior notabilidade neste sentido.

Seguindo a perspectiva aberta por Raoul Girardet, podemos afirmar que nossa análise não se restringirá somente ao exame do pensamento organizado e racionalmente construído. Ao contrário, nosso esforço deverá ser visto como tentativa de explorar as categorias míticas que também compõem o imaginário político. Deste modo, buscaremos identificar efervescências mitológicas acompanhadas de perturbações políticas que apareceram no Brasil na primeira metade do século XX.¹

Naquilo que se refere à difusão do tema, é importante ressaltar que por décadas produziu-se uma vasta literatura marcada pelos “abusos” tanto por parte dos maçons quanto do lado dos antimaçons, passando da exaltação exagerada até às acusações mais descabidas. O resultado foi que muitos historiadores acadêmicos acabaram por concluir que toda a temática parecia infame evitando um contato mais íntimo com este objeto.

Entretanto, apesar de ainda pouco conhecida e estudada, é possível perceber que a partir dos anos 1980 a história da Maçonaria tem chamado mais a atenção tanto de historiadores nacionais quanto internacionais. Este novo fôlego deve-se, sobretudo, à renovação da história política, que passou a se preocupar com questões como: sociabilidades, linguagens e conceitos políticos, imaginários, culturas políticas, dentre outros. Em grande medida, o estudo do fenômeno maçônico foi oxigenado com a incorporação de contribuições da sociologia, da antropologia, da literatura e da ciência política o que despertou novamente o interesse dos historiadores. O melhor exemplo foi a incorporação da noção de sociabilidade, revigorada desde 1966 em *Pénitents et francs-maçons de l'ancienne Provence: essai sur la sociabilité méridionale* de Maurice Agulhon, que transformou o conceito de sociabilidade em uma categoria operacional e fecunda no estudo do fenômeno maçônico.²

Deste modo, passou-se a preconizar a Maçonaria como um espaço de articulação política, mas também como “escola de formação e práticas políticas”, para usar a expressão de Margaret Jacob, na qual as regras do constitucionalismo inglês foram aprendidas,

¹ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 49.

² AGULHON, Maurice. *Pénitents et francs-maçons de l'ancienne Provence: essai sur la sociabilité méridionale*. 3.ed. Paris: Fayard, 1984. p. 357 – 367.

divulgadas e vivenciadas.³ Alguns historiadores seguiram por este caminho e diversificaram ainda mais as possibilidades de olhares sobre a Maçonaria.

No que se refere à historiografia brasileira, os trabalhos de Célia M. Marinho de Azevedo, Eliane Moura Silva, Eliane Lúcia Colussi, Marco Morel, Luiz Eugênio Vêscio, Alexandre Mansur Barata, Françoise Jean de Oliveira Souza, dentre outros, são exemplos importantes desse esforço de renovação da compreensão da história da Maçonaria no Brasil.⁴ Recentemente, Marco Morel e Françoise Jean de Oliveira Souza produziram um importante estudo sobre a atuação da Maçonaria nos principais momentos históricos nacionais, intitulado de *O Poder da Maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Questões como a participação na Independência, as divergências e cisões internas, a luta contra a Igreja Católica, a participação ativa na primeira República e a atuação da Maçonaria na política contemporânea, são alguns pontos analisados nesta obra.⁵

Não obstante, a ampliação da investigação historiográfica acerca da Maçonaria possibilitou ao historiador reconhecer que em paralelo à história da Ordem maçônica, corre também uma história das narrativas antimaçônicas. Para Girardet, estas narrativas surgiram da associação feita entre a Maçonaria e a idéia de “Conspiração”, uma característica peculiar das sociedades que vivenciam ou vivenciaram momentos conturbados de crise e de grande tensão social. Assim, a temática do complô e a função táctica que lhe foi atribuída receberão um destaque importante nesta dissertação, uma vez que entendemos, por exemplo, que do terror jacobino ao terror stalinista, a acusação de “conspiração” não cessou de ser utilizada pelo poder estabelecido para livrar-se de seus suspeitos ou de seus opositores e com isso legitimar os expurgos e as exclusões, bem como para camuflar suas próprias falhas e seus próprios

³ JACOB, Margaret C. *Living the Enlightenment: Freemasonry and Politics in Eighteenth-Century Europe*. New York: Oxford University Press, 1991.

⁴ Ver: AZEVEDO, Célia M. M. de. Maçonaria: história e historiografia. São Paulo. *Revista USP*, n.32, 1996-97, p. 178-189; SILVA, Eliane Moura. *Maçonaria, anticlericalismo e livre pensamento no Brasil (1901-1909)*. Comunicação apresentada no XIX Simpósio Nacional de História – ANPUH. Belo Horizonte, 1997; COLUSSI, Eliane Lúcia. *A Maçonaria Gaúcha no Século XIX*. 2. ed. Passo Fundo: Editora UPF. 2000; MOREL, Marco. Sociabilidades entre Luzes e Sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 28, ano 2001/2; VÊSCIO, Luiz Eugênio. *O crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1928)*. Santa Maria: EDUFMS, Porto Alegre: EDUFRGS, 2001; BARATA, Alexandre M. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada & Independência do Brasil (1790 – 1822)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF; São Paulo: Annablume, 2006; MOREL, Marco & SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da Maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

⁵ MOREL, Marco & SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. (op.cit)

fracassos. Numa realidade co-produzida “a lógica da manipulação se vê substituindo a imprevisibilidade da história.”⁶

Quanto à construção do mito da conspiração, o autor destaca três tipos diferentes de narrativas onde a idéia do complô se faz presente. A primeira forma refere-se ao “complô judaico”, identificado pela “profecia do velho rabino diante de seus companheiros”. A profecia tratava de um plano metódico de conquista do mundo, realizado pelo povo de Israel contra o resto da humanidade.⁷ Na segunda teoria conspiratória, eram os jesuítas que planejavam dominar o mundo. Assim, como analisou Girardet, o princípio essencial sobre o qual repousava o temível poder da Companhia de Jesus era “a traição no lar, a mulher espiã do marido, a criança, da mãe...”⁸ Entretanto para esta pesquisa torna-se mais importante tomar como referência a terceira narrativa denominada por Girardet como mito da “conspiração maçônica”, cujo exemplo maior foi o abade francês Augustin de Barruel.⁹

Segundo José Antônio Ferrer Benimeli, o surgimento desta história antimaçônica deve-se ao fato da Maçonaria ser um “fenômeno sócio-político” atuante, em maior ou menor grau, durante os três últimos séculos da história ocidental.¹⁰ Muito próximo da perspectiva defendida por Benimeli está Georges Cottier, para quem a gestação de um discurso que agregava à imagem da Maçonaria, elementos pejorativos e degenerativos, deve ser buscada em documentos pontifícios setecentistas. Para Cottier, a relação entre a Maçonaria latina e a Igreja Católica quase sempre foi marcada pelas diferenças e incompatibilidades. Além disso, foi uma literatura, mais ou menos tendenciosa, que contribuiu para fomentar uma imagem distorcida da Maçonaria, uma vez que muito se escreveu sobre o tema e na maioria das vezes os autores buscavam evidenciar seus posicionamentos, sejam eles contra ou a favor.¹¹

No entanto, foi com a publicação de *Mémoire pour servir à l'histoire du Jacobinisme* (“Memória para servir a história do jacobinismo”) em 1797 de autoria do Abade Barruel, que teríamos a consolidação desta narrativa antimaçônica. Grosso modo, as “memórias”

⁶ GIRARDET, Raoul. (op.cit), p. 33.

⁷ Idem, p. 35.

⁸ Idem, p. 37.

⁹ GIRARDET, Raoul (op.cit) p.32

¹⁰ BENIMELI, J. A. Ferrer. La franc-maçonnerie face aux dictatures : L' obsession antimaçonnique des totalitarismes. In: MARX Jacques (org), *Maçonnerie Maçonneries. Conférences de la Chaire Théodore Verhaegen 1983-1989*. Bruxelles: Editions de l' Université de Bruxelles, [1983-1989]. p.11.

¹¹ COTTIER, Georges. Regards catholiques sur la maçonaria: l' histoire de difficiles rapports. In: MARX Jacques (org). *Maçonnerie Maçonneries. Conférences de la Chaire Théodore Verhaegen 1983-1989*. Bruxelles: Editions de l' Université de Bruxelles, [1983-1989]. p. 27.

CONFERÊNCIA,LeoTaxil.Online.Disponívelemhttp://www.guatimozin.org.br/artigos/taxil_confer.htm Acessado em 05 de Janeiro de 2009.

defendiam que os acontecimentos revolucionários de 1789 resultaram numa longa conspiração tramada desde a época dos *Templários*. Com efeito, em fins do século XVIII, nasceria em solo europeu o embrião de um discurso antimaçônico fundado na idéia de uma “conspiração jacobina”. Aos poucos a narrativa antimaçônica ganharia novas formas e sentidos com textos e imagens produzidos a partir da década de 1790, cujo principal objetivo era tentar explicar as causas daquela que foi a maior de todas as revoluções.

No século XIX, mesmo correndo o risco da generalização, podemos verificar que, principalmente, nos países latinos, a narrativa antimaçônica já possuía um corpo bem definido. A expressão “revolucionária” quase sempre acompanhava a denominação da Ordem. As Lojas passaram a ser identificadas como centros de subversão. A publicação de *Os Mistérios da francmaçonaria revelados* em 1885, de autoria do ex-maçom Gabriel Jogana-Pagès, conhecido como Leo Taxil, pode ser ilustrativo para nos mostrar a forma específica deste discurso. Nestes textos, Leo Taxil associava os símbolos maçônicos às bestas demoníacas. Segundo o autor, os maçons eram personificações do demônio com planos para a dominação do mundo.¹²

Esta nova idéia adquiria força, pois tornava-se cada vez mais evidente no senso comum, especialmente, nos Estados católicos, que aqueles antigos “homens conspiradores” eram na verdade “demônios conspiradores”. A situação ficaria mais delicada na medida em que crescia o número de bulas e textos pontifícios, o que terminou por esculpir a narrativa antimaçônica do século XIX. Como exemplo dessa propaganda, podemos citar a Constituição Apostólica *Ecclesiam a Iesu Christo*, de 1821, publicada pelo papa Pio VII (1800 – 1823) e a Constituição *Quo graviora*, de 1825 do papa Leão XII (1823 – 1829). Além disso, de Pio IX (1846 – 1878) a Leão XIII (1878 – 1903) encontramos nada menos do que 350 intervenções pontifícias contra a Maçonaria.¹³

No início do século XX, países como Portugal e Espanha foram marcados por reações de forças conservadoras, que responsabilizavam, sobretudo, os maçons e os judeus pela destruição do mundo tradicional e pela criação da modernidade. Gradativamente, o discurso antimaçônico assumia uma nova feição: a associação entre Maçonaria e o “complô judaico”. Na Espanha, por exemplo, o complô judaico-maçônico foi somado por novas condições pejorativas como “comunista ou marxista”. Isso tornou-se evidente através do famoso slogan, “judeu-maçônico-comunista”, o que marcou fortemente o imaginário coletivo.¹⁴

¹²

¹³ FERRER BENIMELI, J. A., CAPRILE, G. & ALBERTON, V. *Maçonaria e Igreja católica. Ontem, Hoje e Amanhã*. São Paulo: Paulus, 1983. p.33

¹⁴ FERRER BENIMELI, J. A. (op.cit), p.22.

No Brasil, essa associação também pôde ser percebida e encontrou em Gustavo Barroso um de seus principais divulgadores. Para o escritor maçom Nicola Aslan, Gustavo Barroso representou um exemplo da importância negativa da narrativa antimaçônica nacional. Aslan sugere também que o sistema de calúnias, inaugurado pelo jesuíta Barruel, foi empregado por Gustavo Barroso quando escreveu sua *História secreta do Brasil*.¹⁵

Deste modo, seguindo a pista de Aslan, tentaremos recuperar a história da narrativa antimaçônica brasileira buscando identificar os elos entre uma matriz do pensamento católico conservador, de fins do século XVIII, e uma parte da elite intelectual brasileira da década de 1930. Para darmos conta do objetivo geral, optamos por trabalhar levando-se em conta duas dimensões. A primeira, construída na “longa duração”, buscará analisar as diferentes feições assumidas pelas narrativas antimaçônicas, a partir do início do século XVIII, com a publicação das primeiras condenações à Maçonaria, tanto pelo poder papal quanto por governos seculares. A segunda preocupa-se em analisar a conjuntura de produção, edição e circulação do livro *História Secreta do Brasil*, procurando perceber as continuidades em relação a uma tradicional narrativa antimaçônica, mas também perceber os novos elementos acrescentados que dialogavam com o clima de radicalização política e de crescimento do autoritarismo que caracterizou, particularmente, o Brasil da década de 1930.

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo tem por objetivo realizar um breve estudo histórico das narrativas antimaçônicas. De início serão analisados os aspectos que dizem respeito às origens da Ordem Maçônica, já que o tema pode ser enfocado de muitas distintas maneiras, mas, em todas elas é necessário conhecer antes sua história. Em seguida, reforçaremos a idéia de que a Igreja Católica foi o principal agente difusor do antimaçonismo, tendo em vista as inúmeras condenações e reprovações que determinaram a maneira como a Maçonaria foi recebida, sobretudo em Portugal e no Brasil. Na segunda metade do capítulo, discutiremos os fatos que contribuíram no desenrolar da narrativa antimaçônica, responsáveis por atribuir à Maçonaria, dentre outras coisas, a culpabilidade e execução da Revolução Francesa. A imprensa foi um dos palcos deste confronto no Brasil. A tradução de obras que difundiam o antimaçonismo representava o clima hostil aos Pedreiros Livres, vistos como grupos heterodoxos que ameaçavam a ordem civil e eclesiástica.

No segundo capítulo, analisaremos a produção intelectual de Gustavo Barroso. Partiremos do pressuposto que o conhecimento do perfil deste autor pode ajudar-nos a vislumbrar os objetivos implícitos e explícitos de seu discurso antimaçônico. Assim, para

¹⁵ ASLAN, Nicola. *História geral da maçonaria (fatos da maçonaria brasileira)*. Rio de Janeiro: Aurora, 1979. p. 79.

compreendermos as idéias e de que forma Gustavo Barroso entendia o “poder da escrita” é preciso, antes, conhecer um pouco desta personalidade contraditória, que por um lado demonstrava sensibilidade ao organizar um museu e traduzir textos do precursor do romantismo alemão Goethe e, por outro, expressava todo o seu fanatismo como Chefe das Milícias integralistas.

No terceiro capítulo, demonstraremos como o anti-semitismo e o anticomunismo contribuíram com recursos imagéticos no fomento de uma “nova” narrativa antimaçônica, inaugurando, deste modo, no cenário político brasileiro, o mito da “conspiração judaico-maçônica-comunista”. Para isso analisaremos a princípio o alcance da ideologia anti-semita. Sua forma tradicional e seus aspectos modernos serão destacados na medida em que percebemos que o ódio aos judeus se transformou num dos principais recursos das ações propagandísticas do autor. Além disso, aprofundaremos o estudo acerca das diferentes apropriações do discurso anticomunista no Brasil, tendo como foco as manifestações de repúdio da Igreja Católica expressas fundamentalmente no discurso político-partidário de Barroso. Por fim, trataremos de especificar os contextos de produção e circulação do livro *História Secreta do Brasil* e sua correlação com o *best-seller* anti-semita, *Os Protocolos dos Sábios de Sião*.

2 ARQUEOLOGIA DAS NARRATIVAS ANTIMAÇÔNICAS

*Sou por caráter inimigo de seitas, porque como seitas não podem contribuir para o bem da sociedade. Combati os Sebastianistas; porque me pareceu uma seita de mentecaptos, cujas fantásticas esperanças levavam a Nação à indolência no meio da violenta, e bárbara opressão, e usurpação Francesa. Este foi o meu fim, julguei hum serviço feito à Nação, e como tal o reputavam, e ainda hoje consideram algumas pessoas sensatas, honradas, e amigas do decoro, e bom nome dos Portugueses. Combati a Maçonaria, porque a considerei como oculta, e misteriosa, e contra a qual clamavam tantos livros, tantos fatos, e tantas leis.*¹⁶

2.1 Origens da Maçonaria

Os historiadores, de uma maneira geral, confessam as dificuldades praticamente insuperáveis de desvendar as verdadeiras origens históricas da Maçonaria, principalmente, porque elementos lendários se fundem com fatos mais confiáveis. Todavia, como sugeriu Alexandre Mansur Barata, o primeiro exercício, no sentido de uma melhor compreensão da procedência da Ordem, é adotar um novo olhar para a vasta literatura produzida, em sua maioria, pelos próprios maçons desde o início do século XVIII. Para legitimar sua atuação, os maçons buscavam em “tempos imemoriais” as origens da instituição, o que era reforçado pela ritualística e simbolismo utilizados em suas reuniões. Desta forma, os maçons do século XVIII se auto-retratavam como herdeiros diretos dos egípcios antigos, dos essênios, dos druidas, de Zoroastro, de Salomão, das tradições herméticas, da Cabala, dos Templários, etc.¹⁷

Um exemplo dessa atitude pode ser encontrado nas *Cartas sobre a Framaçõnaria* publicadas no início do século XIX e cuja autoria é atribuída ao jornalista e maçom Hipólito José da Costa. Nestas *Cartas...* ele demonstrava a existência de pelo menos quatro versões bem conhecidas sobre as origens maçônicas: 1º - No Reinado de Carlos I na Inglaterra (1640), Cromwell foi um dos principais fundadores; 2º - No Reinado de Felipe, o Belo na França (1300), atribuindo esta instituição aos Templários; 3º - No Reinado de Salomão (1000 anos AC), Salomão teria sido um reformador da Maçonaria; 4º - No Reinado dos primeiros faraós do Egito, as formalidades, a etiqueta que os maçons usavam nos diferentes graus e iniciações

¹⁶ MACEDO, José Agostinho de. *Manifesto à Nação ou últimas palavras impressas*. Lisboa: Typogr. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1822.

¹⁷ BARATA, Alexandre M. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada & Independência (1790 – 1822)*. Juiz de Fora: Ed.UFJF; São Paulo: Annablume, 2006. p. 23.

são semelhantes aos usados pelos egípcios.¹⁸ Nas palavras de Hipólito da Costa a busca por um passado antiqüíssimo não era uma característica excepcional da Maçonaria:

*Mas custa-me, ainda assim, a assentir a esta opinião; porque observo ser uma mania geral, em todos os homens, procurar a si, e às suas coisas, antiguidade de origem: todas as nações, por exemplo, procuram mostrar, que a sua origem é mui antiga; os nobres, que os seus avoengos se contam em muitas gerações conhecidas; e o genealógico, que descobrir mais um avô a um nobre, está certo de ser recompensado: e quem me diz a mim que os Framaçons, que naturalmente são infectados deste contágio geral de desejo de antiguidade de origem, não foram buscar os exórdios de sua Sociedade ao Egito, para se mostrarem no comum pensar, mais honrados e nobres.*¹⁹

Em seu livro *As origens da Maçonaria: O século da Escócia (1590 – 1710)*, o historiador David Stevenson lançou-se ao desafio de reconstituir a estirpe maçônica. Para isso estabeleceu, inicialmente, uma distinção entre a fase medieval e a fase moderna da Ordem. A primeira fase, também ficou conhecida como *operativa*, já que neste período a função da Loja estava diretamente vinculada ao ofício do pedreiro. A segunda foi denominada de *especulativa*, uma vez que a corporação passou a aceitar membros que não estavam ligados à arte da construção, como filósofos, políticos, alquimistas, dentre outros.²⁰

Na *operativa*, a palavra maçom ou *mason* era utilizada no sentido de pedreiro, um profissional ligado à arte da construção. O termo indicava um artesão hábil para trabalhar com pedra de cantaria, um indivíduo plenamente qualificado, diferente dos assentadores de pedra comum. Além disso, a palavra Maçonaria – em sua forma inglesa *freemasonry* – não possuía significado misterioso.²¹ Entretanto, pelo menos em um sentido, pode-se dizer que a arte do pedreiro era incomum mesmo na Idade Média. Pois enquanto o modo de vida da maioria dos artesões era fixa, produzindo bens para venda local ou por meio de intermediários em mercados distantes, o ofício dos construtores exigia mudanças de um emprego para outro.

¹⁸ MENDONÇA, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de. *Cartas sobre a Framaçonomia*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de Seignot-Plancher e Ca., 1833. p. 19.

¹⁹ Idem, p.19.

²⁰ A obra de David Stevenson será nossa principal referência nesta parte inicial do capítulo. Ver: STEVENSON, David. *As Origens da Maçonaria: o século da Escócia, 1590 – 1710*. Trad. Marcos Malvezzi Leal. São Paulo: Madras, 2005.

²¹ Idem, p. 26.

Comparada com a vida regular e estática da maioria dos artesãos, a do pedreiro ou maçom costumava ser móvel e imprevisível.²²

Foi, exatamente, devido à especificidade do ofício do “mação”, em termos de organização e relações profissionais, que surgiu a distinção com os outros artesãos. A fraternidade maçônica representava, nas palavras de Stevenson, “uma espécie de família artificial”, unidos não por sangue, mas por interesses comuns reforçados por meio de juramentos e rituais. Nessa época *operativa*, a Maçonaria mantinha uma relação estreita com a Igreja Católica, a corporação maçônica era uma espécie de “confraternidade ou irmandade religiosa”. Geralmente, empregava-se um padre e festejava dentro das igrejas locais os santos padroeiros das artes, com a celebração de missas especiais e procissões. Naquele contexto, as autoridades procuravam controlar e regulamentar a arte e o ofício dos artesãos através das guildas,²³ a afiliação era um privilégio guardado com ciúme pelos maçons.²⁴

Em seu sentido original, a Loja de um maçom significava simplesmente uma construção temporária onde se realizava alguma obra importante. Talvez fosse uma estrutura montada contra a parede de um edifício já existente ou em construção ou um barracão separado, onde os pedreiros podiam esculpir e moldar a pedra longe do sol ou da chuva. Entretanto, as Lojas se desenvolveram e passaram a ser um local onde os maçons comiam, descansavam e até dormiam, quando estavam em outra cidade e não podiam voltar para a casa todas as noites. Com o passar do tempo, a Loja se tornou o centro da convivência temporária dos maçons. Referências às Lojas nesse sentido podem ser encontradas na Inglaterra e na Escócia no final da Idade Média. Na fase *operativa*, igualmente aos outros ofícios medievais, a Maçonaria também possuía seus documentos históricos, onde neles enfatiza-se a antiguidade, a importância religiosa e a moral de seu trabalho.²⁵

Pelo menos em um sentido os maçons escoceses eram peculiares, no século XV, pois a história mítica de seu ofício, contida nos *Antigos Deveres*, era extraordinariamente elaborada. Esse legado daria uma significativa contribuição para a Maçonaria, por sua ênfase na moralidade, sua identificação da arte do pedreiro com a Geometria, e a importância que dava ao Templo de Salomão e ao antigo Egito no desenvolvimento do ofício do pedreiro. Nessa época, aspectos da Renascença foram inseridos às lendas medievais, junto a uma

²² Idem, p. 31.

²³ A palavra guilda, representava uma associação de auxílio mútuo constituída na Idade Média entre as corporações de operários, artesãos, negociantes ou artistas de caráter local. Ver: STEVENSON, David. (op. cit.), p.32.

²⁴

²⁵ Nas referências de Stevenson uma das primeiras Lojas de que se tem informação remonta ao ano de 1485. Ver: STEVENSON, David. (op.cit), p. 33.

estrutura institucional baseada em Lojas, além de rituais e procedimentos secretos para reconhecimento, conhecidos como a *Palavra do Maçom*.²⁶

A fase *especulativa* ou moderna da Maçonaria, apesar de melhor conhecida, é também repleta de indefinições e contradições entre os historiadores. Conforme sugeriu o pesquisador português Oliveira Marques durante muito tempo os historiadores acreditaram que a Maçonaria *especulativa* derivava diretamente, por evolução, das antigas Lojas de pedreiros de origem medieval. Entretanto, atualmente esta tese foi superada por hipóteses muito mais elaboradas, como a de que a Maçonaria moderna disfarçou-se na “aparência de uma corporação”, com o intuito de encobrir atividades e idéias que na época não poderiam ser assumidas abertamente. Ou que a origem da Maçonaria atual remontasse às associações de socorros mútuos, mais ou menos laicas, derivadas do convívio interprofissional conseguido em tabernas, botequins e outros locais onde pudessem desenvolver-se novas formas de socialização.²⁷

Para D. João Evangelista Martins Terra, por exemplo, foram os partidários dos Stuarts destronados e refugiados na Escócia – na guerra contra a Casa de Hanover – que criaram a Maçonaria. Para ele a organização maçônica foi copiada e introduzida nos regimentos militares para transformá-los em facções políticas. Imitando essas Lojas militares, surgiram as Lojas civis. Esta seria a origem da Maçonaria escocesa, que se espalhou pela França juntamente com os stuardistas refugiados, cujos fins, eram apenas imediatos, não possuindo organização central e muito menos declaração de princípios. Mesmo a restauração dos Stuarts tendo se mostrado impraticável, essas Lojas conseguiram perpetuar-se conservando uma vinculação geral com ideais maçônicos comuns.²⁸

Existe, porém, uma forte corrente, dentro e fora da Maçonaria que rejeita completamente a hipótese das Lojas stuardistas e considera, apenas, o movimento iniciado na Inglaterra em 1717, quando as quatro Lojas de Londres se uniram para formar a *Grande Loja da Inglaterra*, como marco fundador da fase especulativa. O pioneirismo inglês é bem difundido, principalmente porque em 1723, o clérigo presbiteriano James Anderson publicou nas Lojas de Londres a “Carta Magna” dos maçons: *The Constitutions of the Free-Masons. Containing the History, Charges, Regulations, & c. of the most Ancient and Right Worshipful FRATERNITY*.²⁹ Também conhecido como as “Constituições de Anderson”, este

²⁶ Idem, p. 22.

²⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira. *História da Maçonaria em Portugal. Das Origens ao Triunfo*. vol. 1. Lisboa. Editorial Presença, 1989. p. 17.

²⁸ TERRA, João Evangelista Martins. *Maçonaria: Communio* 62. Lisboa: s.n, 1993. p. 135.

²⁹ SUPREMO conselho do grau 33 para a Republica Federativa do Brasil: Rito Escocês antigo e aceito. Belo Horizonte. Jan de 2006. p. 6.

documento pode ser dividido em três partes: a *História da Ordem* dos maçons, isto é, da fraternidade dos primitivos construtores – ditos maçons *operativos*; as *Obrigações dos Franco-Maçons*; e o *Apêndice*, uma pequena coletânea de hinos maçônicos a serem entoados pelos irmãos nas suas Lojas.³⁰ Em concordância com esta origem inglesa, o historiador André Combes, demonstrou que Anthony Sayer foi o primeiro grão-mestre eleito e que no ano seguinte, George Payne assumiu o grão-mestrado, sendo sucedido, em 1719, pelo Reverendo John T. Desaguliers. Em seguida, a Maçonaria se tornaria aristocrática e o grão-mestrado passaria a ser exercido por membros da nobreza como o Duque de Montagu (1721) e o Duque de Wharton (1722).³¹ Embora esse episódio tenha sido supervalorizado, sobretudo pela historiografia inglesa, naquele dia 24 de junho de 1717, dia de São João Batista, é importante ressaltar que a grande novidade foi a criação de um organismo central que iria dirigir os trabalhos dos maçons londrinos.

Segundo o principal argumento de Stevenson, foi na Escócia, em fins do século XVI e início do século XVII, que surgiram alguns dos ingredientes essenciais para a formação da Maçonaria moderna: o primeiro uso da palavra “Loja” no sentido maçônico moderno; as primeiras atas e outros registros das Lojas; as primeiras tentativas de organizar Lojas em âmbito nacional; os primeiros exemplos de “não-operativos” (homens que não eram pedreiros trabalhadores) e outros mais. Até o fim do século XVI, não existem provas circunstanciais de que os obreiros da Escócia divergissem muito de outros tipos de artesãos, exceto pelo fato de que, como já foi dito, eram obrigados a se deslocarem em busca de novos trabalhos. Contudo, em 1598, William Schaw – primeiro Mestre-de-Obras do rei – elaborou um regulamentado para a organização e a conduta dos maçons.³²

Daí em diante, no decorrer do século XVII, homens de todos os níveis da sociedade pareciam fascinados pelos segredos dos maçons, o que fez com que a Ordem adquirisse um *status* intelectual único. Foi quando maçons *operativos*, pedreiros trabalhadores, escoceses começaram a ter companhia de “não-operativos”, homens de outros modos de vida.³³ Em outras palavras, a Maçonaria tornou-se uma associação muito distinta das suas congêneres, organizada em forma de Lojas, com rituais singulares e muito mais elaborados. Deste modo, o

³⁰ Idem, p. 7.

³¹ COMBES, André. *Les trois siècles de la Franc-maçonnerie française*. 3.ed. Paris: EDIMAF, 1998. p. 13.

³² STEVENSON, David. (op. cit), p. 24 – 25.

³³ Idem, p. 26.

segredo, cercando a *Palavra do Maçom*, rapidamente despertaria o interesse de homens que não eram ligados à arte da construção, dentre eles, muitos cavalheiros.³⁴

No início do século XVIII a Inglaterra assumiu a liderança no desenvolvimento da Maçonaria, mesmo assim, a influência escocesa permaneceu ainda muito forte. Para o autor a fase escocesa ou renascentista da Maçonaria – tanto na Escócia como na Inglaterra – só foi sucedida quando valores Iluministas foram incorporados ao movimento. Na medida em que a “Idade da Razão” alvorecia, a Maçonaria – nascida na Renascença – era adaptada para se acomodar a um novo clima intelectual. No bojo das influências medievais, renascentistas e iluministas, surgia uma instituição que parecia refletir o espírito progressivo da época, com ideais de irmandade, igualdade, tolerância e razão. O resultado foi que a Maçonaria se transformou num pólo de atração de numerosos ocultistas, magos, alquimistas, cabalistas, dentre outros. Assim, a Maçonaria surgida e difundida como um movimento mundial diversificava-se rapidamente.³⁵

O caráter pluralista da Maçonaria *especulativa* proporcionou uma estrutura institucional excepcional, onde as mais diversas religiões e crenças políticas podiam ser acolhidas. Parecia que aquele sistema de Lojas, envolta pelo mistério, ideais de lealdade e modos secretos de reconhecimento, tinha criado uma estrutura organizacional ideal, em que os membros podiam incorporar novos valores e adaptá-los para usos pessoais. Devido à abrangência institucional e a variedade de seus componentes, a Maçonaria nunca foi capaz de atingir plena homogeneidade interna. Muitas vezes era o posicionamento particular de seus membros que determinava os rumos da Ordem.

Desta maneira, com o tempo, os desacordos se multiplicaram e as partes divergentes formaram obediências maçônicas próprias. Um complexo movimento de mútua excomunhão se seguiu dentro da Maçonaria. A primeira grande cisão da Maçonaria ocorreu ainda em solo inglês, alguns anos após a segunda edição das *Constituições de Anderson* em 1738. Os maçons ditos “antigos” acusavam os “modernos” maçons de descristianização do ritual maçônico e traição do verdadeiro sentido da Instituição. Em 1751, o grupo descontente fundou a *Grande Loja dos antients ou maçons antigos*, em oposição à *Grande Loja da Inglaterra*.³⁶

³⁴ A iniciação de cavalheiros em Lojas na Inglaterra também é registrada desde a década de 1640, mas os segredos possuídos pelos maçons ingleses e suas organizações em Lojas parecem ter origem escocesa. Stevenson sugeriu que enquanto na Escócia a Maçonaria evoluiu das verdadeiras práticas de pedreiros trabalhadores, na Inglaterra, pelo menos em parte, esta foi importada, com Lojas sendo criadas por cavalheiros e para os cavalheiros. Ver: Idem, p. 23.

³⁵ Idem, p. 23.

No que se refere ao mundo luso-brasileiro, segundo Oliveira Marques, a Maçonaria foi instalada por volta do ano de 1727, sendo registrada nos arquivos da Inquisição como Loja dos *Hereges Mercantes*. Essa primeira Loja portuguesa, era basicamente formada por comerciantes britânicos protestantes que viviam em Lisboa. Em 1733, por iniciativa do maçom inglês George Gordon, seria fundada uma segunda Loja com o nome de *Casa Real dos Pedreiros-Livres da Lusitânia* composta por irlandeses, mercadores, mercenários do exército português, médicos, um frade dominicano e um estalajadeiro. Não obstante, ao ser promulgada a bula condenatória de Clemente XII, *In Eminentí Apostolatus Specula* (1738), a *Casa Real dos Pedreiros-Livres da Lusitânia* foi dissolvida mas alguns dos maçons se transferiram para a primeira Loja.³⁷

Uma terceira Loja haveria de ser fundada em Lisboa, em 1741, pelo lapidário de diamantes John Coustos, nascido na Suíça, naturalizado inglês. Durante os dois anos em que a Loja funcionou, foi constituída de estrangeiros residentes em Portugal, alguns dos quais franceses, ingleses, um belga, um holandês e um italiano, mas também por portugueses letrados e gente da alta sociedade lisboeta. John Coustos desempenhou um papel central na constituição dos primórdios da Maçonaria portuguesa, sendo alvo desde cedo do interesse do Santo Ofício. A desconfiança da Igreja foi despertada pelas indicações da Imperatriz austríaca e católica Dona Maria Teresa, obstinada na perseguição e ilegalização das associações de franco-maçons. Para a imperatriz a Maçonaria e suas ramificações era considerada um centro de influência protestante inglesa, por isso, contrária aos interesses das famílias dinásticas européias, de orientação católica.³⁸

A perseguição iniciada em 1743 com a prisão de vários Pedreiros-Livres conduziria ao desmantelamento desta primeira tentativa de instalação maçônica em Portugal. A própria Loja dos *Hereges Mercantes* entraria em fraca atividade, “adormecendo” em 1755. Em 1751, o Papa Bento XIV, a pedido dos reis da Espanha e de Nápoles, lançou uma nova bula contra os maçons, *Providas Romanorum*, reiterando a posição de seu predecessor Clemente XII. A bula seria seguida de decretos reais dos dois monarcas suprimindo a Maçonaria nos respectivos países, o que favorecia as condições para incitar o Santo Ofício à vigilância e à perseguição.³⁹

³⁶ Contudo, em 1813, depois que os “modernos” aceitaram rever a questão a respeito da religião, a união veio a se confirmar. As duas *Grandes Lojas* finalmente reuniram-se e deram origem a *Grande Loja Unida da Inglaterra* ou se preferirmos a *Loja Mãe da Maçonaria Universal*. Ver: HORTAL, Jesus. *Maçonaria e Igreja Católica: conciliáveis ou inconciliáveis?* São Paulo: Paullus, 2002. p. 17.

³⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira (op.cit), p. 23.

³⁸ Idem, p. 33.

³⁹ Idem, p. 35.

A Maçonaria portuguesa só se libertaria desta pressão na década de 1760-70, com o Marquês de Pombal. Durante o “pombalismo” não se tem nenhum registro de maçom nas listas condenatórias da Inquisição nem nos relatórios da intendência da polícia. Pombal nunca permitiu que a Inquisição perseguisse os franco-maçons, defendendo assim os direitos do Beneplácito contra a usurpação dos eclesiásticos. Deste modo, a Maçonaria retomou sua força e seu vigor, desenvolvendo-se sobretudo no exército, na aristocracia e nas classes instruídas. É provável que Pombal antes de ser ministro de D. José, tivesse contato, enquanto embaixador em Londres, com meios e círculos aristocráticos favoráveis à Maçonaria, mas não existe prova documental de que ele fosse iniciado na “Arte Real”. Além disso, o recrutamento pelo Marquês de Pombal de vários cidadãos estrangeiros, designadamente de países protestantes, para o exército, para a indústria e outras atividades econômicas propiciou condições para a expansão das Lojas.⁴⁰

No caso específico do Brasil, segundo o manifesto de José Bonifácio, a primeira Loja simbólica regular foi instalada no Brasil somente em 1801, com o título de *Reunião*, filiada ao *Grande Oriente da Ilê de France*. Quando o *Grande Oriente Lusitano* soube da existência, no Brasil, de uma Loja regular, vinculado a uma Obediência francesa, enviou, em 1804, um delegado a fim de garantir a adesão e a fidelidade dos maçons brasileiros. Mas não foi feliz o delegado lusitano no modo como queria impor suas pretensões. Assim, resolveu deixar fundadas duas novas Lojas, submissas ao Oriente do Reino: eram as lojas *Constância* e *Filantropia*.⁴¹

Desta forma, a Maçonaria ao chegar às terras brasileiras – oficialmente nos primeiros anos do século XIX – trazia em sua bagagem acusações e desconfianças tanto das autoridades civis quanto eclesiásticas. Ao mesmo tempo em que se inauguravam novas Lojas maçônicas, particularmente, no Rio de Janeiro, em Salvador e em Recife, também crescia o número de documentos e cartas enviadas pelos súditos ao rei D. João VI pedindo o fechamento de tais corporações. Isto pode ser corroborado na carta escrita por José Anselmo Correa Henriques datada de 10 de janeiro de 1816.

Real Senhor.

O objeto, de que vou tratar, tem de sua natureza a maior importância Política, por que inclui em si três motivos tão poderosos, que devem formar a

⁴⁰ Idem, p. 37.

⁴¹ BARATA, Alexandre M. (op.cit), p. 71.

desconfiança da sua existência dentro de qualquer Estado: estes são Silêncio, união e obediência.

Qualquer Corporação de indivíduos, que combina um sistema qualquer, não poderá unir três pontos em ligação política, que faça estremecer os alicerces do mais poderoso Governo do Universo, debaixo de um escudo tão impenetrável, como este, de que escolhem os Pedreiros Livres por base da sua Sociedade. Estas terminantes Leis Constitucionais da mencionada Corporação são tão encadeadas na segurança do objeto, a que ela se proporem, ou os maiores Cargos dela, que persuade ao homem racional, que debaixo desta cautela exista uma mascarada conjuração, a qual não pode o Soberano de um país deixar de desconfiar com suma razão, que é tendente a perturbar o seu socego este oculto conluio, e maiormente quando se aumentam as forças dele debaixo de um segredo impenetrável no centro de Estados bem regulados...⁴²

Ao que parece as reclamações de José Anselmo Correa Henriques foram contempladas, quando em 30 de março de 1818, D. João VI emitiu um Alvará Régio proibindo quaisquer sociedades secretas, de qualquer denominação, no território luso-brasileiro.

Eu El Rei faço saber aos que este alvará com força de lei virem, que tendo-se verificado pelos acontecimentos que são bem notórios o excesso de abuso a que tem chegado as Sociedades Secretas, que, com diversos nomes de ordens ou associações, se tem convertido em conventiculos e conspirações contra o Estado, não sendo bastantes os meios correcionaes com que se tem até agora procedido segundo as leis do Reino, que prohibem qualquer sociedade, congregação ou associação de pessoas com alguns estatutos, sem que elas sejam primeiramente por mim autorizadas, e os seus estatutos aprovados...⁴³

Apesar da proibição, no início da década de 1820 é possível constatar uma dinamização da atividade maçônica no Rio de Janeiro resultado, sobretudo, da reinstalação da Loja *Comércio e Artes*. Nela ingressaram funcionários públicos, militares, eclesiásticos, homens do comércio. Muito deles acabaram por atuarem na defesa da autonomia e,

⁴² CARTA de José Anselmo Correia Henriques dirigida ao Rei Dom João VI, datada do Rio de Janeiro, 1816, na qual se pede que o Rei dissolva as lojas maçônicas. (BNL – COD 10793 – reservados)

⁴³ APUD. KLOPPENBURG, Boaventura. *Igreja e Maçonaria, conciliação possível?* Petrópolis, RJ: Vozes, 1992. p. 11

posteriormente, independência do Brasil. Porém, era indispensável que primeiramente a própria Loja ficasse independente das orientações do *Grande Oriente Lusitano*. No dia 28 de maio de 1822, reuniram-se os maçons do Rio de Janeiro em assembléia magna, na Loja *Comércio e Artes*, com a finalidade de instalar um Grande Oriente no Brasil. Para conseguirem o mínimo de três Lojas, fundaram naquele mesmo dia mais duas: a *União e Tranqüilidade* e a *Esperança de Niterói*.⁴⁴

No dia 24 de junho de 1822 fundou-se o novo *Grande Oriente do Brasil* para o qual foi aclamado como primeiro Grão Mestre, José Bonifácio de Andrade e Silva. O GOB adotou o Rito Francês Moderno, criado em 1783, e composto por sete graus. Naquela ocasião estavam presentes, entre os 94 fundadores, alguns antigos maçons como José Bonifácio, o coronel Luiz Pereira da Nóbrega e o padre Belchior de Oliveira, além de Domingos Alves Branco Muniz Barreto, frei Francisco Sampaio, cômego Januário da Cunha Barbosa, Jose Clemente Pereira e Joaquim Gonçalves Ledo.⁴⁵

O historiador Marco Morel, em trabalho conjunto com Françoise Jean de Oliveira Souza, compreende que havia uma espécie de jogo entre os maçons e o poder dos príncipes. A Maçonaria em busca de proteção e espaço abria seus “segredos” aos nobres, dando-lhes em troca a oportunidade de legitimação no campo das novas idéias e também o controle dessa nova forma de sociabilidade.⁴⁶ O mundo ibérico não fazia exceção a esta regra, por isso a filiação de D. Pedro ao *Grande Oriente do Brasil* não representou uma particularidade brasileira. Sendo assim, a Maçonaria em 13 de maio de 1822 conferiu o título de Defensor Perpétuo do Brasil ao Príncipe Regente. Pouco tempo depois, em 2 de Agosto de 1822, D. Pedro foi recebido no Grande Oriente, com o pseudônimo de Guatimozim, e contra todas as regras, o Aprendiz Guatimozim foi eleito Grão Mestre do *Grande Oriente do Brasil*.

Eu, meu pai, entrei para maçom; sei que os fidalgos em 1806 convidaram os maçons e que eles não quiseram entrar, e por isso o desgraçado Gomes Freire foi enforcado por ser constitucional, querendo eles que V. Magestade continuassem a ser rei. Não houve quem dissesse a V. magestade que era preciso uma Constituição (eu então era pequeno). Em vingança a Gomes Freire rebentou a revolução do Porto em 24 de agosto de 1820 e, pela mesma razão, os maçons que estavam na Corte, tanto bateram os fidalgos que eles agüentaram calados, até que pilhando-os agora debaixo, atribuem tudo que fazem aos pedreiros-livres.

⁴⁴ BARATA, Alexandre M. (op. cit), p. 78.

⁴⁵ Idem, p. 79.

⁴⁶ MOREL, Marco & SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da Maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

*Porque sabem com que horror os portugueses olham para uma tão filantrópica instituição.*⁴⁷

Ainda em 1822, o próprio Grão Mestre D. Pedro I, por desentendimentos com os maçons, fechou o Grande Oriente. Mas com a abdicação do Imperador em 1831, o Grande Oriente do Brasil foi restaurado e novamente José Bonifácio de Andrade e Silva foi elevado ao cargo de Grão-Mestre. Seguiram-se novas divisões e subdivisões, até que se tornou mais profunda a dissidência em 1863 separando-se em corpos: o Grande Oriente do Lavradio e o Grande Oriente (da rua) dos Beneditinos. Mesmo assim durante todo o Segundo Reinado teve a Maçonaria grande prestígio e influência política, contando entre seus membros altas personalidades e não poucos sacerdotes. Infiltrou-se profundamente na Igreja, através das irmandades, chegando a ter, em alguns casos, as chaves do sacrário, de maneira que as autoridades clericais adotariam um discurso cada vez mais radical no sentido de desmoralizar os maçons.⁴⁸

2.2 Maçonaria e Igreja Católica: acusações, condenações e conflitos

Como já foi demonstrado, na Idade Média a relação entre as Lojas e a Igreja Católica era relativamente amistosa. Os maçons monopolizavam os segredos da arte de construir as grandes catedrais góticas, castelos, pontes, monumentos dentre outros... A prestação de seus serviços à Igreja Católica e aos reis rendeu-lhes privilégios, como: a livre circulação, o não pagamento de impostos e a não servidão. Talvez seja por isso que a própria denominação de *freemason* ou Pedreiro-Livres fosse, desde então, a forma comum de identificar aqueles especialistas da construção.⁴⁹ Nas palavras de alguns autores católicos, as finalidades e pretensões maçônicas ultrapassavam as barreiras do comprometimento profissional. Os grêmios ou Lojas do que se conhece por Maçonaria *operativa* possuía também uma feição “religiosa”. Entretanto, isso não significa dizer que a instituição fosse uma religião propriamente dita. Ao contrário, o que pode ser observado são apenas algumas características

⁴⁷ APUD. MOREL, Marco & SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. (op. cit), p. 102.

⁴⁸ Idem, p. 15-16.

⁴⁹ STEVENSON, David. (op. cit), p. 28.

assemelhadas expressas, sobretudo, na adoção de símbolos cristãos e na estreita relação que mantiveram com o clero.⁵⁰

Não obstante, a atitude modernizadora e pluralista da Maçonaria⁵¹ foi encarada com muita desconfiança pela Igreja Católica. O desconhecimento do que era a Ordem, o segredo das reuniões e os juramentos impostos aos seus membros, levaram a uma desconfiança generalizada por parte das autoridades da grande maioria dos Estados europeus. Isso veio a se confirmar quando surgiu a primeira condenação dos maçons, no ano de 1738, com a bula *In Eminentis Apostolatus Specula* do papa Clemente XII. Para Cottier, começou naquele ano um período de tensão e lutas quase incessantes entre as duas instituições.⁵² Entretanto, é preciso ressaltar que os papas não foram os primeiros a condenarem e perseguirem a Maçonaria. Como demonstrou Benimeli, por exemplo, em 14 de setembro de 1737 o Cardeal Fleury (1º ministro de Luis XV) proibiu toda reunião secreta, sobretudo a chamada *freymaçons*.⁵³

Quando em 1738 condenou a Maçonaria, o papa Clemente XII reivindicava com a máxima autoridade – além da Carta de Plínio Cecílio – as disposições do direito romano contra os *collegia illicita*. Nestes termos da lei, as associações formadas sem consenso da autoridade pública eram consideradas ilícitas. A ilicitude, do ponto de vista jurídico, de tais associações acabaram por contribuir para que a Maçonaria, fosse considerada ilegal não somente sob aspecto jurídico-político, mas também moral.⁵⁴

*Do começo ao fim, Clemente XII nada mais fez do que seguir o exemplo dos outros governos molestados e pouco tranqüilos com os quais se cercava a maçonaria. Os governos protestantes também proibiram a Maçonaria, por ex: Holanda, Hamburgo, Suécia e Genebra. Católicos e Protestantes não eram simpáticos à situação de clandestinidade que os impedia de estar a par de que se estaria podendo maquinar naquelas reuniões.*⁵⁵

A Maçonaria representava um elemento perigoso à segurança dos reinos por isso foi proscrita e banida pelos monarcas. Do mesmo modo, a tolerância religiosa praticada e defendida pela Maçonaria rapidamente se transformou na principal motivação das críticas da Igreja.

⁵⁰ HORTAL, Jesus. (op. cit), p. 32.

⁵¹ De agora em diante quando utilizarmos a palavra Maçonaria estaremos nos referindo a Maçonaria moderna ou especulativa.

⁵² COTTIER, Georges. (op. cit), p. 28.

⁵³ FERRER BENIMELI, J. A., CAPRILE, G. & ALBERTON, V. (op. cit.), p. 24.

⁵⁴ Idem, p. 30.

⁵⁵ Idem, p. 27.

*E por outras justas e razoáveis por Nós conhecidos, resolvemos e decretamos condenar e proibir as mencionadas sociedades, assembléias, reuniões... dos franco-maçons. (...) proibimos, portanto, seriamente, em nome da santa obediência a todos os fiéis de Cristo, de qualquer estado, posição, condição, classe, dignidade e preeminência que sejam; leigos ou clérigos, seculares ou regulares, ousar ou presumir entrar, sob qualquer pretexto, debaixo de qualquer cor, nas sociedades de franco-maçons, propagá-las, sustentá-los, recebe-las em suas casas, ou dar-lhes abrigo e ocultá-la alhures, ser nelas inscrito ou agregado, assistir às suas reuniões, ou proporcionar-lhes meios para se reunirem, fornecer-lhes o que quer que seja, dar-lhes conselho, socorro ou falar às claras ou secretamente... e ordenamo-lhes absolutamente, que se abstenham totalmente dessas sociedades, assembléias, reuniões... e isto de baixo de pena de excomunhão, da qual ninguém poder ser absolvido senão por Nós, ou pelo pontifício romano reinante, exceto em artigo de morte.*⁵⁶

Na opinião de Benimeli, Clemente XII condenou uma instituição que de fato conhecia muito pouco e não sabia qual era seu verdadeiro objetivo. As provas aduzidas por Clemente XII eram tanto a opinião pública quanto as “fundadas suspeitas de pessoas honestas e prudentes”. No catálogo das penas cominadas pela Santa Inquisição, a execução capital figurava somente para os maçons que fossem “heréticos impenitentes”, enquanto aos arrependidos era reservado o cárcere.

*Homens de todas as religiões e seitas, sob aparência de honestidade natural, por um pacto estreito e impenetrável, conforme leis e estatutos por eles criados, obrigando-se sob juramento, pronunciado sobre a Sagrada Escritura e sob penas graves a ocultar por um segredo inviolável, tudo o que praticam nas sombras do segredo.*⁵⁷

A inquisição foi um tribunal eclesiástico, que funcionava com poderes delegados pelo papa para a perseguição das heresias. Inicialmente, ela esteve voltada contra a prática em segredo pelos cristãos-novos de valores e costumes judaicos. Entretanto, conforme demonstrou Francisco Bithencourt, no decorrer de quase três séculos de existência, esse tribunal eclesiástico desenvolveu uma enorme “plasticidade”, sofrendo alterações sensíveis

⁵⁶ Ibidem, p. 26.

⁵⁷ Idem, p. 25.

no que se refere às suas funções. Exemplos dessa plasticidade podem ser percebidos tanto na relação com o poder real, quanto no rol dos crimes sob sua jurisdição. Assim, se em alguns momentos ela se encontrou mais subordinada ao poder real, em outros ela possuiu quase que uma autonomia absoluta. Criada inicialmente para perseguir os chamados cripto-judeus, já no século XVII vários outros crimes como a bigamia, a sodomia, a blasfêmia, a solitação, as práticas mágicas e supersticiosas, foram absorvidos pela Inquisição revelando assim aquilo que o autor chamou de “plasticidade” dos tribunais inquisitoriais.⁵⁸

Além dessa plasticidade, apontada por Bethencourt, existia uma outra distinção significativa da Inquisição moderna, exemplificado pelo caso português, que é o seu “caráter dualista”, a Inquisição era ao mesmo tempo um tribunal eclesiástico e um tribunal da coroa. Deste modo, ter em conta essa dualidade é fundamental para o entendimento da introdução do crime de pertencimento à Maçonaria na jurisdição inquisitorial. Ao serem acusados de “suspeitos de heresia”, os maçons eram ao mesmo tempo considerados maus católicos e maus vassalos. A primeira condenação da Igreja Católica chegou em Portugal em julho de 1738 e foi divulgada, oficialmente, em 28 de setembro do mesmo ano, através de um Edital assinado pelo Inquisidor Geral, cardeal D. Nuno da Cunha.⁵⁹ O documento além de reproduzir os termos gerais da bula papal, exortava a todos, quer eclesiásticos quer seculares, sob pena de excomunhão, que denunciassem num prazo de trinta dias, pessoas conhecidas que freqüentavam as Lojas maçônicas.⁶⁰

De qualquer forma, em 18 de maio de 1751, como expôs Cottier, a Maçonaria mais uma vez foi condenada. Desta vez através da bula *Providas Romanorum Pontificum* de Bento XIV (1740 – 1758). Na *Providas...* reproduzia-se, integralmente, o texto da Constituição *In Eminenti*. Igualmente, ficavam estabelecidas algumas razões para a condenação: A primeira seria o fato de a Maçonaria propagar a liberdade de culto; a segunda e a terceira razões estavam relacionadas ao caráter iniciático da Ordem, ao segredo maçônico, fielmente guardado sob juramento, o que tornava ilícitas e suspeitas estas reuniões; a quarta razão estaria na acusação de que a Maçonaria não respeitava as leis canônicas e civis.⁶¹

⁵⁸ BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália séculos XV-XIX*. São Paulo. Companhia das Letras, 2000. p. 31.

⁵⁹ Conforme o levantamento de Barata, já circulavam bem antes de setembro de 1738 notícias de que o papa havia proibido e condenado a Sociedade dos Pedreiros Livres. A própria Inquisição, dois meses antes da publicação do edital de fé, formou um sumário de testemunhas, com o objetivo de melhor conhecer as atividades da Maçonaria portuguesa. Ver. BARATA, Alexandre Mansur. (op. cit), p. 128.

⁶⁰ Idem, p. 131.

⁶¹ COTTIER, Georges. (op. cit), p. 29.

Pio VII (1800 – 1823) em 13 de setembro de 1821 publicou a constituição *Ecclesiam a Iesu Christo*, contra os carbonários – grupo revolucionário que agitava a península italiana. Para Benimeli, os carbonários formavam uma seita de caráter político, independente da Maçonaria, tendo por finalidade principal a unificação da Itália. Todavia Pio VII dava um passo à frente na condenação da Maçonaria equiparando-a com todas as outras sociedades secretas.⁶² Em 13 de março de 1825, Leão XII (1823 – 1829) divulgou a constituição *Quo Graviora*. Esta condenação reiterava as censuras anteriores, além de explicitar sua aplicação a toda associação secreta que tivessem por finalidade conspirar em detrimento da Igreja e dos poderes do Estado. Dessa forma, o documento constituía um índice interessante da complexa evolução das condenações ocorridas no século XIX. A Igreja se colocava em conflito aberto com a Maçonaria, sobretudo a italiana e a francesa.⁶³

Nas palavras de Benimeli, aquela era uma época difícil, pois durante 1831 a 1832 e 1843 a 1845 graves desordens eclodiram nos Estados Pontifícios, sendo sufocadas graças ao auxílio das tropas austríacas e francesas. Uma das principais causas das agitações era o descontentamento com o sistema de governo em uso nos Estados Pontifícios, que não permitia aos leigos ocuparem cargos administrativos do governo. Diante desta situação, foi relativamente fácil aos “agitadores” excitar o descontentamento do povo contra o clero enquanto casta dominante e, por conseguinte, contra a Igreja. Nesta luta as sociedades secretas conquistaram um papel preponderante nas acusações dos papas.

*A isto [criminosa conspiração] tendem estas sociedades secretas, surgidas do profundo das trevas somente para fazer reinar por toda a parte, na ordem sagrada como na profana, clandestinas, tantas vezes anatematizadas pelos pontífices romanos, nossos predecessores...*⁶⁴

A agitação contra o governo papal foi, pouco a pouco, amalgamando-se com a campanha pela unificação italiana. Os conflitos entre a Igreja e a Maçonaria estavam cada vez mais dramáticos. Até que em 1848, após o papa ter recusado a participar da guerra de libertação do reino de Sardenha contra a Áustria, as sociedades secretas desencadearam, finalmente uma revolução em Roma.⁶⁵ Em meio àquela conjuntura conturbada, o papa Pio IX (1848 – 1878), seguindo a trilha de seus predecessores, condenou mais uma vez todas as

⁶² FERRER BENIMELI, J. A., CAPRILE, G. & ALBERTON, V. (op. cit.), p. 31.

⁶³ Idem, p. 32-33.

⁶⁴ Idem, p. 36.

⁶⁵ Idem, p. 35.

sociedades secretas, em especial a Maçonaria. Neste momento, não era somente o caráter clandestino destas sociedades que justificava a reprovação da Igreja Católica, pois o Sumo Pontifício responsabilizava a Maçonaria pela crise na Península Itálica, uma vez que maçons e carbonários pareciam trabalhar juntos na luta pela unificação italiana, o que contrariava os interesses de autonomia de Roma. Na visão de Pio IX a Maçonaria italiana era a usurpadora do poder temporal dos papas e inimiga da religião, desde o momento em que se tornou adversária política do papado. Sendo assim, na aloc. *Múltiplices inter* (25 – 09 – 1865) Pio IX declarava expressamente a incompatibilidade entre a Ordem maçônica e a Igreja Católica.

*Entre as múltiplas maquinações e insídios com os quais os inimigos do nome cristão ousavam assaltar a Igreja de Deus, esforçando-se, bem que inutilmente, enumerar aquelas perversas associações de homens, denominados comumente maçonaria. Esta refugiada nos esconderijos e nas trevas, saiu à luz impiedosamente, em prejuízo da religião e da sociedade humana.*⁶⁶

Todo o material jurídico anterior contra a Maçonaria foi unificado por Pio IX na sua célebre Const. *Apostolicae Sedis* (12 – 10 – 1869). Por esta época houve um significativo aumento do material antimaçônico produzido, sobretudo pela convicção do papa, após o cerco de Roma pelas tropas italianas. Ferrer Benimeli observa que a questão do poder temporal dos papas foi considerada por muitos católicos de primeira importância.

*A unificação da Itália com Roma por capital, era tida, na verdade, como sinônimo mais ou menos vago de fim da Igreja, da mesma forma como, quinze séculos antes, muitos não puderam conceber uma ordem cristã capaz de sobreviver à ruína da ordem romana e da unidade do mundo sob o império.*⁶⁷

Não obstante, a herança transmitida a Leão XIII (1878 – 1903) foi extremamente delicada e difícil. O papa continuou a manter-se recolhido no Vaticano. Todo seu esforço consistia em alimentar aos olhos dos católicos, a iniquidade do estado de coisas que reinava em Roma. Perante tais condições históricas, não causa admiração ao saber que durante os 25 anos do pontificado de Leão XIII, saíram do Vaticano nada menos do que 226 documentos

⁶⁶ Idem, p. 37 – 38.

⁶⁷ Idem, p. 39.

para condenar e pôr em guarda o mundo inteiro contra a Maçonaria, a Carbonária e as sociedades secretas.⁶⁸

Em 20 de abril de 1884, Leão XIII elabora o mais direto e amplo documento deletério contra a Maçonaria. Em sua enc. *Humanum Genus*, o papa corrobora as condenações dos seus precedentes e reafirma o compromisso da Igreja Católica no confronto à Maçonaria.

*A primeira advertência do perigo foi dada por Clemente XII no ano de 1738, e sua constituição foi confirmada e renovada por Bento XIV. Pio VII seguiu o mesmo caminho; e Leão XII, por sua constituição apostólica Quo Graviora, juntou os atos e decretos dos Pontífices anteriores sobre o assunto, e os ratificou e confirmou sempre. No mesmo sentido pronunciou-se Pio VIII, Gregório XVI, e, muitas vezes, Pio IX.*⁶⁹

Mas foi o episódio de 1877 o mais relevante para galvanizar definitivamente a narrativa antimaçônica. Nesse ano, o *Grande Oriente de França* em resposta à Igreja Católica resolveu suprimir de sua constituição os preceitos referentes a Deus e à alma, por serem considerados dogmatismos. O lema *Deus meumque ius* (Deus e o meu direito) foi substituído por *suum cuique ius* (a cada qual o seu direito).⁷⁰ O secularismo das Lojas francesas possibilitou o ingresso de ateus dentro da Ordem. Como resposta a *Grande Loja da Inglaterra*, considerada regular⁷¹ aos *Antigos Deveres (Old Charges)*, acusou a Maçonaria francesa de “irregularidade” em relação à tradição dos obreiros.⁷²

Diante dessa provocação o papa Leão XIII, corroborava seus argumentos, demonstrando que o principal dos intentos da sociedade dos Pedreiros-Livres era a destruição

⁶⁸ Idem, p. 40.

⁶⁹ Ver: BULA Humanus genus. On-line. Disponível em <http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_18840420_humanum-genus_po.html>. Acesso em: 03 de novembro de 2008.

⁷⁰ COTTIER, Georges. (op. cit), p. 33.

⁷¹ Embora qualificada de *Grande Loja Mãe*, a *Grande Loja Unida da Inglaterra* não é um “Vaticano da Maçonaria”. Por isso, sua pretensão de dar patentes de ortodoxia é contestada por muitos. A própria noção de “regularidade” – uma noção inventada por Alec Mellor e o Pe. Riquet – é antes de tudo um simples conceito de fidelidade a uma tradição considerada legítima. O grande problema reside exatamente neste ponto, uma vez que se torna difícil determinar de onde exatamente se deriva a tradição considerada legítima. Por isso, a idéia de uma Maçonaria coesa e organizada internacionalmente não se sustenta mais, ao contrário do que muitos estudiosos afirmaram em outrora. A Maçonaria nunca foi um corpo monolítico, pois na prática ela se encontra subdividida em numerosas ramificações. Mas o fato é que ainda assim, muitas condenações e acusações pesaram sobre os maçons por mais de dois séculos e meio. E na liderança deste movimento antimaçônico a Igreja Católica teve uma participação destacada. Ver: HORTAL, Jesus. (op. cit), p. 17.

⁷² COTTIER, Georges. (op. cit), p. 34.

da ordem religiosa e civil estabelecida pelo Cristianismo. Assim, os maçons iriam promover, à sua maneira, outra ordem com fundamentos e “leis tiradas das vísceras mesmas do naturalismo”.

*Quanto ao que se refere à vida doméstica nos ensinamentos dos naturalistas é quase tudo contido nas seguintes declarações: que o casamento pertence ao gênero dos contratos humanos, que pode ser legalmente renovado pelo desejo daqueles que o fizeram, que os governantes civis do Estado têm poder sobre o laço matrimonial; Os maçons concordam completamente com estas coisas; e não somente concordam, mas têm longamente esforçado-se para transformá-las em lei e instituições.*⁷³

No âmbito da educação o relacionamento entre a Maçonaria e Leão XIII era cada vez mais conflituoso, pois de um lado, estavam os maçons, defensores de uma educação laica pautada pelo ideal iluminista, enquanto que de outro estava a Igreja, defensora do ensino religioso fundado na verdade do Cristianismo. Nas palavras do papa, a Maçonaria desde muito tempo trabalhava para aniquilar da sociedade todo o influxo do magistério e da autoridade da Igreja – “ se exalta e preconiza a separação da Igreja do Estado “(...) na educação dos jovens nada deve ser ensinado em matéria de religião como opinião certa e fixada; e cada um deve ser deixado livre para seguir, quando chegar a idade, qualquer que preferir”.⁷⁴

A imprensa também serviu de palco para as disputas entre a Maçonaria e Leão XIII. Nos anos que se seguiram a publicação da *Humanus Genus*, o número de associações e revistas antimaçônicas aumentou consideravelmente. Além disso, os estudos destinados a esclarecer a opinião pública multiplicaram pelos países latinos. Em nota Ferrer Benimeli demonstrou que a *Humanus Genus* causou grande impacto num e noutro campo. No mundo maçônico ela foi objeto de críticas e símbolo máximo da intolerância católica. Do lado da Igreja, o que sem tem é uma intensa publicação de bispos que corroboravam as condenações da bula, exortando ainda mais a narrativa antimaçônica.⁷⁵

Portanto, se num primeiro momento o caráter subversivo da Maçonaria era apenas uma “forte suspeita”, pautada pela idéia clássica de que “as coisas boas amam sempre a publicidade, e os crimes encobrem-se com o segredo”. Em fins do século XIX, a antiga

⁷³ Ver: BULA *Humanus genus*. On-line. (op. cit)

⁷⁴ *Idem*.

⁷⁵ FERRER BENIMELI, J. A. ; CAPRILE, G. & ALBERTON, V. (op. cit), p. 41.

suspeição transformou-se em “certeza absoluta”, com isso, ocorreu um crescimento considerável da narrativa antimaçonaria, principalmente quando observarmos setores da sociedade que estavam ligados à doutrina da Igreja Católica.

2.3 A narrativa antimaçônica: o “complô revolucionário”

Para entendermos como a narrativa antimaçônica assumiu uma nova feição na virada do século XVIII para o XIX, é preciso antes analisar o processo de galvanização do mito do “complô jacobino-revolucionário”. Em seu livro *Pensando a Revolução Francesa*, François Furet demonstrou que a interpretação histórica em termos de uma “conspiração maçônica” para o episódio de 1789, ou seja, da vontade consciente dos homens, é ao mesmo tempo superficial e banal. Entretanto ao analisar a obra de Augustin Cochin, reconheceu que a franco-maçonaria foi a expressão típica e inevitável da “opinião filosófica”, uma nova forma de poder que não assumia suas restrições, e cuja função era tecer as solidariedades e a disciplina de uma hierarquia a partir de um recrutamento baseado na opinião.⁷⁶

Assim se a Maçonaria é tão importante no mundo histórico e conceitual de Augustin Cochin,⁷⁷ isso não decorria, como no caso do abade de Barruel, do fato de ela ser o instrumento de uma conspiração contra o Antigo Regime, mas sim por encarnar, de maneira exemplar, a química do “novo poder”, transformando o social em político e a opinião em ação. A partir da Maçonaria, o que Cochin chama de “espírito de sociedade” substituiu o “espírito de corpo” do velho reino. Esse “espírito social” invadiu toda a nobreza, os parlamentos, as corporações, difundindo a ideologia da “vontade do povo”. Instaurou-se a religião do consenso, a crença em um poder que emanaria da própria sociedade livre de qualquer peso. Nesta perspectiva, a Revolução para Cochin não foi apenas uma batalha social ou uma transferência de propriedade. Ela inaugurou uma forma de socialização baseada na comunhão ideológica e manipulada pelos aparelhos. Seu modelo abstrato são as sociedades de pensamento que prosperaram no fim do Antigo Regime, particularmente a franco-maçonaria a mais elaborada delas.⁷⁸

⁷⁶ FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. Trad. Luiz Marques e Martha Gambini. Rio de Janeiro: Terra e Paz. 1989. p. 180.

⁷⁷ Segundo Furet, o disparate absoluto, no que se refere a Cochin, é proposto por Aulard, segundo o qual a teoria de Cochin era somente uma nova versão da tese da conspiração franco-maçom na origem da Revolução Francesa. Ver: Idem, p. 179.

⁷⁸ Idem, p. 179

Conforme salientou Michel Vovelle, a Maçonaria é, na opinião de Cochin, o molde da nova forma social, destinada a reproduzir muitas outras, capaz de reunir outros públicos e veicular outros consentimentos, mas submetida à mesma lógica a da “democracia pura”. Por isso, segundo o autor, para melhor entender o fenômeno do jacobinismo é preciso antes perceber que existia na Europa do Antigo Regime, uma infinidade de formas de sociabilidade masculina que se exprimiam através de confrarias de devoção estabelecidas desde a época medieval. Cochin viu na sociabilidade do Iluminismo, na forma em que ela se apresentou nas sociedades de pensamento e nas Lojas maçônicas, e na ficção de igualdade que regia as relações entre os membros, a matriz do que se tornaria a “máquina” jacobina.⁷⁹

Desta forma, as origens do jacobinismo estariam vinculadas, sobretudo às “redes de confrarias de devoção”, profanas ou devotas, a exemplo das caridades maçônicas. Assim o jacobinismo, por conseguinte seria devedor tanto da Maçonaria e das sociedades de pensamento, quanto das heranças mais longínquas de sociabilidade profana ou devota. Antes da Revolução, por exemplo, muitas Lojas foram locais de reflexão e até mesmo de engajamento militante, com a iniciativa da fundação de numerosos clubes.⁸⁰

Vovelle também informa que os jacobinos tiveram, desde os primeiros anos da Revolução, a preocupação de dar uma definição de si mesmos, como eles se viam e como desejavam ser vistos. Mas, para o autor, foi do campo da contra-Revolução que eles foram denunciados, não pelo que representavam de novo e de inédito, mas por serem ao mesmo tempo os herdeiros e os agentes de um complô tramado por filósofos, protestantes e franco-maçons contra a monarquia e a religião. Esta tese foi desenvolvida pelo abade Lefranc com o título de: *Le voile leve pour les curieux, ou les secrets de la Révolution révélés à l'aide de la Franc-Maçonnerie* (O Véu levantado pelos curiosos ou os segredos da revolução revelados com a ajuda da Franco-Maçonaria) e depois, em 1792, por Boyer de Nîmes.⁸¹

Entretanto, foi a abade Augustin de Barruel, entre 1797-1799, que ajudou a popularizar o mito do complô revolucionário, através da publicação de *Mémoires pour servir à l'histoire du jacobinisme* (Memórias para servir à história do jacobinismo). Em suas memórias, Barruel fazia referências às sociedades secretas de caráter maçônico, sobretudo àquela conhecida como os *Iluminados da Baviera*, fundada em 1776 em Ingolstadt por J. A. Weishaupt (1748-1830). Segundo o autor, a Alemanha tinha muito apreço pela difusão da cultura, e todas as cidades de alguma importância possuíam uma ou mais sociedades de leitura

⁷⁹ VOVELLE, Michel. *Jacobinos e Jacobinismo*. Trad. Viviane Ribeiro. Rev. Márcia Mansor D'Aléssio. Bauru: EDUSC, 2000. p. 71.

⁸⁰ Idem, p. 72.

⁸¹ Idem, p. 70.

e diversas gazetas. As Lojas maçônicas, por exemplo, eram numerosas e bem implantadas: estima-se seu número entre 250 ou 300, ou seja, em torno de 30000 membros, divididos bastante uniformemente no país.⁸²

Conforme sugerimos na introdução, Barruel foi o mais importante difusor da narrativa antimaçônica na virada do século XVIII para o século XIX. Para o clérigo, a gênese e a conduta da Revolução Francesa eram essencialmente atribuíveis às maquinações da franco-maçonaria. Uma maquinação dirigida neste caso por uma seita particular, a dos *Iluminados da Baviera*, que se havia infiltrado e apoderado do controle da Ordem maçônica. Assim, de modo fantasioso, Barruel transformou a preparação da subversão revolucionária em fruto da atividade secreta das Lojas maçônicas. Deste modo, os acontecimentos de 1789 seriam atribuíveis às maquinações maçônicas, o resultado final duma longa conspiração tramada desde a época dos Templários.

*Nessa revolução francesa, escrevia Barruel, tudo, até os seus crimes mais pavorosos, tudo foi feito da mais perversidade, já que tudo foi preparado, conduzido por homens que eram únicos a ter o fio das conspirações longamente urdidas em sociedades secretas, e que souberam escolher e acelerar os movimentos propícios aos complôs.*⁸³

Sua obra corporificava a idéia de que o segredo maçônico é a maior evidência das ações maléficas dos maçons. O maçom seria adestrado por uma “verdadeira pedagogia do segredo”, os homens do complô eram antes de tudo “instruídos para esconder-se”. Além disso, o aprendizado da espionagem era um dos aspectos iniciais da educação do maçom que fazia de tudo para controlar os meios de comunicação, em todos os países. Ao controlar as informações, a Ordem estenderia seus tentáculos sobre o conjunto do corpo social.⁸⁴

A prática das senhas, o uso dos sinais convencionados de reconhecimento, o manejo dos códigos cifrados periodicamente renovados consagram sua iniciação. “Todas as instruções”, esclarece ainda Barruel a propósito dos Iluminados da Baviera, “transmitiam-se ou em uma linguagem iniciática, ou por um código especial ou por vias secretas, temendo que um falso irmão ou mesmo que um

⁸² Na análise de Vovelle, Barruel defendia que a Ordem dos *Iluminados* representava o tronco maçônico sobre o qual teria se desenvolvido as sociedades secretas de vocação diretamente política. Ver: Idem, p. 126 – 127.

⁸³ GIRARDET, Raoul. (op. cit), p. 33.

⁸⁴ Idem, p. 38.

*maçom estranho à inspeção do Grande-Oriente se misturasse aos verdadeiros adeptos sem ser conhecidos, havia uma palavra de ordem especial, mudada todos os semestres e regularmente enviada pelo Grande-Oriente a toda loja de sua inspeção...*⁸⁵

Esses textos e imagens que criavam o mito da “Conspiração maçônico-jacobina” estavam inseridos dentro de um encadeamento de fatos que explicavam as causas sem precedentes da Revolução Francesa. Ao mesmo tempo, o caráter secreto da Maçonaria – a maior evidência das ações conspiratórias – ajudou a galvanizar no imaginário francês uma imagem atemorizante da Maçonaria.⁸⁶

Benimeli demonstrou que após a Revolução Francesa, o mito das seitas e a grande conspiração constituíram a essência mesmo do pensamento reacionário e foi utilizado também como uma das defesas mais eficazes para a perseguição e repressão do liberalismo nascente. O mito do complô revolucionário tinha como ponta de lança a Maçonaria, acusada de planejar um império em escala mundial.⁸⁷

No que tange ao mundo luso-brasileiro, o crescimento da narrativa antimaçônica, acompanhou um quadro de aversão à cultura francesa, motivado, sobretudo, pelos desdobramentos da política napoleônica que resultou na transferência da Família Real Portuguesa para o Rio de Janeiro e na invasão de Portugal pelas tropas francesas.

Tornou-se freqüente aparecer na imprensa régia textos que “revelavam” o perigo do jacobinismo escondido na atuação da Maçonaria.

O Jacobinismo estivesse reduzido a um estado de inação, muito perigoso seria pensar o estar ele aniquilado. (...) Hipóteses desta qualidade são inteiramente incompatíveis com o espírito, e gênio do Jacobinismo, no qual a turbulência é o mais essencial ingrediente; pois ele é em tudo vigilante, e cheio de atividade; quando for conquistado de um modo, ele por outros acha seu restabelecimento; os seus caminhos são tão inumeráveis como retorcidos: a maquinação enorme de suas traças é igual ao extenso grau de sua desesperação; e a sua astúcia em iludir, para não ser descoberto o seu sistema, é excedida pela atrevida malignidade, que mostra no seguimento de seu plano; há-de mesmo tomar a máscara da lealdade, quando lhe convenha, para recuperar a boa forma, e caráter que tem perdido, ou quando necessitar promover o seu interesse

⁸⁵ Idem, p. 34.

⁸⁶ Idem, p. 32.

⁸⁷ FERRER BENIMELI, J. A. (op. cit), p. 11.

*imediatamente. Bem podemos estar persuadidos desta verdade: Que preciso é destruí-lo, (isto é, o Jacobinismo) ou ele se esforçará em destruir-nos.*⁸⁸

Deste modo, toda uma literatura política contra-revolucionária, desenvolveu-se em Portugal, de que as figuras de proa são, J. Morato e José Agostinho de Macedo.⁸⁹

O discurso político contra-revolucionário processa-se através de uma linguagem envolvente que recorre à “palavra-choque”, a palavra que desencadeia imediatamente a imagem requerida e que, por conseguinte, dispensa da parte do receptor a reflexão e a crítica. Neste sentido, maçom se tornou sinónimo de jacobino, igual a partidário dos franceses, igual a traidor. Portanto, a narrativa antimaçônica, por um lado, mobilizou setores significativos da sociedade portuguesa contra o “elemento perturbador” que, naquele contexto era visto como o invasor e, por outro, viabilizou várias medidas violentas contra os ditos “traidores”.⁹⁰

Na opinião de Maria Ivone Crisóstomo de Ornellas de Andrade Castro, a ética maniqueísta do espírito contra-revolucionário, própria do período, foi veiculada por uma pedagogia da intolerância e de fundamentalismo religioso. Assim o conservadorismo, enquanto ideologia política nascia da necessidade de se criar um fundamentado movimento de antagonismo ativo à ruptura política e à reposição dos valores tradicionais. Os realistas não podiam assistir passivamente à total ruína da estrutura da sociedade do Antigo Regime imposta pelas tropas napoleônicas. Este “espírito contra-revolucionário” encontrou nas palavras afiadas do padre José Agostinho de Macedo um de seus maiores difusores, pois Macedo no “apogeu da idade adulta, ao pisar o limiar do século XIX, transportou consigo os fantasmas do século que o viram nascer”.⁹¹

O padre Macedo protagonizou de modo *sui generis* o movimento “anti-luzes”, na vertente teológico-filosófica, foi, portanto, testemunha oficial de uma visão de mundo apologético-conservadora, agente ativo deste universo pensante, em luta com a revolução da consciência. Para o padre Macedo, a Maçonaria foi a principal responsável pela subversão da doutrina do Trono e do Altar, por isso a violência contra a figura dos obreiros era legítima.⁹²

⁸⁸ OS PEDREIROS-LIVRES, e os Illuminados, Que mais propriamente se deverião denominar os Tenebrosos, De cujas Seitas se tem formado a pestilencial Irmandada, a que hoje se chama Jacobinismo. Lisboa: Imprensa Régia, 1809. 31 p. [BNL – SC 14626//15P]

⁸⁹ DIAS, Maria da Graça Silva. (op. cit), p. 402.

⁹⁰ Idem, p. 402.

⁹¹ CASTRO, Maria Ivone Crisóstomo de Ornellas de Andrade: *José Agostinho de Macedo: um iluminista paradoxal*. Lisboa: Colibri história, 2001. p. 163

⁹² Idem, p. 166

*Nenhum Maçom foi atacado por mim em particular, e para a minha pública retratação, só é preciso uma coisa, a prova decisiva de que nesta sociedade se não ataca direta, ou indiretamente a Religião Católica. Este é o quadro da minha vida, e dos meus sentimentos, tão verdadeiros como é patente aos olhos do Altíssimo.*⁹³

Numa época em que o Império luso-brasileiro encontrava-se em estado predisposto à sublevação – fermento deixado pela primeira experiência liberal – este leitor da produção filosófica iluminista soube como ninguém servir-se desse conhecimento para arremeter contra as próprias Luzes, constituindo o melhor exemplo do anti-iluminista ou, melhor, do “iluminista paradoxal”.⁹⁴ Segundo a autora, nas obras de Macedo, o uso de uma “adjectivação rancorosa” contra a Maçonaria refletia o trauma das invasões francesas, condições mais do que suficiente para este “patriota soltar as Fúrias”.

*A época da parenética simplesmente retórica ou hiperbólica deixara de ter sentido numa sociedade doravante confrontada com a urgência histórica: defesa da pátria e denúncia de inimigos de ideário (pedreiros-livres, sinónimo de liberais, afrancesados ou “jacobinos”). O sermão torna-se num discurso ideológico em defesa da doutrina do Trono e do Altar, dos valores nacionais, inscritos na monarquia tradicional. O sermonário político constitui, inequivocamente, um momento de fecundação da ideologia contra-revolucionária macediana.*⁹⁵

Consequentemente o padre Macedo tornou-se um dos maiores difusores da narrativa antimaçonaria da língua portuguesa, sendo o pregador e o tradutor de boa parte da obra do abade Barruel dentre elas destaca-se, *O Segredo Revelado ou Manifestação do Systema dos Pedreiros Livres, e Iluminados, e sua influência na fatal Revolução Francesa, Obra extrahida [...] do Abbade Barruel, e publicada em Portuguez para confusão dos Impios, e cautela dos verdadeiros amigos da Religião, e da Pátria (1809-1812)*. Nas palavras de Macedo a Maçonaria era a causa fundamental de toda a Europa revolucionada. O Pedreiro-Livre é, desde 1808, o “mal absoluto”, por isso deveria ser declarado guerra contra estes, “liberais, afrancesados ou jacobinos”.⁹⁶

⁹³ MACEDO, José Agostinho de. (op. cit), ,

⁹⁴ CASTRO, Maria Ivone Crisóstomo de Ornellas de Andrade (op. cit), , p. 37

⁹⁵ Idem, p. 69

⁹⁶ Idem, p. 165

É preciso fazer um indispensável serviço à Religião, ao Trono, à Pátria e a boa razão, fazendo de todo emudecer esta importantíssima canalha, que com a sua estúpida ignorância, e involuntária malícia, quase são tão prejudiciais à sociedade civil como os malvados Pedreiros-Livres com o seu pestilencial veneno, e abominável sistema de depredação, e ruína universal de todas as Instituições sociais.⁹⁷

De modo específico, tanto no Brasil quanto em Portugal, dezenas de obras contra-revolucionárias surgiram para denunciar a “Conspiração Maçônica”, sobretudo a partir de 1800. Em conformidade com esta idéia circularam vários impressos, dentre eles, as *Considerações sobre a seita dos Pedreiros Livres* produzido provavelmente entre 1803 a 1813:

Em todos os tempos se viram Libertinos que para estabelecerem seus danados sistemas procuraram apoiar-se com o número dos sectários a quem angariam ou [...] ou promessas – os chamados Pedreiros Livres não são os que menos se tem distinguido neste genero de proceder – Em todos os Países da Europa tem suas lojas e sociedades (inda que debaixo de um regulamento muito omisterioso) assas conhecidos por todos – Já havia muito tempo que se falava haver tambem em Portugal desta espécie de gente e muito particularmente em Lisboa onde vagueia gente infinita e de todas as qualidades. Neste mês fermentou-se muito mais esta matéria, e fazendo-se queixas ao Governo se procedeu com todo o escrúpulo na inquirição deste ponto – o resultado ia sendo funesto pois que em breve se viram presos, e expulsos desta cidade para fora muitas pessoas gradas, e de diferentes hierarquias. [...] Com estas providências circunspectas tudo se pacificou, e não se fala já em Pedreiros Livres, nem consta também que estes faleam.⁹⁸

2.4 A “Questão Religiosa” (1872 -1875) e seus reflexos no discurso antimaçônico

No Brasil oitocentista identifica-se pelo menos dois projetos ideológicos opostos. Na perspectiva de Eliane Lucia Colussi, o primeiro foi consubstanciado pela influência das

⁹⁷ CASTRO, Maria Ivone Crisóstomo de Ornellas de Andrade (op. cit), , p126-127

⁹⁸ CONSIDERAÇÕES sobre a seita dos Pedreiros Livres – Dietário do Mosteiro de São Bento de Lisboa (nov/1803 – jul/1812). página 52. [BNL – COD 732 – Reservados]

correntes de pensamento liberal e cientificista que transpunha para a esfera da política e da cultura a defesa de noções, como racionalismo, progresso e modernidade representada, sobretudo, pela Maçonaria. O segundo, uma reação do catolicismo mundial frente aos avanços do liberalismo, que, no Brasil, reuniu os defensores do pensamento católico-conservador.⁹⁹

Este último, como bem observou o historiador Luiz Eugenio Vescio, pretendia impor à religiosidade popular os princípios definidos no Concílio de Trento. A Igreja reformada esperava reverter o quadro de decadência e ignorância no qual se encontrava a doutrina católica. Suas ações efetuaram-se através do regramento do clero, da criação de grandes redes escolares católicas, da expulsão dos padres maçons que não abjurassem a Maçonaria e da suspensão dos trabalhos das irmandades e confrarias que estivessem sob suspeita de influência maçônica criando assim o terreno perfeito para ocorrer aquilo que veio a se chamar Questão Religiosa.¹⁰⁰

Naquilo que tange, especialmente à Questão Religiosa, Vieira destacou que diversos elementos entraram em choque e ocasionaram o conflito.¹⁰¹ Essa agitação não teve lugar somente no Brasil, mas por toda a Cristandade. Em sentido geral, o conflito foi, de um lado, uma colisão do galicanismo, jansenismo, liberalismo, Maçonaria, racionalismo e o protestantismo, todos vagamente “aliados” contra o conservantismo e ultramontanismo da Igreja Católica do século XIX. Numa época em que a submissão da Igreja ao Estado revelava a fragilidade e ambigüidade da instituição no Brasil. Assim ao mesmo tempo em que o catolicismo criticava a sua dependência do Estado, através do padroado e do galicanismo, usufruía das prerrogativas constitucionais de religião oficial. Os membros do clero eram pagos pelo governo, os recursos públicos financiavam a construção e reformas de igrejas e a vinda de sacerdotes estrangeiros para suprir as necessidades. O antiliberalismo católico no

⁹⁹ COLUSSI, Eliane Lúcia. (op. cit), , p. 12

¹⁰⁰ VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1928)*. Santa Maria: EDUFMS; Porto Alegre: EDUFRGS, 2001. p. 88-89.

¹⁰¹ David Vieira informa-nos sobre a biografia de Dom Antônio de Macedo Costa, escrita por Dom Antônio de Almeida Lustosa, Arcebispo da Arquidiocese de Belém. E outros quatro trabalhos como o livro do Padre Júlio Maria, *O Catolicismo no Brasil, a História Eclesiástica* de Monsenhor Camargo, a obra de Oliveira Torres, *A História das Idéias Religiosas no Brasil* e por último, o livro do Frei Palazzolo, *Crônica dos Capuchinhos do Rio de Janeiro*. Outros dois trabalhos, na opinião de Vieira, mereceriam reconhecimento, são eles, *O Pensamento Católico no Brasil* de Antônio Carlos Vilaça e a *Evolução do Catolicismo no Brasil*, de João Alfredo de Souza Montenegro. Do lado acatólico e secular, Vieira ressalta apenas um estudo completamente dedicado à Questão Religiosa: *O Padroado e a Igreja Brasileira* de João Dornas Filho, pois os outros trabalhos limitam-se a um ou dois capítulos ou pequenas monografias tais como a de Basílio Guimarães, *D. Pedro II e a Igreja*, e os estudos de José Maria Paranhos, de Lídia Besouchet, e de Viveiro de Castro. Ver: VIEIRA, David. (op. cit), , p. 16.

Brasil se defrontava com a sua real situação, queria liberdade face Estado, mas, também queria permanecer com os privilégios da situação de ser a religião oficial do Império.¹⁰²

O ultramontanismo – termo utilizado desde o século XI para descrever cristãos que buscavam a liderança de Roma (“do outro lado da montanha”), ou que defendiam o ponto de vista dos papas – não encontrou um clima muito favorável no Brasil.¹⁰³

No entanto esta situação seria alterada ao longo do século XIX. A Igreja Católica aos poucos efetivava no Brasil o movimento de renovação e afirmação de sua doutrina. Essa reação católica caracterizou-se pela reafirmação do escolasticismo, pelo restabelecimento da Sociedade de Jesus (1814) e por uma série de encíclicas, bulas, alocações que foram fulminantemente lançadas contra o que a Igreja considerava serem elementos errôneos e tendências perigosas dentro da religião e da sociedade civil.¹⁰⁴

Como nos informa Vieira, os mais ilustres mestres do escolasticismo e tomismo na primeira parte do século XIX, foram o padre português Patrício Muniz (1820-1871) e o italiano Mons. Gregório Lipparoni, que haviam estudado em Roma. Cumpre ressaltar, entretanto, que o ultramontanismo do Padre Muniz não era intransigente. Entre os ultramontanos radicais, dois foram de grande influência como os padres Luís Gonçalves dos Santos e William Paul Tilbury. O primeiro, cognominado “Padre Perereca”, foi talvez o mais vocífero dos ultramontanos no Brasil. Entrou em violentas disputas com o Padre Feijó sobre o projeto legislativo que daria permissão aos padres brasileiros de se casarem. O Padre Perereca atacou Feijó com termos insultantes, aos quais Feijó revidou à mesma altura. Tanto o Padre Tilbury como o padre Perereca têm o crédito de terem sido um dos pioneiros da narrativa antimaçônica no Brasil. Em 1826 Tilbury publicou *Exposição Franca Sobre a Maçonaria*. A contribuição do padre Perereca foi em forma de uma série de cartas publicadas nos jornais do Rio de Janeiro contra a Maçonaria e o jornal o *Despertador Constitucional*.¹⁰⁵

O folhetim intitulado de *Antídoto Salutífero contra O Despertador Constitucional...* que circulou na década de 1820 dá o tom do seu discurso antimaçônico.

Carta Primeira. (Quinta do Corcovado aos 15 de Abril de 1825)

Senhor Despertador Constitucional. Com grande prazer, e satisfação dou a V.S. os sentimentos do mau sucesso, que teve na defesa, que fez, da sua decantada, e

¹⁰² Idem, p. 27

¹⁰³ Idem, p. 32

¹⁰⁴ Idem, p. 32

¹⁰⁵ Idem, p. 34

venerável Ordem Maçônica: igualmente me congratulo com todos os Brasileiros honrados, amantes da Religião, do Império, da Verdade, e do Bem Público, de que V.S., em lugar de tosquiarem, tivessem ficado de tal modo tosquiados, que lhe levaram pele, e cabelo. ¹⁰⁶

Outros nomes ultramontanos de influência são o Dr. José Soriano de Sousa (1833-1859) e o Senador Cândido Mendes de Almeida (1818-1881). Cândido Mendes de Almeida, por exemplo, lutou contra o galicismo através de seu estudo de quatro volumes sobre as legislações portuguesa e brasileira. Nesse trabalho, estabeleceu toda a base jurídica da disputa entre ultramontanos e a Coroa pelos direitos tradicionais da Igreja. Os ultramontanos brasileiros não lutaram sozinhos. Tiveram grande ajuda da parte dos núncios e internúncios bem como das ordens religiosas estrangeiras que, pouco a pouco, foram voltando para o Império: os lazaristas em 1827, os capuchinhos em 1862 e os jesuítas em 1866. Entre os internúncios, o mais vigoroso pregador do ultramontanismo foi Mons. Gaetano Bedini (1846-1847) que se tornou notório pelos seus sermões contra casamentos mistos entre os colonos alemães em Petrópolis, e por suas críticas públicas, feitas a Dom Pedro II, por não ir este à missa tão frequentemente quanto seus antepassados. ¹⁰⁷

Entre os ultramontanos estrangeiros que mais influenciam a formação de várias gerações de ultramontanos brasileiros, encontramos os lazaristas que, em 1821, fundaram o Colégio Caraça, em Tejuco (Diamantina hoje) em Minas Gerais. Vários lazaristas franceses foram importados para lecionar no mencionado colégio. Os jansenistas, galicanos e liberais de todos os matizes se revoltaram contra a volta dos frades estrangeiros. O Deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos foi um dos primeiros a protestar contra esse retorno e apresentou uma “indicação” propondo que se recomendasse ao governo a execução das leis que, “pra sempre”, tinham abolido no Império do Brasil a Sociedade de Jesus. Vasconcelos foi secundado por Raimundo José da Cunha Matos, que dizia estarem jesuítas voltando ao país, a convite do Gabinete, e que esses jesuítas estavam regressando disfarçados em capuchinhos e lazaristas. ¹⁰⁸

Os debates no Parlamento sobre a presença de frades estrangeiros no Brasil continuaram por muito tempo. Em face do que foi debatido na Câmara durante esse período,

¹⁰⁶ ANTÍDOTO Salutífero contra O Despertador Constitucional Extranumerário No. 3. Dividido em sete cartas dirigidas ao Auctor d'aquelle folheto impio, revolucionário, e execravel. Para beneficio da Mocidade Brasileira, especialmente da Fluminense, por hum seu patricio fiel aso deveres, que lhe impõe a religião, e o Imperio. Lisboa: Impressão Regia, 1827. (Impressa no Rio de Janeiro) [BNL – RES 1695¹-V – Reservados]

¹⁰⁷ VIEIRA, David (op. cit), p. 35-36.

¹⁰⁸ Idem, p. 36.

diríamos que o consenso entre os jansenistas, galicanos de todas as espécies e liberais, no Parlamento brasileiro, era que o ultramontanismo representado pelas ordens religiosas estrangeiras não deveria ser importado e, se já estivesse no Império, deveria ser confinado aos conventos e nunca lhe ser permitido “contaminar” o povo com “idéias absolutistas”. O Deputado baiano José Lino Coutinho expressou, em poucas palavras, o que os liberais desejavam: “O Brasil, Sr. Presidente, precisa de estrangeiros que lhe venham trazer a indústria e as artes”, disse ele, o que devemos “é dar à mocidade uma educação de verdadeiros católicos mais livres de preconceitos; devemos ensinar-lhes a religião de Jesus Cristo e não a hipocrisia”. Por essa razão, Coutinho se opunha à importação de frades e exigia outro tipo de imigração para o Brasil.¹⁰⁹

Em 1864, as teses ultramontanas foram sistematizadas na Encíclica *Quanta cura* e no *Syllabus*, anexo à mesma. Portanto, a grosso modo, pode se dizer que o ultramontanismo do século XIX colocou-se, não apenas numa posição a favor de uma maior concentração do poder eclesiástico nas mãos do papado, mas também contra uma série de coisas que eram consideradas erradas e perigosas para a Igreja.¹¹⁰ Entre esses “perigos” estavam: o galicanismo, o jansenismo, o protestantismo.

No Brasil, o ultramontanismo conquistou setores importantes da Igreja. Essa “vitória” foi em parte alcançada quando os bispos conseguiram o direito de suspender qualquer clérigo *ex-informata conscientia* (Decreto nº. 1911 de 28 de março de 1857), sem que o clérigo afetado pudesse apelar para a Coroa, bem como quando obtiveram o controle dos Seminários. Com o seu desejo de obter para o país um clero bem mais educado, mandou para a Europa um grande número de seminaristas brasileiros que absorveram idéias ultramontanas nos seminários da França e da Itália. Ao voltarem ao Brasil, esses jovens em pouco tempo conquistaram posições de liderança dentro da Igreja. Muitos deles chegaram a bispo em pouco tempo. A verdade é que, pelos idos do Concílio Vaticano I (1869-1870), todos os bispos brasileiros e seus colegas latino-americanos eram ultramontanos e se juntaram na defesa das “Constituições Dogmáticas” que estabeleciam a “Fé Católica” e a “infallibilidade do Papa”.¹¹¹

Em 1872, os bispos de Olinda, D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, e o de Belém D. Antônio de Macedo resolveram atender às ordens de Roma e expulsaram os maçons das organizações religiosas. Naquela época, a Maçonaria se encontrava infiltrada na Igreja em Pernambuco, fato que levou D. Vital a se levantar contra essa instituição, proibindo inúmeras

¹⁰⁹ Idem, p. 37.

¹¹⁰ Idem, p. 33.

¹¹¹ Idem, p. 38.

vezes os padres de celebrarem missas encomendadas pelos maçons. Soma-se a esta delicada situação o fato da imprensa maçônica, atacar os dogmas da Igreja Católica, o que fez com que D. Vital, a 21 de novembro de 1872 escrevesse uma carta pastoral ao clero, acautelando, seus padres e colaboradores a estarem premunidos a respeito das doutrinas pregadas pela Maçonaria.¹¹²

A Maçonaria, na figura do Grão Mestre do Lavradio o Visconde do Rio Branco – Presidente do Conselho de Ministros – ofendida com a reação do bispo, que invocava textos pontifícios não *placitados* pelo governo imperial para atacar a imagem da instituição, utilizou-se de sua forte presença no Gabinete e no Senado para desencadear uma guerra pelos jornais contra o episcopado brasileiro. Neste sentido, em 17 de maio de 1873, Visconde do Rio Branco em discurso no Senado defendeu com vigor os princípios maçônicos contra as acusações da Igreja.

Eu entrei na maçonaria há muitos annos, e nunca vi que ella se occupasse com a religião nem com a política do Estado: foi sempre a meus olhos, pela experiência que tenho, uma associação destinada a socorrer os seus membros e a promover o aperfeiçoamento moral e intellectual do homem. Se ella faz pouco neste empenho, se tem erreado poucas escolas, os actos de beneficência são incontestáveis (apoiados); muitas famílias recebem auxílios dessas sociedades, que se pretende estigmatizar, a que se pretende mesmo negar os foros de cidade no Brazil.¹¹³

O Conselho de Estado considerava o interdito ilegítimo porque a excomunhão não respeitava a Constituição Brasileira de 1824 que garantia ao Imperador o direito do beneplácito. Assim a indicação de bispos, arcebispos, cardeais, superiores de ordens e beneficiários, além da autorização de bulas e breves papais deveriam receber a autorização de D. Pedro II. Na sessão do Senado de 24 de maio de 1873, o discurso pronunciado pelo Sr. Alencar Araripe elucidava alguns pontos desta questão e ao mesmo tempo denunciava a desobediência dos bispos perante as leis imperiais.

Lamento profundamente que o nosso episcopado não conheça o perigo, e tente a árdua empreza contra as attribuições da autoridade civil (Apoiados), sonhando

¹¹² TERRA, João Evangelista Martins (op. cit), , p. 158.

¹¹³ DEFESA da Maçonaria no Parlamento Brasileiro pronunciado no Senado pelo Sr. Visconde do Rio Branco (Presidente do Conselho de Ministros) e Alencar Araripe (Membro da Camara Temporaria) Ouro Preto Typ. do Echo de Minas, 1873. p. 4

com a restauração de uma ordem de cousas que jamais voltará. Longe vai a época do domínio temporal do clero, e essa época não figurará mais na historia futura da humanidade. O estudo do que entre nós se passa demonstra que resurgio a idéa de restabelecer um domínio decahido; e para rehabilitar a supremacia do poder temporal no episcopado, os nossos bispos planejarão investir contra a associação maçônica, e depois proceder, em aberta resistência, contra o próprio poder civil. Havião bullas papaes excommungando os maçons; portanto os bispos brasileiros, na execusão do seu plano, devião começar dizendo que a associação estava condemnada, e que não podia existir porque merecia a reprovação da igreja. ¹¹⁴

É interessante observar que o agravamento do conflito possibilitou algo que parecia impossível no Brasil, a união entre os dois Grandes Orientes. Os dois grão-mestres, Rio Branco e Saldanha Marinho convocaram os maçons de todo o Brasil para a batalha que se ia travar contra a Igreja. Os jornais maçônicos se agitaram. *A Família* do Rio de Janeiro; *A Família Universal* e *A Verdade*, de Pernambuco; *O Pelicano*, do Pará; *A Fraternidade*, do Ceará; *A Luz*, do Rio Grande do Norte; *A Laborum*, de Alagoas; *O Maçom*, do Rio Grande do Sul. Em vários pontos do país, foram fundados novos jornais com a finalidade confessada de combater o que chamavam “ultramontanismo” ou “jesuitismo”..

Essa imprensa sectária era liderada, principalmente, por Saldanha Marinho, sob o pseudônimo de Ganganelli. Palavras como padrecos, ferrenhos detratores, maltrapilhos, capadócios de grande força, irrisórios pedagogos, sicofantas, tornaram-se comum nestes textos. ¹¹⁵

O governo imperial tentou tranquilizar os ânimos enviando o Barão de Penedo até Roma. Em carta, o papa Pio IX pediu aos clérigos brasileiros para terem mais cautela e tolerância, mas a correspondência papal não chegou a tempo e o agravamento da crise foi inevitável. O bispo de Olinda, acusado perante o Supremo Tribunal foi preso e recolhido ao arsenal da marinha do Recife, a 2 de janeiro de 1874. Na sessão do julgamento apresentaram-se para defendê-lo o Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos e o senador Cândido Mendes de Almeida. Todavia D. Vital foi condenado a 4 anos de prisão com trabalhos forçados. Por decreto de 12 de março, foi-lhe comutada a pena a prisão simples na fortaleza de São João, no Rio de Janeiro. ¹¹⁶

¹¹⁴ Idem, p. 9

¹¹⁵ TERRA, João Evangelista Martins (op. cit), , p. 156.

¹¹⁶ Idem, p. 161.

A reação negativa da opinião pública nacional e internacional levou ao desgaste e, conseqüentemente, a queda do Gabinete Conservador liderado por Rio Branco. Em resposta o Imperador nomeia outro conservador, Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, para chefiar o novo Gabinete. Duque de Caxias também era maçom, mas condicionou a aceitação do Ministério à concessão da anistia aos dois bispos. Fez ver ao Imperador que a solução da anistia incondicional dos prelados era a única medida capaz de estancar a crise.¹¹⁷

Finalmente em 17 de setembro de 1875 o governo decidiu recuar e assinou o decreto que libertava os clérigos, coloca-se um fim a Questão Religiosa que já se arrastava por 3 longos anos. Entretanto os ataques continuavam de ambos os lados demonstrando que o impasse ainda permanecia entre as duas instituições. Do lado maçônico as críticas à hierarquia clerical, à intervenção nos assuntos civis e o atraso representado pelo catolicismo permanecia em pauta. Em conferência realizada, no dia 21 de julho de 1876, no *Grande Oriente Unido do Brasil*, o orador Ruy Barbosa elucidou de forma precisa os contornos dessa situação.

Subscrever á falsidade ultramontana, confessar em si chagas que está consciente de não ter, sentar-se resignada e humildemente no muladar de vilependio que lhe indicam e murmurar, na inércia, as palavras de Job? Não! Nunca! (Bravos, Apoiados Geraes). Não seria simplesmente suicídio, mas pusillanimidade; não seria unicamente ruína, mas covardia; não seria só aniquilamento, mas apostasia, deserção, opprobrio... (Aplausos)¹¹⁸

Segundo Ruy Barbosa, a Questão Religiosa foi antes de tudo uma “Questão Política”, uma disputa travada entre a ortodoxia-religiosa e o legalismo monárquico. Em meio a esta situação, a Maçonaria foi tomada como “bode expiatório”. Por isso, para Ruy Barbosa, a luta dos maçons deveria continuar no sentido de construir um Estado laico e secular.

Eis a pedra de tropeço, pedra de escândalo entre elles e vós. Eis o nosso symbolo, o segredo immortal da nossa força: o crente emancipado na igreja, a igreja livre no Estado, o Estado independente da igreja. Eis o nosso terreno, onde os legisladores somos nós, não o papa, onde os decretos são os do nosso parlamento, não os da cúria. Trata-se de nossas pessoas, de nossas almas, de

¹¹⁷ Idem, p. 162.

¹¹⁸ BARBOSA, Ruy. *Novos Discursos e conferencias*. (colligido e revisto por Homero Pires) São Paulo. Editores Livraria Acadêmica. Editora: Saraiva & Cia. 1933. p. 12

*nossa prosperidade individual e colectiva, de nossa incommunicavel responsabilidade perante Deus.*¹¹⁹

No âmbito internacional, o clima hostil entre a Maçonaria e a Igreja parecia não ter fim. Em 1879 a Maçonaria francesa declarava apoio incondicional a todos os elementos que tinham interesse em combater o catolicismo. Em resposta, os setores católicos intensificaram ainda mais a propaganda antimaçônica, que assumiu as formas mais diversas, desde as declarações do Magistério Romano e de livros sérios, até panfletos, destituídos de todo rigor científico, que utilizavam argumentos muitas vezes fantasiosos. Dentre estes últimos, destacamos *Os mistérios da franco-maçonomia revelados* (1885) de autoria do ex-maçom e jornalista francês Gabriel Jogand Pages, mais conhecido como Leo Taxil. Rapidamente esta obra se tornou um best-seller da época, difundindo ainda mais a narrativa antimaçônica nos meios católicos.

Taxil “revelava” ao mundo a existência de uma ordem maçônica secreta chamada *Palladium*, no interior da qual haveria maçons incorporados pelo demônio. Nos rituais os maçons dançavam ao redor de Baphomet, uma criatura pagã cultuada pelos Templários que possuía um corpo humano com cabeça de bode. Além disso, o livro descrevia o aparecimento pessoal de Satanás em rituais maçônicos – “aparentemente ele tomou a forma de um crocodilo e tocou piano” – e os laboratórios secretos sob Gibraltar onde demônios fabricavam germes de pestilência para devastar a Europa católica.¹²⁰

O livro ficou tão famoso que Taxil ganhou uma audiência com o papa Leão XIII, em 1887. Depois do encontro, o Vaticano patrocinaria sua campanha antimaçônica e a publicação de vários outros livros.

Desde minha admissão sob o estandarte da Igreja, estava bem convencido de uma verdade: que não saberia ser um bom ator se não me metesse na pele do personagem que representava; se não acreditasse - ao menos de momento - que estava acontecendo. No teatro, se representa uma cena de desespero, não se pode dissimular as lágrimas; o cômico enxuga com seu lenço olhos secos; o artista chora realmente. Por esta razão, durante toda a manhã que precedeu minha recepção, concentrei-me na situação de uma forma tão completa que estava pronto para tudo e era incapaz de dar um tropeço, apesar de toda surpresa.

¹¹⁹ Idem, p. 13

¹²⁰ CONFERÊNCIA, Leo Taxil disponível em http://www.guatimozin.org.br/artigos/taxil_confer.htm Acessado em 05 de Janeiro de 2009.

Quando o Papa me perguntou: - Filho meu, que desejais? Respondi-lhe: - Santo Padre, morrer a vossos pés, agora, neste momento... Seria minha maior sorte...Leão XIII se dignou dizer-me, sorrindo, que minha vida era mais útil, todavia, para os combates da fé. E abordou a questão da Maçonaria. Tinha todas minhas novas obras em sua biblioteca particular; ele as havia lido de cabo a rabo e insistiu no direcionamento satânico da seita.¹²¹

Finalmente, em 1897, Taxil comunicou que iria reunir um grupo de pessoas para apresentar uma senhorita que desejava renunciar a Satã e converter-se ao catolicismo. No dia marcado, o salão encontrou-se abarrotado de religiosos, maçons e jornalistas e, surpreendentemente, Taxil informou que nada havia de revelar, porque nunca havia existido a tal Ordem *Palladium* e que tudo não passava de uma brincadeira que visava ridicularizar a credulidade católica.

Não vos aborrecei, meus reverendos Padres, riais melhor, com vontade, ao saber hoje que o que aconteceu é exatamente o contrário do que acreditastes ter acontecido. Não houve, de modo algum, nenhum católico que se dedicou a explorar a Alta Maçonaria do paladismo. Pelo contrário, houve um livre-pensador que para seu proveito pessoal, de modo algum por hostilidade, veio passear por vosso campo, durante onze anos, talvez doze; e... é vosso servidor. Não há o menor complô maçônico nesta história e o provarei imediatamente. É preciso deixar Homero cantar os êxitos de Ulisses, a aventura do legendário cavalo de madeira; esse terrível cavalo não tem nada que ver no caso presente. A história de hoje é muito menos complicada.¹²²

A lição de Taxil para aquela platéia era clara “o demônio só existe na cabeça de quem acredita”. Entretanto parecia que a lição de Taxil não foi aprendida, pois apesar de todos terem ouvido de modo indignado a sua confissão, seria tarde demais para a Maçonaria. Sua imagem já se encontrava solidamente associada às práticas satânicas, rituais macabros e, principalmente, à incômoda figura de Baphomet.

Segundo Marco Morel, nem só de histórias bíblicas, heróicas e exemplares é constituído o conjunto lendário que explica as origens da Maçonaria e alimenta o imaginário acerca desta sociedade. Há também aquelas narrativas que, ao contrário de enaltecer e legitimar a organização dos Pedreiros-Livres, procuram desqualificá-la, relacionando sua

¹²¹ Ver: CONFERÊNCIA, Leo Taxil disponível em (op.cit)

¹²² Idem.

origem e seus objetivos com tudo o que há de mais obscuro e contrastante com os valores morais, principalmente, no que se refere àqueles advindos da cultura cristã. Seja por razões de natureza religiosa, por desavenças políticas ou tão-somente com o intuito de criar polêmica, o fato é que as chamadas narrativas antimaçônicas são tão ou mais abundantes do que as elaboradas pelos próprios maçons. Aliás, são também mais criativas e pitorescas, o que as tornam mais populares e freqüentes na imaginação coletiva. Não obstante a constante referência a elementos esotéricos, assim como a representações do imaginário cristão como o inferno e o diabo, todos os escritores antimaçônicos, ironicamente, procuraram dar um caráter de cientificidade aos seus relatos, embasando-os, no dizer destes, em uma “sólida” documentação e metodologia.¹²³

Desta maneira, a Maçonaria adentrava o século XX como sinônimo de anticlericalismo e anticristianismo. Nas palavras de Leão XIII, a Ordem maçônica representava a própria materialização do Diabo.

*Nesta empreitada insana e pervertida nós quase podemos ver o ódio implacável e o espírito de vingança com o qual o próprio Satanás está inflamado contra Jesus Cristo – Do mesmo modo o estudado esforço dos Maçons para destruir as principais fundações da justiça e honestidade, e para cooperar com aqueles que desejarem, como se fossem meros animais, fazer o que eles quiserem, tende somente para a ignominiosa e desgraçada ruína do gênero humano.*¹²⁴

Em suma: a diabolização caricatural da Maçonaria foi uma das principais estratégias de ataque aos Pedreiros-Livres na segunda metade do século XIX. Não foram poucos os autores que interpretaram a Maçonaria como “o anticristo, profetizado por Jesus”. A sustentação desta acusação foi uma tarefa relativamente simples, visto que a simbologia maçônica, com sua influência egípcia e cabalística e com seus misteriosos rituais e cerimônias de *iniciação* propiciaram e a até alimentaram essas associações imagéticas.

Para Morel, o padre brasileiro Teófilo Dutra, é um bom exemplo, ao escrever, em 1931, sua obra *As seitas secretas*, procurou mostrar que a ciência era útil à Igreja no momento de desmascarar os seus inimigos: “Sabe ela [a Igreja] que a ciência lhe presta auxílio direto [...] a ciência é um ácido que dissolve todos os males [seitas] exceto o ouro [cristianismo].” Apesar de buscar fundamento e legitimidade na ciência, as fontes utilizadas pelo padre, assim como pela maioria dos detratores da Maçonaria, possuíam procedência duvidosa. Vinham, em geral,

¹²³ MOREL, Marco & SOUZA, Françoise Jean de Oliveira (op. cit), , p. 35

¹²⁴ BULA *Humanus genus*. On-line. (op. cit),

“de um amigo da Europa que as enviara secretamente pelo correio”; de padres que “pertenceram” à maçonaria e que, após a abjurarem, resolveram delatar os seus segredos ou de moribundos que, em busca do perdão no leito de morte, resolveram confessar seus pecados maçônicos. Ao explicar, por exemplo, a origem da Maçonaria, o já citado padre Dutra narrou uma história pitoresca, baseada, segundo ele, “na filosofia e no critério”. Dizia que, após terem-se desenvolvidos as corporações de Pedreiros-Livres, o diabo teria percebido a propriedade dessa sociedade e teria dela se apoderado. Em seguida, amalgamou na Maçonaria todas as heresias que havia feito brotar na terra e a transformou na “seita tenebrosa”, a quinta-essência das heresias, a síntese de todas elas. Já em outras versões elaboradas por escritores católicos, a maçonaria descenderia ora da cabala judaica, do gnosticismo ateu e, até mesmo, do herege protestantismo. Desse modo, independente da versão que narra a origem da maçonaria, ela constituir-se-ia, por natureza, como uma instituição de pecado. Desde a sua origem, ela seria inimiga da Igreja e amiga do diabo, “do qual é filha reverente”.¹²⁵

De acordo com a narrativa antimaçônica os maiores iludidos seriam os próprios maçons que, desconheciam os segredos ocultos da Ordem. Os membros de baixa graduação serviriam apenas para que a “seita” se apresentasse perante a sociedade como uma organização do “bem”, uma vez que seria composta por pessoas respeitáveis como padres, nobres e até reis. A idéia de que o segredo maçônico escondia sempre o seu caráter conspiratório influenciou vários escritores, sendo que, cada um deles deu ao mito uma versão particular. O objetivo de tal conspiração é que recebeu explicações diversas: instaurar o reino de satanás, impor a anarquia, o comunismo, o capitalismo ou até mesmo, a dominação judaica universal. Este último objetivo, inclusive, foi amplamente divulgado pelo *Os protocolos dos sábios de Sião*.¹²⁶ Livro apócrifo hoje considerado uma das maiores falsidades do século, *Os protocolos* foi publicado pela primeira vez na Rússia, em 1905 e denunciava uma Conspiração universal dos judeus.

Além disso, como consequência do mito do complô, a Maçonaria passou a ser associada praticamente a todos os acontecimentos que marcaram a humanidade nos últimos séculos. Por trás de cada fato, de cada decisão política, de cada guerra, de cada calamidade, estaria a Maçonaria, planejando, maquinando, manipulando. Do modo como demonstrou Morel, nem mesmo os Estados Unidos, grande potência mundial, estariam livres dos desígnios maçônicos. Pelo contrário, tendo em vista que nessa nação reside a maior comunidade maçônica do

¹²⁵ MOREL, Marco & SOUZA, Françoise Jean de Oliveira (op. cit), p. 37.

¹²⁶ No Brasil o livro *Os Protocolos dos Sábios de Sião*, foi publicado e comentado por Gustavo Barroso em 1936. Ver: BARROSO, Gustavo. *Os Protocolos dos Sábios de Sião*. São Paulo: Minerva, 1936.

mundo, de lá sairiam as principais decisões norteadoras dos destinos da humanidade. Reza a lenda que o próprio presidente americano Woodrow Wilson, em 1913, teria dito, numa clara referência à Maçonaria, que “existe um poder em algum lugar tão organizado, tão sutil, tão atento, tão entrelaçado, tão completo, tão disseminado e abrangente, que é melhor abaixar muito bem a voz ao dizer qualquer coisa em condenação a ele”.¹²⁷

Mais uma vez a tese de Girardet é reforçada, pois segundo ele nos momentos de crise o mito do complô ressurgiria com força total. Dessa maneira, por baixo das grandes ondas da história humana fluiria a corrente subterrânea e furtiva das sociedades secretas, que freqüentemente determinam, nas profundezas, as mudanças que serão feitas na superfície. Diante de tais “evidências”, ou na impossibilidade de refutar tais acusações o mais prudente e seguro parece ser acreditar na Maçonaria como uma sociedade poderosa e onipresente.¹²⁸ Pois como vimos o próprio mito do complô maçônico surgiu como consequência dos abalos causados pela Revolução Francesa e pelo advento da modernidade. Diante de transformações tão rápidas e profundas, difíceis de explicar e de digerir, as pessoas buscavam formas de tornar o destino novamente inteligível ou, ao menos, coerente. Para tal, bastava encontrar um agente a quem pudesse inculcar todas as responsabilidades. Sendo a Maçonaria uma sociedade fechada e cercada de mistérios, ela acabava por reunir todas as características que fariam dela o “bode expiatório” da vez.

¹²⁷ APUD. MOREL, Marco e SOUZA, Françoise Jean de Oliveira (op. cit), p. 39.

¹²⁸ GIRARDET, Raoul. (op. cit), p. 12.

3 GUSTAVO BARROSO ENTRE “O CULTO DA SAUDADE” E O “CONCEITO DA HISTÓRIA”

Durante muitos anos me tenho entregue à patriótica e muitas vezes incompreendida tarefa de restaurar o brilho de nossas esquecidas glórias e tradições militares. Iniciei este trabalho em tempos ingratos, quando nosso meio, por ignorância ou minado pelo micróbio positivista, se manifestava de todo hostil a qualquer tentativa dessa natureza. Estou hoje esquecido; mas quando galhardamente desfilam pelas avenidas sob os aplausos da multidão entusiasmada, os regimentos engalanados de faulhentos uniformes tradicionais, sobretudo os já famosos Dragões da Independência, creio que algumas pessoas se recordarão ainda da campanha soez feita contra o jovem deputado idealista que lançara essa idéia do seio dum parlamento dominado pela politicagem.¹²⁹

Introdução:

Conforme vimos no primeiro capítulo, nos séculos XVIII e XIX, consolidou-se no interior do imaginário social a imagem de uma Maçonaria ligada, tanto à idéia de revolução, quanto ao caráter demoníaco. Essas imagens foram reproduzidas na medida em que papas e reis “percebiam” o iminente perigo que corriam ao permitir a propagação dos maçons.

A grande repercussão da obra de Barruel, acabou por identificar os maçons ao jacobinismo revolucionário, ao mesmo tempo, em que as condenações pontifícias, juntamente com a obra de Leo Taxil, contribuíram para galvanizar, sobretudo nos países latinos, um elaborado ideário antimaçônico. Ressaltou-se ainda, que essas narrativas antimaçônicas chegaram ao Brasil no início do século XIX, sobretudo, a partir das traduções de Agostinho de Macedo. Não obstante, com o agravamento da “Questão Religiosa” na década de 1870, ocorreu um crescimento considerável da narrativa antimaçonaria no país.

A partir de agora analisaremos a narrativa antimaçônica que se desenvolveu no Brasil na primeira metade do século XX. Conforme será observado, o escritor cearense Gustavo Barroso foi um dos principais responsáveis pela difusão das idéias antimaçonaria, principalmente após a publicação da *História secreta do Brasil*. Por isso, neste capítulo a atenção estará voltada para a produção deste intelectual. Pois entendemos que o conhecimento do perfil deste autor, que ao longo de sua vida buscou sempre respostas para as questões de seu tempo, possibilitará vislumbrar melhor os objetivos de sua obra. Assim, para compreendermos as idéias e de que forma Gustavo Barroso entendia o exercício do poder é preciso, antes, conhecer um pouco desta personalidade contraditória, que por um lado demonstrava sensibilidade ao organizar um museu e traduzir textos do precursor do

¹²⁹ BARROSO, G. Esquematização da História Militar do Brasil. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional-Imprensa Nacional, 1942. v. 3, p. 401.

romantismo alemão Goethe e, por outro, expressava toda sua truculência como Chefe das Milícias integralistas.

Gustavo Barroso já foi objeto de análise de antropólogos, historiadores, e museólogos, que apesar de divergirem quanto ao aporte teórico e metodológico, em última instância propunham desvendar as ações deste personagem. A grande maioria dessas obras destaca o perfil de intelectual renomado, membro efetivo da Academia Brasileira de Letras e, principalmente, diretor-fundador do Museu Histórico Nacional.¹³⁰ Por outro lado, existem também estudos destacados que privilegiam a atuação de Barroso à frente da Ação Integralista Brasileira. Neste caso, as obras se referem ao seu perfil político enfatizando o discurso anti-semítico do intelectual.¹³¹

Um dos trabalhos mais recentes que abordam a relação de Barroso com o Museu Histórico Nacional é de autoria da historiadora Aline Montenegro Magalhães, *Culto da Saudade na Casa do Brasil: Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional*. A autora tenta resgatar o contexto conturbado vivenciado pelo diretor, numa época em que os padrões de

¹³⁰ Ver: ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco Lapa. 1996; MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Culto da Saudade e o Museu Histórico Nacional (1922 – 1959)*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006; ELKIN, Noah Charles. 1922: o encontro do efêmero com a permanência. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional-Imprensa Nacional, 1997. v. 29, p. 121 – 140; WILLIAMS, Daryle. Sobre patronos, heróis e visitantes: o Museu Histórico Nacional 1930 – 1960. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional-Imprensa Nacional, 1997. v. 29, p. 141 – 186; DUMANS, Adolpho. A idéia da criação do Museu Histórico Nacional. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional-Imprensa Nacional, 1942. v.3, p. 383 – 397; CARVALHO, Nair de Moraes. As comemorações do setuagésimo aniversário do fundador do MHN. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949. v. 10, p. 263 – 331; SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Memória-cidadã: História e Patrimônio Cultural. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional-Imprensa Nacional, 1997. v. 29, p. 37 – 55; FERNANDES, Lia Silvia Peres. Gustavo Barroso e o seu Tempo. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional-Imprensa Nacional, 2003. v.35, p. 183-184; REIS, Cleber José das Neves. Uma “marca barrosiana”: a primeira exposição permanente do Museu Histórico Nacional. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional-Imprensa Nacional, 2003. v.35. p. 213 – 226; CASTRO, Fernando Vale. As colunas do Tempo: O Folclore no Pensamento de Gustavo. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 2003. v.35. p. 197- 212; OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos. Ouro Preto: a cidade sagrada. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional-Imprensa Nacional, 2003. v. 35. p. 249 – 264.

¹³¹ Ver: MAIO, Marco Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky. O pensamento Anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1992; MAIO, Marco Chor. O pensamento anti-semita moderno no Brasil: o caso Gustavo Barroso. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. v. 35. p. 227 – 248; CYTRYNOWICZ, Roney. *Além do Estado e da Ideologia: Migração Judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial*. On-line. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882002000200007&script=sci_arttext&tlng=en >. Acessado em: 03 de novembro de 2008. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-Semitismo na Era Vargas: Fantasmas de uma geração (1930 – 1945)*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1988.

modernidade, ditados pelas potências capitalistas, impunham novas referências à “atrasada” sociedade brasileira. Na montagem deste panorama, Magalhães observa a transformação da paisagem urbana ocorrida com o inchaço das cidades devido ao êxodo rural. Reformas de saneamento, embelezamento e modernização, foram realizadas à custa do sacrifício de antigas edificações.

3.1 Gustavo Barroso: o jornalista, o escritor e o Imortal

Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso nasceu no final do período monárquico, em 29 de dezembro de 1888, ano da abolição da escravidão no Brasil. Natural de Fortaleza, Ceará, filho de Antônio Felinto Barroso e de Anna Dodt Barroso. Em sua autobiografia Barroso informou que foi criado pelo pai e tias paternas, por ter ficado órfão de mãe aos sete dias. Seus irmãos mais velhos foram levados por seu pai para a companhia de seus avós alemães, então em São Luiz do Maranhão. Como era muito novo para viajar, ficou com sua avó e tias brasileiras. O pai de Barroso, Antônio Felinto, era um “homem de letras” que juntamente com Capistrano de Abreu, Rocha Lima, Childerico de Faria, Frederico Borges e Araripe Jr. fundaram a Academia Francesa de Letras. A mãe, era diplomada pela Escola Normal de Hamburgo.¹³²

Apesar de sua descendência materna nunca pronunciou uma palavra em alemão. Quando analisamos as memórias de Barroso percebemos que o autor não se via como germânico, ao contrário, era a história brasileira que o envolvia desde seus primeiros anos de vida. Declarou varias vezes que o seu caráter “retilíneo e mesmo áspero”, vinha de sua avó paterna (brasileira) que “nunca se curvou senão diante de Deus”. Porém, acreditava que o seu pendor natural para a disciplina e a ordem seriam derivados de sua ascendência alemã.¹³³

Em *Gustavo Barroso e o seu tempo*, a historiadora Lia Silvia Peres Fernandes ressaltou que o escritor, embora tenha nascido no seio de uma família tradicionalista e conservadora, não teve uma formação tão religiosa. Sua infância foi influenciada inicialmente pela irmã mais velha de seu pai, que tinha bastante leitura e o espírito romântico da cultura oitocentista. Falava muito em Lamartine, em Victor Hugo, na Revolução Francesa, em D. Pedro II, Joaquim Nabuco e Maciel Monteiro. Outra fonte de influência foi exercida por seu padrinho de batismo, anteriormente um voluntário de Pátria, ferido em Itororó, que frequentemente narrava ao menino suas memórias da Guerra do Paraguai. Por isso, sua

¹³² MAIO, Marco Chor. (op. cit), p. 68.

¹³³ BARROSO, Gustavo. *Coração de menino*. Rio de Jaeniro: Ed. Getulio Costa, 1939. p. 56.

formação familiar foi bastante contraditória, oscilava entre a religião e o ateísmo, enquanto a avó e uma das tias eram católicas praticantes e o levavam à Igreja, o pai era ateu e a outra tia costumava citar Draper n' *Os Conflitos da Ciência com a Religião*. Foi batizado, mas só faria a primeira comunhão para se casar, tendo sido educado num colégio leigo onde os alunos tinham rixa com um colégio religioso.¹³⁴

Outro aspecto da personalidade de Barroso era o hábito de colecionar objetos variados, desenvolvido ainda na infância. Sua primeira coleção foi de selos depois que sua avó paterna lhe presenteou, com os “Olhos de Boi” e os “Olhos de Cabra”. Ainda na infância, Barroso fundou uma espécie de “sociedade secreta para crianças”, imitando os rituais que costumava observar de cima do telhado de uma Loja maçônica localizada em Fortaleza.¹³⁵

A origem social de sua família provinha de um “tradicional clã rural em pleno declínio material”, que sempre esteve engajado nos principais acontecimentos políticos do Ceará entre 1840 e 1880.¹³⁶ Quando menino seu sonho era ser militar, entretanto, devido as dificuldades financeiras foi obrigado a seguir pela tradicional carreira destinada às elites, o direito.¹³⁷ Admirava o pai que, quando, comandante de polícia, montava a cavalo na frente do batalhão. As tias vestiam-no de oficial e ele desfilava pelas ruas com uma espadinha de brinquedo na cintura. Nas palavras de Barroso:

*Minha vida é povoada de recordações militares e gosto tanto de tudo o que se refere à vida guerreira que todos os amigos e conhecidos de meu pai me auguram um futuro de soldado. Na nossa família há o culto da tradição de pátria e a estima pela bravura pessoal.*¹³⁸

Em seu estudo sobre a formação da intelectualidade brasileira, José Murilo de Carvalho demonstrou que o imaginário infantil das primeiras décadas do século XX, era povoado por heróis militares, o que de certa forma refletia o mundo dos adultos. Assim as crianças nascidas ainda no tempo de D. Pedro II, mas crescidas sob a presidência de Deodoro e sob a de Floriano, vivenciaram um encanto da figura de soldado. Para Carvalho, as primeiras vitórias do Brasil na guerra contra o Paraguai despertaram autêntico entusiasmo cívico. Formaram-se batalhões patrióticos, a bandeira nacional começou a ser reproduzida nos jornais e revistas, em cenas de partida de tropas e de vitórias nos campos de batalha. O

¹³⁴ FERNANDES, Lia Silvia Peres. (op. cit), p. 184.

¹³⁵ Idem, p. 186

¹³⁶ Idem, p. 165

¹³⁷ Idem, p. 30

¹³⁸ APUD. FERNANDES, Lia Silvia Peres. (op. cit) p. 184

hino nacional começou a ser executado e a imprensa começou também a tentar criar os primeiros heróis militares nacionais. Até então, o Brasil era um país sem heróis.¹³⁹ Nesta perspectiva, Barroso não era diferente dos outros meninos do seu tempo, pois os seus heróis infantis eram na maioria militares, como Duque de Caxias, Osório, Napoleão, conde d' Eu, entre outros.



Fotografia 1: Gustavo Barroso aos 4 anos de idade, fardado de alferes-aluno. Fonte: FERNANDES, Lia Silvia Peres. (op. cit), p.186.

Conforme sugeriu Fernandes, Barroso, em sua infância e adolescência, viu surgir vários conflitos envolvendo o Exército e também a polícia. Um exemplo disso foram os combates que ocorriam em Canudos no interior da Bahia.¹⁴⁰ Deste modo, Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro sugeriu que aquele contexto, nacionalmente violento, teria influenciado e transformado Barroso num jovem delinqüente. Atacava soldados e praticava atos contrários à ordem pública, estava quase sempre envolvido em brigas de rua e na formação de “ganguês”. Barroso relatou que uma vez, quando criança, recebeu uma chicotada de um carroceiro português e em troca feriu o homem com um ancinho deixando-o desacordado. Durante a adolescência, adotou a navalha como arma preferida. Iniciando a época adulta, se inscreveria como aluno na recém fundada Faculdade de Direito em Fortaleza (1907). Nesta

¹³⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil – o longo caminho*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 2001.

¹⁴⁰ FERNANDES, Lia Silvia Peres. (op. cit), p. 186-187

época assumiu uma posição contrária ao governo em Fortaleza (seu pai era amigo do governador do Ceará). Seu foco principal de acusações seriam as tradições liberais do Brasil.

141

Segundo Antônio Mello da Silva¹⁴², Barroso aproximava-se do espírito de análise do século XIX, estando assim mais de acordo com as tendências de revolta e oposição do século passado. Barroso teria sido influenciado por um professor de francês, que lhe dava para ler Bakunine e Lasalle, Proudhon e Karl Marx, por isso naquelas aulas nasceram o ódio pela burguesia, o amor ao proletariado e um grande anseio de justiça social. Ainda como estudante fundou uma república chamada o “Consulado Imperial da China”. Para Mello Silva, as repúblicas estudantis cearenses ligavam-se entre si por uma espécie de federação secreta que abrigava e dava fuga aos perseguidos da polícia. Barroso também chegou a associar-se a alguns cobradores de dívida aproveitando-se de seu porte físico avantajado. Devido a este comportamento desviante esperava ser surrado a qualquer noite pela polícia.¹⁴³

Diante da conduta de Barroso somos levados a acreditar que este jovem ao invés de freqüentar clubes literários cearenses e fazer sonetos como a maioria dos colegas de curso, preferia os exercícios físicos e as aulas de esgrima. Mas como ressaltou Mello da Silva, embora Barroso tivesse esta tendência à brutalidade, outros aspectos de sua personalidade deveriam ser observados. Pois Barroso também acrescentou em sua trajetória atividades ligadas à ciência, à literatura e a arte. Trabalhou como pintor e desenhista, de livros, aquarelas, diplomas, além de retocar retratos e dar aulas no curso primário e secundário. Com o tempo, aquele homem rude e pouco sofisticado tornou-se um freqüentador assíduo de rodas literárias e reuniões políticas, passando a vestir-se com elegância.¹⁴⁴

Sua primeira publicação aconteceu no dia 11 de outubro de 1906, pelo jornal *A República*, sob o pseudônimo de *Nautilus*, texto sobre o Descobrimento da América. Do modo como demonstrou Carneiro, a primeira conferência pública numa sociedade literária ocorreu em 1909. Durante essa fase, Barroso dedicou-se aos estudos, alcançando notas altas, na Faculdade de Direito do Ceará. Em 1914, a Livraria Garnier deu-lhe a incumbência de

¹⁴¹ CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. Gustavo Barroso, enfim, soldado da farda verde. In. *X Encontro Regional de História – ANPUH/RJ*. Universidade do Rio de Janeiro. 2002. On line. Disponível em <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2002/Indice2002.htm> Acessado em 02 de fevereiro de 2009.

¹⁴² Antônio Mello da Silva foi eleito no dia 12 de abril de 1960 para a cadeira 19 da Academia Brasileira de Letras sendo o sucessor de Gustavo Barroso. Em seu discurso de posse elaborou, como de costume entre os imortais, um breve resumo da trajetória de vida de seu predecessor. Ver: DISCURSO de Antônio da Silva Mello. In *Discursos Acadêmicos 1960 –1962- Vol. XVII*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1971.

¹⁴³ Idem, p. 67.

¹⁴⁴ Idem, p. 57.

traduzir *Fausto* de Goethe. A tradução, que foi publicada em 1920, mereceu elogios de Sérgio Buarque de Holanda. Passou a admirar Alexandre Herculano e Eça de Queiroz e recitava Gonçalves Dias, Castro Alves e Bilac. Tornou-se jornalista do *Jornal do Ceará*, porém não abandonou de tudo seu estilo irreverente e contestador, o que lhe proporcionou diversos inimigos.¹⁴⁵

O perfil de intelectual de Barroso também foi investigado pelo historiador Marco Chor Maio. Segundo ele, durante os três anos que Barroso cursou a Faculdade de Direito participou ativamente da vida cultural de Fortaleza. Ajudou a fundar os jornais *O Garoto*, *O Equador*, *O Regenerador* e colaborou com outros como, *O Unitário*, *O Colibri*, *O Figaça* e *O Demolidor*. Além disso, contribuiu para a criação do *Grêmio Literário 25 de Março* e chegou a pertencer ao *Clube Literário Máximo Gorki* de tendência socialista.¹⁴⁶

Em 1910, mudou-se para o Distrito Federal fugindo das perseguições políticas, após desentendimentos com o redator-chefe do *Jornal do Ceará*. Para Barroso, o Rio de Janeiro era identificado como o principal centro intelectual do país, já que na capital moravam a maior parte dos literatos consagrados, estava sediada a Academia Brasileira de Letras, as principais livrarias e, até a década de 1920, as principais editoras. Além disso, a presença do Estado e os cargos públicos daí decorrentes, acabavam por se somar explicando a força de atração que a cidade exercia sobre todos aqueles que sonhavam com a carreira das letras.¹⁴⁷

Em pouco tempo Barroso seria considerado um dos elementos mais representativos da imprensa carioca, com a qual já vinha colaborando desde o Ceará, quando usava o pseudônimo de João do Norte, que tornou-o conhecido nos meios literários e folcloristas. A transferência para a capital representou, na opinião de vários historiadores, a ampliação dos horizontes profissionais do jornalista, uma transformação radical na vida de Barroso. Trazendo na bagagem a herança dos Barroso, que ainda mantinham um certo prestígio no cenário político cearense, o jornalista conseguiu inserir-se no círculo intelectual do início do século, gozando de certa intimidade com literatos como Coelho Neto, famoso escritor à época e proeminente membro da Academia Brasileira de Letras.¹⁴⁸

Enquanto cursava a Faculdade Livre do Rio de Janeiro, atuou como professor de geografia e desenho no Ginásio de Petrópolis e na Escola de Menores da Polícia do Distrito Federal. Foi secretário da Comissão de Estudos do Prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil de Congonhas e de Belo Horizonte e correspondente do *Correio Paulistano*.

¹⁴⁵ CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. (op. cit), p. 5.

¹⁴⁶ MAIO, Marco Chor (op. cit.), p. 70.

¹⁴⁷ Idem, p. 70.

¹⁴⁸ Idem, p. 70-71.

A estréia no mundo das letras ocorreu ainda muito cedo, em 1912, quando publicou com o pseudônimo de “João do Norte” o livro *Terra de sol*, um ensaio político sobre a natureza e os costumes do sertão cearense. Obra que foi dedicada a Coelho Neto, Felix Pacheco e Eurico Cruz. No mesmo ano filiou-se ao Partido Republicano Conservador (PRC).¹⁴⁹

Em 1913 foi nomeado Secretário Geral da Superintendência da Borracha. Nesse mesmo ano, passou a ocupar o cargo de redator do *Jornal do Comércio*. Após as eleições de 1914, seu primo Benjamim Liberato Barroso foi eleito para a presidência do Ceará. Gustavo Barroso foi então convidado para assumir a redação do *Diário do Estado* e ocupar o cargo de Secretário do Interior e Justiça de seu estado natal. Em 1916, tornou-se diretor da revista *Fon-Fon*, que representava um importante espaço de interlocução de um segmento de intelectuais. Neste mesmo ano foi eleito deputado federal pelo estado do Ceará. Como deputado obteve a aprovação de dois projetos. O primeiro, pretendia restaurar o uniforme tradicional da Imperial Guarda de Honra para o 1º Regimento de Cavalaria do Exército, dando-lhe a designação de Dragões da Independência. O segundo, de 1917, foi a criação do Dia do Soldado. Conforme demonstrou Nair de Moraes Carvalho, Barroso, constantemente, se colocava no sentido de defender e restabelecer nossas tradições militares, procurando dar aos seus leitores e ouvintes o perfeito conhecimento do valor e importância do Exército na formação e sustentação da nacionalidade.¹⁵⁰

Na opinião de Sérgio Miceli, Barroso foi capaz de conciliar diversas vidas em sua trajetória profissional, nem sempre coerentes e tão pouco lineares, ao mesmo tempo em que trabalhava como escritor e jornalista, aventurava-se na carreira política. Segundo Miceli, houve naquela época o desenvolvimento das “burocracias intelectuais”, através da grande imprensa, dos aparelhos políticos (assembléias locais e nacionais) e dos aparelhos partidários (os partidos republicanos) e Barroso aproveitou muito bem os novos espaços que surgiram.¹⁵¹ Deste modo, as crônicas, os contos, os desenhos e as caricaturas àquela altura tornaram-se a principal ocupação de Barroso.

Sua primeira visita oficial à Europa ocorreu em 1919. Tinha por objetivo representar o Brasil na Conferência de Versalhes chefiada por Epiácio Pessoa. Para a antropóloga Regina Abreu, a amizade entre Epiácio Pessoa e Gustavo Barroso – ambos egressos de tradicionais famílias do norte – seria decisiva em 1922, ano de fundação do Museu Histórico Nacional. A troca de cargos, privilégios e honrarias entre membros da elite garantiam o revezamento da

¹⁴⁹ Idem, p. 71.

¹⁵⁰ Idem, p. 72.

¹⁵¹ MICELI, Sergio. *Poder, Sexo e Letras na República velha*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997. p. 69.

oligarquia no poder, a relação cumpria as normas de um ritual consagrado pelas instituições políticas brasileiras.¹⁵²

No ano de 1923, com muito mais visibilidade na sociedade carioca, Barroso finalmente conseguiu ingressar na Academia Brasileira de Letras. Foi eleito para ocupar a cadeira 19, na sucessão de D. Silvério Gomes Pimenta, sendo recebido por Alberto Faria. Em seu discurso de posse Barroso ressaltou a honra que experimentava ao sentar-se naquele lugar, ocupado antes por brilhantes personalidades, em especial D. Silvério.

*Não estou aqui para dizer-vos muito da vida e obras antecessores afastados, sim para louvar as daquele que ocupou o lugar imediatamente antes de mim. Tão diversas as três individualidades: o medico erudito, escritor, austero patriota digno; o jornalista combativo, parlamentar teórico e politico fácil; e o pastor de almas, sacerdote virtuoso, estilista clássico, por amor natural ao verdadeiro e ao belo, não por luxo ou vaidade.*¹⁵³

Como tesoureiro da instituição, Barroso administrou, naquele ano, a transferência da sede da Academia do Silogeu Brasileiro para o prédio do Petit Trianon, que a França oferecera ao Governo brasileiro. Exerceu ainda os cargos de segundo e primeiro secretário e de secretário-geral, foi também presidente da instituição em 1932, 1933, 1949 e 1950. Em 9 de janeiro de 1941 foi designado, juntamente com Afrânio Peixoto e Manuel Bandeira, para coordenar os estudos e pesquisas relativos ao folclore brasileiro. Barroso foi membro de diversas academias literárias no Brasil e na Europa. Dentre elas: a Academia Portuguesa da História, a Academia das Ciências de Lisboa, a Royal Society of Literature de Londres, a Academia de Belas Artes de Portugal, a Sociedade dos Arqueólogos de Lisboa, o Instituto de Coimbra, a Sociedade Numismática da Bélgica, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as Sociedades de Geografia de Lisboa, do Rio de Janeiro e de Lima.¹⁵⁴

¹⁵² ABREU, Regina. (op. cit), p. 167.

¹⁵³ DISCURSO de Gustavo Barroso. In *Discursos Acadêmicos 1920-1935 Tomo II*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. 2006. p. 185. On-line. Disponível em <http://www.academia.org.br/abl/media/Tomo%20II%20-%201920%20a%201935.pdf> Acessado em 02 de Fevereiro de 2009.

¹⁵⁴ ABREU, Regina. (op. cit), p. 168.



Fotografia 2: Barroso em 1923 com o fardão da Academia Brasileira de Letras. Fonte: REIS, Cleber José das Neves. (op.cit), p.225

Quanto à produção intelectual de Barroso, ainda não se tem unanimidade entre seus biógrafos sobre o número exato de publicações. O que se sabe é que o autor atingiu uma impressionante marca de títulos publicados, sendo um dos autores que mais escreveu entre as décadas de 1920 e 1930, com uma produção literária muito abrangente.¹⁵⁵

É importante ressaltar que desde os seus primeiros escritos, no início da década de 1910, o folclore brasileiro possuía um lugar de destaque na produção deste intelectual. Na perspectiva de Fernando Vale Castro, Barroso considerava o conhecimento dos costumes do “povo brasileiro” a fórmula necessária para se compreender o “verdadeiro Brasil”. Segundo Barroso, estudar o folclore de um povo, de uma região, exigiria do intelectual um exercício rigoroso, pois somente com uma vasta erudição seria possível compreender com alguma precisão a cultura *folk*. Para Barroso era extremamente importante a formação de estudiosos, que deveriam possuir cultura geral e um conhecimento sólido da tradição e dos costumes das camadas populares e, principalmente, do “homem brasileiro”. Igualmente admirável era a presença dos intelectuais para se compreender o folclore de um país. Barroso defendia a tese que se, de um lado, pensar a cultura popular passa pela decodificação dos elementos folclóricos pelas “pessoas letradas” da sociedade, de outro lado, a cultura da elite acaba por influenciar as manifestações típicas do folclore. Observa-se, portanto, na fala de Barroso uma via de mão dupla, única maneira de se pensar a cultura de uma região do país.¹⁵⁶

¹⁵⁵ Ver relação de obras publicadas por Gustavo Barroso no Anexo 1.

¹⁵⁶ CASTRO, Fernando Vale. (op. cit), p. 203.

Em relação ao desenvolvimento de um método para as pesquisas sobre o folclore, o historiador Castro demonstrou que Barroso, desde 1911, propunha a sistematização do tema, o que ele denominou de “ciência folclórica”. Em um artigo publicado naquele ano, pelo *Jornal do Commercio*, Barroso, pela primeira vez, enunciou sua metodologia que consistia em dividir as manifestações folclóricas em grandes ciclos, com o intuito de facilitar as pesquisas. O escritor demonstrava que sua proposta era eclética, na medida em que utilizava várias teorias, aceitando que para cada caso especial deveria haver uma explicação especial. Este intelectual estava mais ou menos convencido que certos contos deveriam decorrer de mitos, outros deveriam simular fatos históricos ou serem transmissões literárias, outros não passariam de mera coincidência e outros de rituais ou de tradições esotéricas antiquíssimas.¹⁵⁷

Além disso, Barroso chamava a atenção para a ausência quase total, e bastante significativa, de pesquisas sobre o negro brasileiro, fato para ele bastante lamentável. Para Castro, salta aos olhos, a relevância dada por Barroso ao estudo do negro, no sentido de se compreender a formação histórica brasileira. Não se trata, porém, de uma valorização da cultura negra unicamente, mas sim, da inserção desta no processo de construção do Brasil. Ao mesmo tempo, era fundamental desenvolver uma Ciência Social capaz de explicar a “nossa particular formação histórica”, baseada no sincretismo. Dentro dessa temática de se pensar o “popular”, Castro destaca que o projeto de Barroso em construir um Museu Ergológico Brasileiro, vinha sendo pensado, segundo o próprio Barroso, desde a feitura dos livros *Através dos Folk-lores*, em 1927, e, principalmente, *As Colunas do Templo*, de 1932.¹⁵⁸

No livro *Através dos Folk-lores*, Castro reuniu uma série de artigos de Barroso sobre as manifestações folclóricas no Brasil e no mundo. A obra, buscava, primeiramente, demonstrar que o folclore era uma ciência, e como tal, deveria ser estudado de maneira sistemática e criteriosa, por meio de um método de pesquisa. Em segundo lugar, objetivava mostrar que, para pensar o folclore brasileiro, era preciso ter em mente as várias influências por ele sofridas, consequência de nosso processo de formação histórica. Por sua vez a obra, *As Colunas do Templo*, tinha como objetivo, segundo o próprio Barroso, oferecer um panorama geral de suas idéias sobre o folclore. Segundo a análise de Castro, este trabalho na forma de textos curtos, oferecia uma radiografia do pensamento barrosiano, chamando a atenção para o fato de que os estudos sobre o folclore no Brasil, ou, como ele também denominava, “demopsicologia”, não abordavam, como deveriam, a parte referente à Ergologia.¹⁵⁹

¹⁵⁷ Idem, p. 201

¹⁵⁸ Idem, p. 208.

¹⁵⁹ Idem, p. 208.

Em face do exposto, podemos considerar o Brasil, na perspectiva de Barroso, como um país sincrético, com uma formação étnica e cultural que impedia a elaboração de uma classificação restrita apenas aos aspectos das raças formadoras de nosso país: a indígena, africana e a branca. Desta maneira, o que deveria ser observado eram os aspectos culturais da formação histórica do Brasil, na medida em que, por exemplo, os índios aqui encontrados não pertenciam a uma raça única, apresentando, significativas diferenças culturais e lingüísticas. Conforme defendeu Barroso a observação dos aspectos culturais seria condição *sine qua non* para a compreensão dos símbolos construídos nos contos, lendas e outras manifestações folclóricas. O Brasil, muito mais que um país miscigenado racialmente, era um país sincrético culturalmente.¹⁶⁰

3.2 O “grande” diretor do Museu Histórico Nacional

*Aos onze dias do mês de outubro de 1922, presentes V. Ex. o Senhor Doutor Epitácio Pessoa, Presidente da República, o Sr. Prefeito do Distrito Federal, Doutor Carlos Sampaio, o Chefe de Polícia Desembargador Geminiano da Franca, Doutor Francisco Ramos, Delegado Geral da Exposição Internacional do Centenário. Capitão de Mar e Guerra Rafael Brusque, Capitão Cunha Pitta, Coronel João de Lima, Dr. Victor Marco, Dr. Paulo Vidal e muitas outras pessoas... No edifício do Museu Histórico Nacional, antigo Arsenal de Guerra, realizou-se a cerimônia de inauguração do mesmo estabelecimento.*¹⁶¹

No dia 2 de agosto de 1922 foi sancionado o decreto nº 15.596 pelo presidente Epitácio Pessoa, que criava o Museu Histórico Nacional. O ano de 1922 foi paradigmático, na medida em que nele se concentraram acontecimentos que a historiografia consagrou como marcos fundadores de um ‘novo’ Brasil, a saber: a fundação do Partido Comunista Brasileiro, a Semana de Arte Moderna e a primeira manifestação do movimento tenentista. Paralelamente, um vibrante debate político-intelectual ocupava amplos espaços na imprensa nacional, os literatos brasileiros estavam inseridos num processo de questionamento da identidade nacional e na proposição de novas idéias e modelos.

Na opinião de Castro, nas primeiras décadas do século XX, a matriz européia ocidental foi redimensionada em detrimento de uma discussão mais particular da brasilidade, que a partir de então, não mais seria compreendida apenas pela relação entre a ordem mundial, como legisladora, e o Brasil, buscando o seu lugar. Em síntese, passou-se a exigir da

¹⁶⁰ Idem, p. 205.

¹⁶¹ Ver: Seção Arquivo Institucional – 05. On-line. Disponível em: <http://www.museuhistoriconacional.com.br/> Acesso em 10 de janeiro de 2008.

intelectualidade o conhecimento profundo das especificidades nacionais, buscava-se o espírito particularmente brasileiro. Estes seriam elementos capazes de sustentar a nova nação a ser erigida, baseada no “combate aos idealismos, aos artificialismos, aos estrangeiros”. Deste modo a proposta era criar um ideal de nação que estivesse conectado com a modernidade e que ao mesmo tempo fosse original, pois tinha que ser genuinamente brasileiro. Logo, uma das possibilidades seria voltar-se para o interior do Brasil em busca de sua cultura popular, de suas raízes e tradições, valorizando-se a cultura local na formação da identidade nacional. Assim a construção de um novo conceito de brasilidade passou a ser a tarefa principal da intelectualidade brasileira.¹⁶²

O contexto de se repensar as “genuínas” tradições do povo brasileiro acabou por fortalecer os estudos sobre a cultura popular e o folclore, que vinham ganhando força desde o final do século XIX. A este respeito, Castro enfatiza que a descoberta da cultura popular na Europa e o afã de valorizar as singularidades nacionais traziam consigo um sentido de urgência, já que ao longo do século XIX a cultura folk teria sofrido constante ameaça de desaparecimento em função do avanço da industrialização e modernização da sociedade.¹⁶³

Pela perspectiva de Fernandes, os diferentes grupos intelectuais envolvidos nestas discussões promoveram inúmeros questionamentos na tentativa de definir, por exemplo, se o 7 de setembro, data tradicionalmente comemorada durante a monarquia como marco fundador da nacionalidade, poderia ser identificada com a República; se a independência fora centrada em D. Pedro I, um monarca português, ou em José Bonifácio, um paulista; e mesmo se a nação que se pretendia construir deveria espelhar-se no Rio de Janeiro ou em São Paulo, ambos reivindicando o *status* de marco da modernidade, dentre outras questões. Em meio a este ambiente era organizada pelo governo uma grande exposição para se comemorar o primeiro centenário da Independência. De início a proposta surgiu como um evento nacional, teve suas proporções ampliadas de tal forma que terminou por ser não apenas internacional, mas também uma das duas maiores exposições promovidas durante a Primeira República (a outra foi do Centenário da Abertura dos Portos, de 1908).¹⁶⁴

Para o governo de Epitácio Pessoa, 1922 foi um ano difícil, e as comemorações em torno do centenário da Independência eram vistas como uma forma de recuperação do prestígio político desgastado. Não foram poupados esforços para a concretização do evento, assim como, para a criação de um museu histórico, que naquele momento era visto como

¹⁶² CASTRO, Fernando Vale. (op. cit), p. 199.

¹⁶³ Idem, p. 199.

¹⁶⁴ FERNANDES, Lia Silvia Peres. (op. cit), p. 192-193.

resposta do governo aos que o acusavam, depois da derrubada do Morro do Castelo, de não respeitar as tradições. Outra provável motivação para o excessivo empenho na realização das comemorações foi a possibilidade de utilizá-las para o fortalecimento da identidade nacional, através do orgulho pela visibilidade do progresso do país.¹⁶⁵

As festividades começaram no dia seis, com a apresentação das credenciais dos embaixadores estrangeiros no Palácio do Catete, e estenderam-se até o dia dez de setembro, tendo como ponto alto o dia sete. Alguns dos eventos foram programados para ser também realizados em outros pontos do país, a exemplo do juramento à bandeira pelos alunos de escolas públicas no Palácio da Municipalidade, estando previsto que “à mesma hora cerimônia idêntica realizar-se-à em todas as escolas primárias do Brasil”. Além da revista de forças de terra; revista de esquadras e vasos de guerra surtos na baía de Guanabara; baile de gala no Jockey Clube; recepções no Palácio do Catete; representação da ópera *O Guarani* em espetáculo de gala no Municipal e o *Grande Cortejo Cívico Luminoso*, um dos pontos altos da noite do sete de setembro, muitas outras festividades foram realizadas. Campeonato de futebol, corridas de cavalos, bailes públicos, desfiles cívico, queima de fogos, bandas de música. O programa oficial previa também eventos em outros estados. Em São Paulo, inauguração da Avenida da Independência, ligando o centro da cidade ao “local histórico” do Ipiranga; em Santos, inauguração do monumento dos Andradas; na Bahia, inauguração do palácio do Instituto Histórico e Geográfico; em Ouro Preto, “peregrinação cívica ao local onde existiu a casa de Tiradentes, o proto-martir da Independência, e inauguração da lápide mandada erigir pelos governos da União e do Estado de Minas Gerais”.¹⁶⁶

Foram dias agitados, e a imprensa acompanhou com exaltação, publicando matérias elogiosas, fartamente ilustradas com fotos. O discurso proferido por Epitácio Pessoa no banquete oferecido aos embaixadores foi uma espécie de “balanço” do progresso do país. O presidente enumerou habitantes, balança comercial, linhas férreas, tonelagens de navios, quilometragem de linhas telegráficas e telefônicas, agricultura, pecuária, instrução pública, estabelecimentos de assistência, associações científicas, literárias e artísticas, organização sanitária, jornais e revistas etc., sem no entanto deixar de referir-se ao fato de formamos uma nação jovem: “ a vida das nações conta-se por séculos. Vencemos a primeira etapa, com tropeços é verdade, mas com honra e altivez”.¹⁶⁷

¹⁶⁵ Idem, p. 192.

¹⁶⁶ Idem, p. 194

¹⁶⁷ Idem, p. 194-195

Em 11 de outubro de 1922, em duas salas no espaço físico formado pelo pavilhão das Grandes Indústrias, Eptácio Pessoa presidiu a exposição inaugural do Museu Histórico Nacional, formada por cerca de 1.500 objetos devidamente organizados por Gustavo Barroso.



Fotografia 3: Fachada do Museu Histórico Nacional.
Fonte: mhn-440. Museu Histórico Nacional/Acervo Histórico, s/d

A fundação do museu foi notícia em diversos jornais do Brasil. Sobre o assunto, Gustavo Barroso fez a seguinte declaração em entrevista ao periódico *A Pátria* do dia 24 de agosto de 1922:

*Para felicidade nossa, acabou no Brasil a era do descaso pelo passado. Coube ao Exmo. Sr, Presidente Eptácio Pessoa a glória de ter instituído em seu país natal, cujas tradições o estreito sectarismo positivista se tem esforçado por matar, o Culto da Saudade.*¹⁶⁸

O museu ocupava duas salas, denominadas “Da Colônia à Monarquia” e “Da Monarquia à República”, instaladas ambas no prédio do “Pavilhão das Grandes Indústrias”, um dos vários prédios construídos ou reformados para a exposição internacional, que naquele ano comemorava o primeiro centenário da Independência. Um conjunto arquitetônico que, do século XVII até os primeiros anos do século XX, foi utilizado para funções militares. Incorporava três edificações ligadas entre si: o Forte de Santiago, construído em 1606, fazia a defesa territorial contra invasões estrangeiras; a Casa do Trem, criada pelo Conde de Bobadela, em 1762, para o armazenamento de material bélico (trem de artilharia); e o edifício

¹⁶⁸ DUMANS, Adolpho. O Museu Histórico Nacional através dos seus 19 anos de existência. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional-Imprensa Nacional, 1940. v. 1, p. 211- 233.

do Arsenal de Guerra, uma oficina de armamentos até 1902 quando foi transferido para a Ponta do Caju. A “materialidade” do passado estava tanto nas edificações quanto nos objetos expostos, assim a antiguidade dos edifícios favorecia o “retorno” dos visitantes ao passado.¹⁶⁹

Assim como observou Cleber José das Neves Reis, em 1923, o MHN recebeu o prédio utilizado pelo Pavilhão das Grandes Indústrias (concedido pelo decreto de criação), encerrou a exposição inaugural, em 03 de julho daquele ano, dando início à sua reinstalação ocupando a Casa do Trem e a ala direita do Arsenal de Guerra. Os serviços começaram em agosto daquele ano e culminaram com a abertura da exposição permanente, em setembro de 1924. Isto é, o museu ficou fechado ao público por um ano e dois meses.¹⁷⁰ A exposição inaugural, em 1922, ainda continha 643 objetos distribuídos em duas salas e uma arcada. Percebe-se que na exposição inaugurada em 1924, houve um acréscimo no número de objetos expostos, que passou para 2.486, quase quatro vezes mais numerosa. Em dois anos, o acervo histórico foi quadruplicado e a área destinada à exposição, expandida em três arcadas e diversas salas e espaços.¹⁷¹

Barroso sabia que não poderia contar com os recursos governamentais que desejava, por isso, incentivou e seduziu os detentores do capital, pertencentes às oligarquias e empresariado, convencendo-os de que, com doações, fossem elas financeiras ou de coleções e objetos, poderiam melhorar e ampliar o acervo do museu e suas instalações. Além disso, tais objetos doados atendiam a outra necessidade do museu, que era apresentar de “maneira grandiosa” a história do país. Quando da criação do museu a instituição recebeu 150 contos de reis do governo para abertura e funcionamento, valor próximo ao que foi doado em 1925 por particulares. A via de mão dupla criada por Barroso para ampliar o museu e seu acervo, incentivando e seduzindo os doadores ou protetores através de homenagens-atribuição de seus nomes às salas e coleções-, parece-nos válida para a época, tendo em vista os poucos recursos financeiros e também porque particulares possuíam objetos de interesse do museu.¹⁷²

A exposição de 1924 iniciou a consolidação do MHN, visto como um museu pioneiro na apresentação da historiografia brasileira. A época mais abordada na exposição é o Brasil - Império ou Monarquia e, dentro deste período, o destaque é relativo ao 2º Reinado. Isto porque a maioria dos objetos museológicos da exposição refere-se ao 2º Reinado ou pertenceram a pessoas ou a vultos históricos daquele período. A importância que Barroso dispensava às bandeiras pode ser notada na *Sala das Bandeiras* e *Galeria das Nações*. Tal

¹⁶⁹ Idem, p. 214.

¹⁷⁰ REIS, Cleber José das Neves. (op. cit), p. 215.

¹⁷¹ Idem, p. 219.

¹⁷² Idem, p. 220 – 221.

constatação pode ser verificada quando pública, em 1945, o livro *Introdução à Técnica de Museu*.¹⁷³

Em seu trabalho, Magalhães demonstrou que na realidade o museu não obteve a aceitação e os auxílios desejados por Barroso. De qualquer forma, em 1929 o Ministro da Justiça e Negócios Interiores enviou ofício encarregando Gustavo Barroso de “procurar e obter, para as coleções do Museu objetos de valor histórico existentes nos estados do Norte da República”. Barroso tinha nas mãos o documento que precisava para trazer do nordeste aquilo que considerasse relevante para a história nacional:

*Assim, Barroso percorreu o Ceará, Maranhão, Pernambuco e Alagoas, trazendo dessa comissão um total de 84 itens, dos quais 70 foram adquiridos só no Ceará. Entre os doadores cearenses, além de órgãos públicos como a Secretaria de Polícia, estavam 3 membros da família Barroso, sendo seu pai Antônio Felino Barroso o que mais contribuiu, ofertando 17 objetos. Ao que parece, a família Barroso possuía um certo gosto por guardar coisas antigas e Gustavo teria convencido sobre a ação patriótica que estavam realizando ao doar suas coleções particulares para um espaço público e de história nacional.*¹⁷⁴

Conforme ressaltou Noah Charles Elkin, a fundação de uma “casa-memória”, capaz de concentrar a “verdadeira história do Brasil”, era um objetivo perseguido pela elite intelectual desde o século XIX. No século XX aumentaram as discussões e os clamores neste sentido. Um bom exemplo disso foi o artigo publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 6 de junho de 1918, que propunha a subordinação de um museu histórico ao IHGB e exposições baseadas em grandes coleções documentais. Propostas estas que acabaram não saindo do papel.¹⁷⁵ Além disso, “a hagiografia” construída em torno da longa permanência de Gustavo Barroso como diretor do MHN costuma atribuir-lhe o pioneirismo na idealização de um museu de história nacional. Em concordância com a afirmação de Elkin, encontramos o texto de Adolpho Dumans, reforçando a tese de que a criação da primeira instituição destinada exclusivamente a contar a história nacional foi obra de Barroso:¹⁷⁶

A criação do Museu Histórico Nacional pelo presidente Epitácio Pessoa foi simples ato material. O ilustre chefe de estado recebeu a inspiração dessa

¹⁷³ Idem, p 223.

¹⁷⁴ MAGALHÃES, Aline M. (op. cit.) p. 29

¹⁷⁵ ELKIN, Noah Charles. (op. cit), p. 136.

¹⁷⁶ Idem, p. 126

*criação daquele mesmo que ele chamou para dirigi-la o Dr. Gustavo Barroso. A este pertence, na verdade, a idéia da fundação dum Museu Histórico no nosso país... A afirmação é fácil de ser documentadamente provada como veremos. A 25 de setembro de 1911, há mais de trinta anos, sob o conhecido pseudônimo João do Norte, o Dr. Gustavo Barroso publicava na edição vespertina do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, do qual era redator o seguinte artigo sob a epígrafe Museu Militar.*¹⁷⁷

Para Elkin a criação da instituição deu-se, não por acaso, em meio às comemorações do 1º Centenário da Independência do Brasil. Sua inauguração foi uma nítida manobra política, a fim de consagrar a história nacional numa perspectiva de continuação com a época imperial. “O passado da nação encontrou um lugar permanente num evento que era a um só tempo, a celebração de um momento histórico e uma grande e transitória mostra de um presente idealizado e de um futuro imaginado”.¹⁷⁸

A fundação do museu representou o apogeu de um longo relacionamento entre museus brasileiros e as exposições internacionais. A repartição foi a primeira tentativa de consagrar, em bases permanentes, uma visão da história nacional. Deste modo, Epiácio Pessoa revogou o exílio e trouxe para o Brasil os restos mortais da família real.¹⁷⁹ Em artigo publicado no dia 24 de agosto de 1922 no jornal *A Pátria*, Barroso demonstrava-se muito satisfeito com a reconciliação da República com a Monarquia.

*Ele [Presidente Epiácio Pessoa] o iniciou [a instituição do culto da saudade] revogando o banimento da Família Imperial e fazendo com que viesse repousar na pátria querida as cinzas daquele que durante meio século de bondade dirigira seus destinos. Ele o cimenta instituindo o Museu Histórico que custodiará as lembranças mais importantes da nossa vida militar, naval, política e social, durante os mais notáveis períodos.*¹⁸⁰

Às vésperas da Revolução de 1930, o Museu atravessou um período de grande incerteza, agravado por uma crise financeira e institucional. O discurso revolucionário de Getúlio Vargas colocava em xeque o futuro da repartição, uma vez que prometia acabar com

¹⁷⁷ DUMANS, Adolpho. A idéia da criação do Museu Histórico Nacional. (op. cit), p. 384

¹⁷⁸ ELKIN, Noah Charles. (op. cit), p. 143

¹⁷⁹ Idem, p. 132.

¹⁸⁰ DUMANS, Adolpho. O Museu Histórico Nacional através dos seus 19 anos de existência. (op. cit.), p. 212.

tudo aquilo que remetesse à República Velha. Segundo o historiador americano Daryle Willians, essa situação ficou mais delicada quando Barroso foi afastado da direção do museu. Em seu lugar Getúlio Vargas nomeou Rodolfo Garcia, que além de realizar algumas exposições deu início em 1932 ao curso superior de Museologia.¹⁸¹

Assim durante os primeiros instantes pós-revolução de 1930, Barroso foi destituído das suas funções e exonerado do cargo, por motivos políticos. Foi exilado por ter sido considerado contrário ao chamado espírito revolucionário. Barroso se declarava injustiçado uma vez que era contratado em caráter efetivo e tinha anos de serviço sem licenças ou férias, esta condição garantiria a sua vitaliciedade. Barroso se considerava um funcionário exemplar e que sempre soube cumprir o seu dever com honestidade e dedicação. Como demonstrou Willians o afastamento de Barroso não durou muito tempo, o presidente Vargas logo demonstrou simpatia ao escritor, devolvendo-lhe o cargo de diretor em 1932 e a coordenação do Curso de Museologia. Graças ao apoio de Getúlio Vargas o Museu Histórico Nacional entrou na “fase dourada” de sua história.¹⁸²

Para o historiador nascia naquele momento, entre o presidente Getúlio Vargas e Gustavo Barroso uma estreita relação de negociações e trocas. A captação de objetos, fruto da política de aquisição efetuada por Barroso, contribuiu para que o museu passasse a ter um importante acervo. A postura pessoal e profissional de Barroso foi decisiva para a consolidação da instituição e esta se tornou depositária de diversos objetos museológicos do país, permitindo ao museu a multiplicação de seu patrimônio material e simbólico.¹⁸³

Em 1935, após o fracasso da chamada Intentona Comunista, o ambiente político tornava-se cada vez mais instável. A radicalização, tanto da direita quanto da esquerda, gerava um clima de insegurança. Este contexto conturbado coincide com a campanha iniciada por Barroso na imprensa para dar ao Brasil um verdadeiro “lar”. Como demonstrou Willians, no relatório de atividades do mesmo ano, Barroso reivindicava às autoridades federais a condição de “Casa do Brasil” para o Museu Histórico Nacional. Oficialmente, não se sabe se a solicitação foi atendida. Entretanto, Barroso disseminou a idéia de “Casa do Brasil” em várias publicações. Conforme apontou Willians, este apelido domesticava e naturalizava a função estratégica do museu na construção da identidade nacional nos moldes propostos em *O culto da Saudade*. Barroso procurou associar à imagem do museu a de um “refúgio”, em meio às agitações políticas, uma casa onde a integridade histórica da nação estivesse a salvo.¹⁸⁴

¹⁸¹ WILLIANS, Daryle. (op. cit), p. 151.

¹⁸² Idem, p. 152.

¹⁸³ Idem, p. 152.

¹⁸⁴ Idem, p. 158.

Tanto Willians quanto Elkin percebem que a ação de Barroso confundia-se com a posição do MHN, e vice e versa. Os autores demonstram que o prestígio intelectual de Barroso estava em plena ascendência em fins da década de 1930, nem o radicalismo do seu discurso anti-semita parecia comprometer o lugar de destaque ocupado no governo. A cada dia Barroso tornava-se mais visível, o escritor cearense era uma espécie de vedete literária, sinônimo de erudição. Tanto prestígio com Getúlio Vargas criou indignação em setores da intelectualidade, o que pode ser percebido no artigo de autoria José Marianno Filho, publicado no *Diário da Noite*:

Durante a visita do presidente Getulio Vargas àquela capital [Buenos Aires] (...) Para organizar e dirigir a referida embaixada, foi indicado com indisfarçável surpresa, o Sr. Gustavo Barroso, elemento de destaque do partido integralista e que, por sua vez, teria convidado, para companheiros de responsabilidades e viagem, outros filiados à agremiação de que vem se tornando uma das figuras mais destacadas. (...) Tanto maior surpresa quando se sabe existir um aparelho técnico para semelhantes casos, o Conselho Nacional de Belas Artes, que não foi, entretanto, consultado e, por esse motivo, reuniu-se em sessão especial para debater o assunto.¹⁸⁵

Não obstante, depois do golpe político de 1937 e a criação do Estado Novo, o Museu Histórico Nacional foi obrigado a realizar algumas reformas para se adequar perfeitamente à cultura política do novo governo. Na opinião de Magalhães, apesar da instituição ter se beneficiado com as políticas varguistas de construção simbólica da nação, Barroso perdeu um suposto monopólio de fala sobre o passado. Vargas criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), além de novos museus, como o Museu da Inconfidência, o Museu Imperial e o Museu do Ouro em Sabará.¹⁸⁶

Entretanto, um exemplo da amistosa relação de Barroso e o governo aconteceu em 1938, quando o intelectual juntamente com o Major Barbosa Leite foram designados para representar o Ministério da Educação e Saúde no “processo de feitura da Bandeira Nacional”

30 de outubro de 1939

Sr. Dr. Gustavo Barroso:

¹⁸⁵ APUD. MAGALHÃES, Aline M. (op. cit), p. 107.

¹⁸⁶ Idem, p. 104.

Tenho o prazer de comunicar-vos que resolvi designar-vos para, com o major Barbosa Leite, representar o Ministério da Educação e Saúde na Comissão Interministerial incumbida de estudar e propor o processo de feitura da Bandeira Nacional.

Neste ensejo, apresento-vos a segurança do meu elevado apreço e consideração.

Gustavo Capanema

Ao Sr. Dr. Gustavo Barroso

*Diretor do Museu Histórico Nacional.*¹⁸⁷

O Museu Histórico Nacional, ou melhor, a “Casa do Brasil” na época do Estado Novo, adquiriu uma postura específica, o apelo romântico característico foi acrescido de padrões técnicos e modernos. Barroso baseou a “nova” administração, primeiro, numa lógica de funcionamento pautada pela idéia de “patrono-herói”. Esses patronos constituíam uma amostra da elite política e econômica do período, que doavam recursos, objetos e, em troca, utilizavam o museu para legitimar suas posições sociais. Como exemplo, temos os nomes das famílias Guinle e Ottoni, a viúva de Miguel Calmon e principalmente Getúlio Vargas.

Como demonstraram, em trabalho conjunto, Ângela de Castro Gomes e Hebe Maria Mattos, no período do Estado Novo, pode-se acompanhar uma série de iniciativas governamentais, no campo das políticas culturais, que objetivavam localizar e legitimar não só os arranjos institucionais do regime, como igualmente a figura de seu chefe, Getúlio Vargas. Uma destas iniciativas destinou-se a revalorização do passado brasileiro. O que significava, por um lado, uma releitura positiva, mas não idealizada, do passado, e por outro, a implementação de iniciativas que o divulgassem junto à população em geral.¹⁸⁸

Na perspectiva das historiadoras, existia um passado ligado à cultura popular e que, manifestava-se através de um conjunto de tradições – festas, lendas, mitos, canções, costumes alimentares, práticas religiosas e medicinais, que conviviam com o presente, encerrando numa idéia de tempo não-datado. Este passado apontava de maneira forte um sentido de continuidade na formação nacional brasileira, não excluindo diversidades próprias à sua concepção mais "espacial", particularmente compreensível pelo tamanho de nosso território.

189

¹⁸⁷Ver: Seção Arquivo Institucional – 03. On-line. Disponível em: <http://www.museuhistoriconacional.com.br/> Acessado em 10 de janeiro de 2008.

¹⁸⁸ GOMES, Ângela de Castro & MATTOS, Hebe Maria. *Sobre apropriações e circularidades: Memória do cativo e política cultural na Era Vargas* On-line. Disponível em <http://www.historia.uff.br/culturaspoliticas/files/hebe3.pdf> . Acesso em 10 de novembro de 2008.

¹⁸⁹ Idem, p. 3.

Ao lado deste passado “tradicional” e “espacial” expresso através da cultura popular, havia um outro passado, aquele considerado “histórico”, que estava ligado a uma idéia de tempo linear, datado e referido à memória de fatos importantes e personagens únicos, existentes numa sucessão que rompia com o presente. Sendo assim, Gomes sugere que a leitura da história do Brasil, realizada pelo Estado Novo seguiu alguns eixos capitais. O primeiro foi à construção de uma interpretação de nossa história cujo “sentido” estaria identificado no processo de centralização política iniciado com Tomé de Souza e ganhando contornos definitivos com Getúlio Vargas. Seria nossa “vocação centralizadora”.¹⁹⁰

O segundo eixo interpretativo apontado por Gomes, envolve uma interpretação dos acontecimentos históricos onde se procurava demarcar que, na luta contínua por autonomia, independência e soberania, o povo brasileiro esposava valores e ideais, cuja realização se concretizou apenas sob o regime republicano. Ou seja, sem esquecer da “glória imperial”, centralizadora e responsável pela unidade religiosa e territorial, a história do Brasil então proposta era a de um “povo republicano”. Neste sentido, a idéia de República era associada a da verdadeira liberdade e democracia anti-modelos internacionais, mais uma vez expressas pelo Estado Novo.¹⁹¹

Portanto, com o objetivo de se tornar parte do passado “histórico” do Brasil, Getúlio Vargas investiu, durante três décadas, em doações, tornando-se o mais importante patrono do Museu Histórico Nacional.¹⁹² Em contrapartida, Barroso garantiu ao presidente a honra de estar ao lado de personagens históricos importantes como D. Pedro I, D. Pedro II, Duque de Caxias, dentre outros. Na análise Willians, o Museu Histórico Nacional representou para Vargas uma ferramenta na construção de uma imagem de estadista eminente, herói nacional e patrono de museus. A instituição colocou Vargas diante de uma visão da história nacional recriada a partir de relíquias de heróis públicos e doadores particulares. Um processo que Getúlio Vargas poderia repetir sem maiores dificuldades, tendo a si mesmo como objeto. Vargas e o Museu Histórico Nacional repetidamente contribuía para legitimar um ao outro.

¹⁹³

Além da busca de ilustres doadores, o diretor também investiu na adequação da tradicional instituição ao processo de modernização e profissionalização estatal. Assim, o curso de museus criado em 1932 passou a receber um destaque especial no rearranjo

¹⁹⁰ Idem, p. 4.

¹⁹¹ Idem, p. 4.

¹⁹² Segundo dados apresentados pela historiadora Aline M. Magalhães o presidente Getúlio Vargas teria doado cerca de 700 objetos, desde artigos pessoais até peças que pertenciam ao Estado. Ver: MAGALHÃES, Aline M. (op. cit), p. 109 .

¹⁹³ WILLIANS, Daryle. (op. cit) p. 162

promovido por Barroso. Investia-se na formação profissional de novos técnicos para suprir a demanda de museólogos. Na perspectiva de Willians, o Museu Histórico Nacional procurou adaptar-se ao Estado Novo fortalecendo os laços ideológicos conservadores, de autoridade, domesticidade e patriarcalismo, ao mesmo tempo em que se esforçava na formação e capacitação técnica de futuros profissionais.¹⁹⁴

Na ótica da organização dos acervos, o romantismo de Barroso nunca foi abandonado. Porém com o Estado Novo, a administração do museu destacou, sobretudo, as “funções educativas do patrimônio histórico”. Assim, o Museu Histórico Nacional estadonovista continuou a imaginar-se o tradicional “lar” do Brasil, mas suas fundações desta vez ancoravam-se na educação, na ciência e na competência profissional da repartição.

No ano de 1958, Barroso completou setenta anos. Nair de Moraes Carvalho, que ocupava naquele ano o cargo de Coordenadora do curso de Museus do Museu Histórico Nacional, do qual também era professora, foi a responsável por organizar as comemorações. Carvalho reuniu em artigos todas as homenagens recebidas por Barroso e as publicou nos *Anais do Museu Histórico Nacional* com o título *As Comemorações do Setuagésimo aniversário do Fundador do MHN*.¹⁹⁵

Os festejos e homenagens no dia de seu aniversário incluíram uma missa solene de ação de graças na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a inauguração na livraria São José, onde foi exposta uma vitrine com fotos de Barroso e de todos os seus livros, com posterior sessão de autógrafos. Barroso receberia ainda um busto de bronze instalado no pátio de Minerva situado no Museu Histórico Nacional. A turma do Curso de Museus que se formava naquela mesma ocasião e que tinha por paraninfo o escritor, também participou das homenagens. Foi durante esta solenidade que o orador da turma propôs, que o “atual Curso de Museus, de mandato universitário, em memória de seu criador e diretor, passasse a ser denominado “Curso Gustavo Barroso.”¹⁹⁶

Na mesma ocasião foi realizada a leitura de um pedido assinado por centenas de ex-alunos, funcionários, deputados, ministros, intelectuais e amigos de Barroso. Este documento seria encaminhado ao então presidente da República Juscelino Kubitschek, no qual solicitava que o mesmo fosse mantido no cargo de Diretor daquele instituto por ele fundado e dirigido desde 1922.¹⁹⁷ Entretanto, o falecimento no dia 3 de dezembro de 1959 de Barroso encarregou-se de não atender ao pedido.

¹⁹⁴ Idem, p. 160

¹⁹⁵ CARVALHO, Nair de Moraes. (op. cit),

¹⁹⁶ Ibidem p. 271.

¹⁹⁷ Ibidem p. 271.

Se observarmos as homenagens ao diretor do Museu Histórico Nacional podemos verificar que Barroso também influenciou as interpretações acerca de sua própria imagem. O intelectual escolheu o ângulo pelo qual gostaria de ser focado, se auto-retratou destacando alguns detalhes e subjugando outros tantos. Assim o retrato pretendido por Barroso era o de “defensor” da memória nacional, com capacidade de educar a nação e ensinar o povo a ter orgulho de seu passado glorioso.



Fotografia 4: Retrato de Gustavo Barroso. Fonte: Museu Histórico Nacional/Acervo Histórico, s/d

Além disso, defendia um pacto entre os intelectuais e o aparelho de Estado resguardando a liberdade de inteligência e garantindo o apoio do governo aos empreendimentos culturais. Conforme demonstraram Gomes e Mattos, neste período os intelectuais consideravam esta integração fundamental, uma vez que já havia ficado claro que as leis, por mais sábias e perfeitas que fossem como documentos de boa vontade humana, precisariam estar convergindo com o “espírito de uma nacionalidade”.¹⁹⁸

Barroso pretendia destacar-se como “autoridade intelectual”, nos assuntos mais complexos e “secretos” de nossa história, sabia claramente que o melhor caminho para fazer parte da história era contribuir com esse grande debate intelectual que é a própria escrita historiográfica. Assim, poderia também controlar os moldes no qual gostaria de ser lembrado. Fez isso de maneiras diferentes, mesclando razão e emoção. Seu intuito era eternizar a

¹⁹⁸ GOMES, Angela de Castro & MATTOS, Hebe Maria. (op. cit), p. 3.

memória daquele “grande intelectual”, que começou praticamente do nada e depois de grande esforço e êxito pessoal, passou a ocupar um lugar prestigiado no aparelho do Estado.

3.3 O patrimônio histórico como meio de educação e formação

A partir da década 1920, a intelectualidade brasileira dedicou-se em projetos mais consistentes acerca do “culto à nacionalidade”. Dentre as lições do catecismo cívico destacava-se, principalmente, o estudo da história pátria. Um bom exemplo desta consciência pode ser encontrado na atuação de Barroso a frente do Museu Histórico Nacional entre 1922 – 1959. Barroso reproduzia a escrita histórica, difundida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), baseando-se, sobretudo, numa noção de história inspirada na obra de Adolpho Varnhagen. Embora sejam poucas as citações e referências a Varnhagen nos *Anais*, a concepção histórica apresentada, especialmente, na *História secreta do Brasil* em muito se assemelhava àquela inaugurada pela *História Geral do Brasil*. Para Barroso, conforme defendeu o historiador oitocentista, os portugueses representavam o elemento civilizador, a superioridade do branco sobre índios e negros.¹⁹⁹ A civilização europeia era “mais evoluída” do que a “barbárie” das sociedades tribais, nas palavras de Barroso, representava a lei, a ordem, a religião e a autoridade, ou seja, os fundamentos para a constituição de uma nação.

Neste viés a herança portuguesa expressa fundamentalmente nas igrejas, nos sobrados, praças e chafariz das cidades mineiras, tornar-se-ia o principal arcabouço do discurso conservacionista brasileiro. A iniciativa oficial de defender os monumentos históricos ficou a cargo, primeiramente, da Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN), criada em 14 de julho de 1934, que funcionava como um departamento do MHN e era dirigida pelo próprio Gustavo Barroso. O projeto de preservação defendido pela Inspetoria de Monumentos, igualmente ao defendido pelos modernistas, tinha como ponto inicial as cidades históricas, sobretudo, Ouro Preto (MG). Conforme analisou Afonso Carlos Marques dos Santos, o projeto de Barroso, através da Inspetoria, representava a vertente “antiga” desse movimento pela preservação do patrimônio cultural.²⁰⁰

¹⁹⁹ BARROSO, Gustavo. *História Secreta do Brasil: do descobrimento à abdicação de D. Pedro I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. p. 49.

²⁰⁰ SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. (op. cit), p. 52.



Fotografia 5: Gustavo Barroso (ao centro) em 1926, visita a Ouro Preto. Fonte: OLIVEIRA. Ana Cristina Audebert Ramos (op.cit), p.256.

Para Ana Cristina Audebert Ramos Oliveira, existiam dois projetos distintos de nação, que naquela época concorriam pela construção da memória social no campo do patrimônio histórico. Para a autora a existência destes projetos representava a pluralidade de identidades possíveis para a nação. Deste modo, tanto os modernos quanto os antigos concordavam em um sentido, era preciso criar um “lugar” onde a materialização da memória fosse possível, ou seja, um marco fundador dessa “comunidade imaginada”. A cidade de Ouro Preto foi escolhida a protagonista, tornando-se assim o “mito de origem” comum tanto para modernistas quanto para os conservadores. Para Oliveira estes “mitos de origem” estabelecem um passado comum a todos, transformam memórias particulares, locais ou até individuais em memória coletiva e nacional. Além disso, estes mitos podem referir-se a lugares, a cidade de Ouro Preto, mas podem ser também os heróis nacionais.²⁰¹

O objetivo da autora é realizar uma análise comparativa entre as idéias de Barroso e a dos modernistas. Enquanto para Barroso a tradição está rigorosamente ligada ao passado, para Mário de Andrade a tradição está ligada ao presente: “Nós já temos um passado guaçu e bonito pesando em nossos gestos; o que carece é conquistar a consciência desse peso, sistematiza-lo e tradicionalizá-lo, isto é, referi-lo ao presente”.²⁰² Em contrapartida, o modo como Barroso nomeia esses “vestígios do passado” que necessitam de proteção já nos dá uma idéia de como é indiscutível o valor da tradição para este intelectual. Suas palavras se dirigem

²⁰¹ OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos. (op. cit), p. 254.

²⁰² Idem, p. 255.

para a “salvação do Patrimônio Histórico e Artístico e Tradicional” da nação. Para a autora ao associar a noção de patrimônio à de tradição, Barroso esclarecia a necessidade de preservação do passado por si só, no sentido de um culto ao passado, o que os modernistas, na postura crítica, chamavam *passadismo*.²⁰³

Os artigos de Barroso guardam uma matriz romântica de pensamento, o que lhe rendeu naqueles tempos o título de “tradicionalista” ou, ainda, de “conservador”, em oposição aos modernos, “os guardiões da razão”. Como informou Oliveira, o romantismo no sentido de um movimento intelectual e artístico, além de datado, isto é, de ter seu surgimento localizado no final do século XVIII na Inglaterra e na Alemanha, caracterizava-se por fazer prevalecer a emoção sobre a razão e a imaginação em detrimento de um espírito crítico, privilegiando a emotividade e a subjetividade, envolvendo também a idealização do passado e valorização do “eu”, da individualidade.²⁰⁴

Pela primeira vez cheguei a essa cidade [Ouro Preto] numa noite linda de agosto. Até hoje a impressão que me causou perdura viva na memória. A Lua subia, curiosa, acima do espigão da serrania. E, no alto dos morros escuros, as torres brancas das igrejas atalaiavam o silencio. Parece-me que caminhei devagar, procurando não fazer ruído, como tivesse receio de acordar em cada viela torcicolosa e deserta as sombras das gerações desaparecidas a cada passo a historia de Minas dava-me uma lição...²⁰⁵

Localizamos outros ecos do romantismo na obra de Barroso em passagens tais como: “Ouro Preto é uma cidade sagrada pela história, pela arte, pela tradição e pela lenda. É um nobre patrimônio que não se pode perder. E demos graças a Deus que o Sr. Antonio Carlos tenha bem compreendido isso”. Como foi dito anteriormente, em 1934 Barroso, após escrever vários artigos em defesa de Ouro Preto e do Patrimônio Histórico e Tradicional de Minas, decide criar Inspetoria de Monumentos Nacionais. A função deste órgão era realizar a “restauração de quase todos os templos, pontes e chafarizes tradicionais de Ouro Preto”. Entretanto, em 1937, por ocasião do Decreto-lei nº 25, assinado pelo presidente Getúlio Vargas, a antiga Inspetoria cedeu lugar para o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), funcionando sob a direção de Rodrigo de Melo Franco de Andrade.

²⁰³ Idem, p. 256.

²⁰⁴ Idem, p. 256.

²⁰⁵ BARROSO, Gustavo. A cidade Sagrada. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional-Imprensa Nacional, 1944. p. 10.

Segundo Oliveira, algumas importantes observações devem ser frisadas neste contexto. A primeira delas diz respeito à atuação dos dois serviços. Enquanto a Inspeção não chegou a tomar nenhum dos monumentos dos quais se ocupava, o SPHAN, ao contrário, funcionou desde o começo com a prática do tombamento, o que assinala uma diferença significativa entre os dois órgãos. Uma vez que o tombamento de um bem cultural é o estágio final de um longo processo, através do qual o bem possuidor de um valor tal que justifique sua inclusão no patrimônio cultural do país é invalidado por especialistas do SPHAN, que preparam um relatório técnico, o qual é submetido ao Conselho Consultivo do SPHAN. Convém lembrar que os membros do Conselho Consultivo são indicados pelo Presidente da República e exercem a função em termos vitalícios. Um segundo aspecto diz respeito à atuação da Inspeção, que se dava somente na cidade de Ouro Preto e arredores, enquanto ao SPHAN desde o começo estabeleceu uma atuação mais ampla, teoricamente em nível nacional. Um terceiro aspecto diz respeito à própria noção de patrimônio que norteia a atuação do SPHAN. A noção está vinculada ao anteprojeto de Mário de Andrade e inclui a inscrição do bem em um dos quatro livros de tomo, divididos em quatro categorias: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro de Tombo Histórico; Livro de Tombo das Belas-Artes; Livro de Tombo das Artes Aplicadas.²⁰⁶

Como já foi destacado, naquela época percebe-se a ocorrência de pelo menos duas correntes ideológicas: uma identificada como “antiga” e outra que se denominava “moderna”. Os “antigos” poderiam ser divididos em dois grupos principais: os monarquistas e os republicanos. Os monarquistas avaliavam positivamente o passado colonial e imperial, acreditando na excelência das nossas tradições, aliada à Igreja Católica. Já os republicanos viam no regime instaurado em 1889 uma ruptura necessária com o passado português corporificado no regime monárquico. O grupo dos “modernos” dividia-se em três posições: o movimento verde-amarelo, a antropofagia e a “via analítica” de Mário de Andrade. Todas três vertentes buscavam romper com as concepções conservadoras, voltando-se para o passado colonial, no sentido de identificar as raízes da sociedade brasileira, vendo na miscigenação um aspecto positivo da nação. Segundo Magalhães, na concepção moderna era preciso reinventar a autenticidade do brasileiro e no povo foi encontrada a genuína expressão da “brasilidade”.

207

Essa formulação partiu da premissa de que os que não viviam no litoral, sob a influência de “estrangeirismo”, conservavam a originalidade do “ser” brasileiro, que teve sua

²⁰⁶ OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos (op. cit), p. 258.

²⁰⁷ MAGALHÃES, Aline M. (op. cit.), p. 19.

melhor personificação em Jeca Tatu criado por Monteiro Lobato. O personagem era um mestiço caipira e indolente, que precisava de educação e saúde para trabalhar e se tornar um cidadão. Essa imagem foi adotada pelos intelectuais como um retrato do povo brasileiro, que deveria ser educado pela elite e ter saúde para trabalhar e garantir o progresso nacional.²⁰⁸

Barroso sempre esteve mais próximo dos “antigos”, contrariando as correntes modernas de pensamento. Por isso este intelectual se sentia tão incomodado ao ver o patrimônio histórico abandonado, ora destruído por reformas urbanas ora vendido para o estrangeiro. O descaso político com relação aos vestígios do passado ameaçaria a construção da identidade nacional dependente de materialidade para ser realizada. Sem dúvida desde os tempos da publicação do texto *O Culto da Saudade* (1912), Barroso já se mostrava preocupado quanto à “formação” histórica dos cidadãos. Para ele a adoração ao patrimônio nacional deveria ser um ritual sagrado e oficializado, onde os cidadãos reverenciariam os heróis nacionais, a exemplo da devoção dos fiéis católicos aos santos.

*Concebendo a história como caminho para o conhecimento sobre o passado, mas também como uma espécie de religião cívica a ser praticada, Gustavo Barroso propõe, em 1911, a criação de um museu. Sua idéia parecia apontar para o museu como um templo, no qual os cidadãos deveriam praticar uma devoção à história pátria, cultuando heróis e grandes acontecimentos ao contato com o que restava de tangível de épocas findas: as relíquias nacionais.*²⁰⁹

A história do Brasil reescrita nas galerias do Museu Histórico Nacional não levava em consideração a pluralidade da sociedade. Na perspectiva de Magalhães, Barroso idealizava uma “história monumental” apresentando-a sem rupturas ou conflitos, uma sucessão de fatos linearmente organizados. Barroso era praticamente o oposto de Capistrano de Abreu, pois este último sublinhava os conflitos e as dificuldades de formação de uma unidade nacional, trazendo à cena índios e sertanejos ocultados nas produções historiográficas anteriores. Enquanto Capistrano ressaltava o caráter social e econômico da sociedade brasileira, Barroso, em sua “síntese histórica”, valorizou o aspecto político da história como se a trajetória nacional fosse um suceder-se de governos centralizadores, desde a época colonial.²¹⁰

Ao mesmo tempo, o raciocínio histórico de Barroso alinhava-se à onda de patriotismo difundida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) entre as décadas de 1910 e

²⁰⁸ Idem, p. 20.

²⁰⁹ Idem, p. 23.

²¹⁰ Idem, p. 42.

1920. Na análise da historiadora Lucia Maria Paschoal Guimarães a “ilusão ilustrada” das nossas elites, no fundo constituía-se em uma das vertentes da versão nativa de um fenômeno de âmbito mundial, denominado por Maurice Agulhon de “patriotismo modelo de 1914”.²¹¹ A intelectualidade brasileira vivenciava uma fase de efervescentes manifestações cívicas, à medida em que crescia este apostolado, reflexo da crise internacional que acabaria desaguando na primeira Grande Guerra, tomava corpo uma onda de interesse pelas questões nacionais.²¹²

Na ótica de Barroso, o Império luso-brasileiro era peça central do “catecismo patriótico” que se queria inculcar nos cidadãos. Deste modo, sublinhou em vários momentos a superioridade da centralização monárquica do Brasil frente às repúblicas latino-americanas que representavam a “desorganização” do sistema federativo e a tirania de alguns governantes sul-americanos:

*Decidira-se finalmente o Império Brasileiro intervir no Prata, para pôr termo à tirania de Rosas na republica argentina, cujos tentáculos se lançavam com Oribe sobre o Uruguai e que ameaçava mesmo a nossa integridade desde alguns anos, sobretudo pelas inteligências mantidas com os separatistas gaúchos da revolução Farroupilha. A decisão custara muito a ser tomada; mas, quando os governadores de Entreiros e Corrientes, D. Justo José de Urquiza e D. Benjamin Virasoro, se levantaram em armas contra o despotismo rosino de Buenos Aires e requereram a ajuda do Brasil, este entrou na liça, aliando-se aos mesmos e ao governo do Paraguai, que a ambição de Rosas também amedrontava no fundo dos seus pântanos nativos.*²¹³

Em conformidade ao que tem sido exposto até aqui, a antropóloga Regina Abreu demonstrou que Barroso organizou as primeiras exposições do museu pautando-se por uma idéia de “museu-memória”. Para a autora, era o conteúdo evocativo das peças que orientava o diretor na aquisição do acervo. Por exemplo, a espada do “Grito do Ipiranga”, as peças do enforcamento de Tiradentes, a espada de Solano Lopes, etc. Esses objetos eram verdadeiras relíquias e o museu seria o templo sagrado da memória nacional. Barroso atribuía valor

²¹¹ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Primeiro Congresso de História nacional: breve balanço historiográfico no alvorecer do século XX*. On-line. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg18-7.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2008. p.4.

²¹² Idem, p. 4.

²¹³ BARROSO, Gustavo. A presença do Império em Buenos Aires. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional-Imprensa Nacional, 1945. v. 6, p. 5 – 18. p. 5.

simbólico às peças e indissociavelmente ligava-as ao discurso de identidade nacional. Em outras palavras: Barroso pretendia construir um marco nacionalista, fundamentado no culto das tradições estabelecidas pelo modelo centralizado e hierárquico do Estado Imperial. Valorizava uma etnia peculiar, autóctone, que incorporava negros, índios e mestiços. Ao mesmo tempo em que as exposições eram organizadas com base nos “grandes heróis” nacionais.²¹⁴

A análise do texto *O culto da saudade*²¹⁵ torna-se imprescindível, por ter sido este um dos primeiros trabalhos de destaque do jornalista na imprensa carioca. O texto – publicado também em 1917 no livro *Idéias e Palavras* – em várias ocasiões foi citado por Barroso como forma acabada duma trajetória de luta pela defesa do patrimônio nacional. Nas palavras de Dumans, aquela era uma campanha nacionalista que Barroso iniciou desde 1911, pelo *Jornal do Comércio*, quando lançou a idéia de fundação de um Museu Histórico.²¹⁶ Trata-se de um artigo jornalístico breve, onde Barroso, sob pseudônimo de João do Norte, lamentava-se e denunciava o descaso com a memória nacional. Era um texto que apelava à opinião pública e disparava uma crítica ávida à falta de interesse das autoridades com a história nacional, quando comparada a realidade dos países europeus.

Não há cidade européia que não festeje uma data histórica, anual ou centenária. O próprio carnaval de Nice tem uma tradição. Ele entra pelas ruas adentro como um triunfador, no seu alto carro arabescado de doiraduras, imponente e rechonchudo, a tomar conta da cidade, mergulhando-a em louca alegria por três dias a fio. Nuremberg, toda cheia de hálito da idade média, onde cada aresta de sola e cada estátua de nicho são recordações dos tempos feudais, é a rainha dos cortejos históricos. Nas datas que lhe são caras, saem à rua longas filas de partazaneiros, de bacineta ou celada à cabeça, estramação ao lado, cervilheiras de malha, gorjais de aço brunido, de aço toledano.²¹⁷

O descaso pelas tradições nacionais era um crime imperdoável. Assim, para que o país ingressasse definitivamente no rol das nações modernas deveria criar urgentemente um museu histórico, para preservar do esquecimento às glórias passadas.

²¹⁴ ABREU, Regina. Memória, História e Coleção. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional-Imprensa Nacional, 1996. v.28, p. 37 – 64.

²¹⁵ BARROSO, Gustavo. Culto da saudade. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional-Imprensa Nacional, 1997. v. 29, p. 32 – 34.

²¹⁶ DUMANS, Adolpho. *A idéia da criação do Museu Histórico Nacional*. (op. cit), p. 384.

²¹⁷ BARROSO, Gustavo. Culto da saudade (op. cit), p. 33.

Vá alguém no encontro do descaso geral. Dê-se ao insano trabalho de realizar um tentamen. Faça um cortejo histórico, organize uma cavalgada tradicional, recordando a fundação da cidade por Mem de Sá, com índios de cocares e arcabuzeiros de morrião; restaure o préstito que levou Tiradentes à forca da Lampadosa; todo mundo rirá da mascarada. Nunca mais se livrará do ridículo.²¹⁸ (...) Nunca se viu tanto desamor. O que se dá com os objetos históricos verifica-se com os costumes tradicionais das regiões, das cidades e dos bairros. Só uma coisa se mantém perpétua e imutável: o carnaval, que não é autóctone. O mais morre a pouco e pouco. Até os cordões desaparecem.²¹⁹

Finalmente resta dizer que para Barroso aquele desamor não afetava somente os objetos históricos, mas também os costumes tradicionais das regiões, das cidades e dos bairros. Ao mesmo tempo, podemos perceber que este texto também revelava a preocupação de Barroso em construir a sua imagem de “defensor perpétuo” da tradição e da memória do Estado.

3.4 O Chefe Nacional das Milícias Integralistas



Fotografia 6: Gustavo Barroso em 1936 com o uniforme do Integralismo. Fonte: MAIO, Marco Chor. O pensamento anti-semita moderno no Brasil: o caso Gustavo Barroso. (op.cit), p.238.

²¹⁸ Idem, p. 34.

²¹⁹ Idem, p. 32.

Como vimos até aqui, este capítulo tem procurado analisar a trajetória de Barroso privilegiando o seu perfil de homem letrado. Demonstramos que este jornalista conquistou grande prestígio entre a intelectualidade da época, ao transformar-se no diretor do MHN e presidente da ABL. Mas, Barroso não foi somente este refinado homem de letras, ao contrário, em vários momentos incorporou um discurso radical e chegou a defender a utilização da violência para atingir seus objetivos. Na concepção de Barroso poder e violência eram duas coisas indissociáveis, percebidos como complementos estratégicos na conquista de uma posição hegemônica na sociedade.²²⁰

A AIB mantinha uma organização para-militar e utilizava diversos elementos identificadores, como o uso obrigatório de uniforme (conhecido como “camisa-verde”), e a adoção da letra grega Σ (Sigma) como símbolo do movimento e da saudação indígena *Anauê*, que significava “você é meu irmão”. O integralismo atacava o liberalismo, os partidos políticos e o parlamento, considerando a democracia liberal como “destruidora da alma nacional” e responsável pela disseminação do comunismo – inimigo maior a ser combatido. Para Barroso, o liberalismo e o comunismo seriam “duas faces da mesma moeda”, expressões de uma “concepção materialista de mundo”.

*[O comunismo] Essa doutrina é o fruto do liberalismo burguês, é uma criação de intelectuais judeus infiltrados na burguesia em fermentação após a Revolução Francesa, é o resultado lógico da Liberal-Democracia. Seus pontífices são Marx e Engels.*²²¹

Em seu clássico livro *Integralismo: O Fascismo Brasileiro na década de 30*, Helgio Trindade explicou que a AIB surgiu em 1931 quando Plínio Salgado fundou o jornal *A*

²²⁰ Cabe dizer, como demonstrou Michel Foucault que a possibilidade de exercer o poder, de ser reconhecido como homem poderoso, levou muitos homens a ocupar as organizações que demonstravam, através da doutrina ou do uso de uniformes militares, a idéia de força. Em organizações para-militares o exercício do poder pela violência dá o próprio sentido à sua existência. Aliás as relações de poder não se resumem à esfera do Estado e se aprofundam dentro da sociedade. Deste modo, temos que admitir que esse poder se exerce mais do que se possui, que não é o privilegio adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito do acúmulo de um conjunto de posições estratégicas – efeito manifestado e as vezes reconduzido pela posição dos que são dominados. Por este aspecto podemos vislumbrar as ações de força empregadas por Barroso num importante movimento político brasileiro do início do século XX, a Ação Integralista Brasileira. Ver: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir – História da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 29.

²²¹ BARROSO, Gustavo. *Comunismo, Cristianismo e Corporativismo*. Rio de Janeiro. Empresa Editora ABC Limitada, 1938. p. 13

Razão, com o objetivo de chamar a atenção dos intelectuais para que rejeitassem o retorno do liberalismo da Constituição de 1891. *A Razão* foi o instrumento de difusão das idéias de Plínio Salgado e criou todas as condições para a organização dos seus adeptos, a partir da Sociedade de Estudos Políticos (SEP), que seria o centro de reflexão ideológica de onde surgiu o manifesto e também a futura Ação Integralista Brasileira. O integralismo foi um movimento de extrema direita que cultuava a figura do “Chefe Nacional” e pregava a centralização política nas mãos de um Estado com plenos poderes. Esse modelo de Estado forte e centralizado (Estado Integral) tinha como lema “Deus, Pátria, Família” o que o assemelhava com o fascismo europeu. Para Trindade a organização integralista desempenhava, uma tríplice função: fornecia ao chefe meios poderosos para dirigir o movimento, realizava uma experiência pré-estatal ao nível da organização, inspirada no modelo teórico do Estado Integral e constituía-se num instrumento de socialização político-ideológico dos aderentes.²²²

Além da imprensa, Plínio Salgado também utilizou-se de conferências direcionadas, principalmente, a intelectuais e estudantes a fim de divulgar suas idéias, os locais escolhidos eram quase sempre as faculdades e as academias literárias. O movimento em si já estava praticamente estruturado, faltando apenas uma última etapa do processo, a redação de um manifesto para difusão nacional da AIB. Mas como explica Trindade o projeto acabou sendo “engavetado” por alguns meses, pois eclodia em São Paulo a Revolução Constitucionalista em 1932.²²³

A primeira reunião realizou-se em 24 de fevereiro de 1932, na sede do jornal em São Paulo, naquela ocasião foram apresentados os princípios fundamentais da SEP, que foram aprovados pelos participantes da sessão. O movimento era muito mais cultural do que político, seria um “despertar da Nação”, canalizando para a ação política as angústias e temores dos setores médios, constituindo-se como instrumento de sua incorporação ao processo político. O fantasma da revolução soviética e as mobilizações de trabalhadores acentuaram o temor de proletarização destes setores, nos quais o integralismo recrutava a maior parte de seus militantes.²²⁴

Em 07 de Outubro de 1932, após termino da Revolução Constitucionalista, Plínio Salgado elaborou o Manifesto Integralista. Ao mesmo tempo, buscava articular-se com outras lideranças de movimentos contestadores do liberalismo e do próprio Estado varguista. Dentre

²²² TRINDADE, Helgio. *O Integralismo: O Fascismo Brasileiro na Década de 30*. São Paulo: Difel, 1979. p. 162.

²²³ Idem, p. 131.

²²⁴ Idem, p. 124.

elas, estavam Olbiano de Mello, de Minas Gerais; João Alves dos Santos, da Bahia; Severino Sombra, do Ceará (líder da Legião Cearense do Trabalho); entre outros representantes de movimentos direitistas regionais. No Ceará, por exemplo, Hélder Câmara e Jeovah Motta filiaram-se à AIB, mesmo sem a autorização de seu líder, Severino Sombra, que estava exilado. A AIB, dessa forma, incorporava também para si a Legião Cearense do Trabalho.²²⁵

Na ótica de Carneiro, a obra doutrinária da AIB deve ser entendida como pertencente a um momento de reflexão sobre os destinos políticos, sociais e econômicos do Brasil.²²⁶ Diferentemente das análises de estudiosos como Gilberto Vasconcellos e Ivan Alves que acreditavam que o pensamento integralista repetia a tragédia fascista, sendo mais um dos vários mimetismos encontrados na cultura brasileira. A autora apontou que os intelectuais integralistas tentaram formatar o movimento brasileiro de acordo com as características históricas e culturais que percebiam como representativas da nossa nacionalidade.²²⁷

A proposta desses intelectuais era interferir através da ação política, na organização de um Estado brasileiro cuja tônica era a centralização do poder e o controle do setor produtivo através do sistema corporativo. Neste sentido a influência do pensamento de Alberto Torres na construção da doutrina integralista é inquestionável, assim como de pensadores católicos como Jakson Figueiredo e Farias Brito. Além desses pensadores, o arcabouço doutrinário contou com a participação significativa de San Tiago Dantas, Olbiano de Mello e Hélder Câmara. Para a historiadora a doutrina integralista teve forte inspiração tanto na Encíclica de Leão XIII a *Rerum Novarum* (1891), quanto nas manifestações intelectuais, organizativas e ritualísticas do fascismo italiano. Assim a influência estrangeira deve ser relativizada, pois o

²²⁵ Idem, p. 131.

²²⁶ CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. Estados Fascistas, Estados Integralistas. In: *Anais do XXIII Simpósio nacional de História. Guerra e Paz. ANPUH*. Universidade Estadual de Londrina. Paraná. 2005. p. 9. On-line. Disponível: <http://www.anpuh.uepg.br/xxiii%20simposio/anais/textos/M%20CIRIA%20REGINA%20DA%20SILVA%20RAMOS%20CARNEIRO.pdf>. Acessado em 02 de Fevereiro de 2009.

²²⁷ Sobre a trajetória integralista nos anos 30 Carneiro destaca: TRINDADE, Hêlgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo, Difel / Porto Alegre, UFRGS, 1974; TRINDADE, Hêlgio. *Integralismo: Teoria e práxis política nos anos 30*. In: FAUSTO, Bóris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III: O Brasil Republicano. Volume 3: Sociedade e Política 1930-1964. 5ª edição. Rio de Janeiro, Bertrand, 1991; CAVALARI, Rosa. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru, Edusc, 1999; GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987; CHAUI, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUI, Marilena & FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro, CEDEC / Paz e Terra, 1978; MEDEIROS, Jarbas. Plínio Salgado. In: *Ideologia autoritária no Brasil - 1930-1945*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1978, p. 379-599; VASCONCELOS, Gilberto. *A ideologia curupira: Análise do discurso integralista*. São Paulo, Brasiliense, 1979; ARAÚJO, Ricardo. *Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987; e CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. Belo Horizonte, Una Editora, 1999.

movimento integralista espelhava-se na Doutrina Social da Igreja, do mesmo modo que os regimes reacionários europeus cujas as origens antecederiam às do Fascismo e que também o influenciaram.²²⁸

Para os ideólogos camisas-verdes, justamente esta identificação com a espiritualidade católica marcava a diferença em relação a quaisquer modelos racionalistas de construção do Estado. Ao seguir as diretrizes da Igreja Católica, sob diversos ângulos, a proposta integralista propunha ser diferente da do regime fascista. Como escreveu Miguel Reale em *Formação da Política Burguesa*, em 1934, ao abandonar a ênfase no decalque das ciências naturais e na explicação causal dos fatos, que tipificavam tanto os enfoques liberal, marxista e fascista “os movimentos integralistas deixam o peso morto da premissa burguesa (o naturalismo), marcando o ritmo espiritualista dos novos tempos pela reafirmação do princípio de finalidade como complemento do de causalidade.”²²⁹

Na análise de Maio, apesar da influência determinante de Plínio Salgado na elaboração e condução ideológica do movimento, existiam pelo menos três enfoques que se diferenciavam entre si no que diz respeito a análises e propostas políticas. A primeira, de Salgado, conceberia o mundo envolto numa luta constante entre o materialismo e o espiritualismo. O embate entre estas duas concepções teria criado três civilizações: a politeísta, a monoteísta e a ateísta. A maior preocupação de Salgado referia-se à atuação da última civilização, que se traduziria pela ação do capitalismo e do comunismo. Mas o líder integralista considerava que no Brasil a civilização ateísta teria mais dificuldade de êxito, pois haveria uma espécie de fundo espiritual que dava ao nosso país um ponto de apoio para se livrar das forças da matéria.²³⁰

A segunda vertente seria a de Barroso que, a exemplo de Plínio, concebia o conflito entre materialismo e espiritualismo como força motriz da evolução da história da humanidade. Diferentemente de Plínio, entretanto, no que se refere especificamente ao medieval, ele transformou o embate numa competição inconciliável entre judeus e cristãos, onde os primeiros representariam as forças da matéria, enquanto os últimos, as do espírito.²³¹ Os judeus deveriam ser eliminados por não aceitarem o convite à dissolução no mundo medieval,

²²⁸ CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. (op.cit)A Contribuição de Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale para a construção de um projeto de Estado-nação. In: *Anais do XII Encontro Regional de História. Usos do Passado*. ANPUH. Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ. 2006. p. 2-3. On line. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/Marcia%20Regina%20da%20Silva%20Ramos%20Carneiro.pdf> Acessado em 02 de Fevereiro de 2009.

²²⁹ REALE, Miguel. *Formação da Política Burguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934. p. 13

²³⁰ MAIO, Marco Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky. O pensamento Anti-semita de Gustavo Barroso* (op. cit), p. 82

²³¹ Idem, p. 83

por teimarem em se manter como “raça” à parte, sendo, ao mesmo tempo, fomentadores da modernidade, do capitalismo e do comunismo, instrumentos indissociáveis do projeto judaico de dominação do mundo. À semelhança do nazismo, a revolução integral barrosiana seria essencialmente uma revolução antijudaica. Ao destruir o inimigo objetivo, deveria se inspirar no passado medieval para a construção da nova sociedade, na medida em que seria impossível restaurar este momento privilegiado da história por causa da ação destrutiva dos judeus.²³²

A terceira vertente corresponde a de Miguel Reale, que destoava de Plínio e Barroso ao se afastar “da defesa de uma sociedade composta por indivíduos homogêneos pela ação de uma mesma doutrina. Por isso diferentemente das outras duas lideranças, Reale procurou elaborar um esquema de representação corporativa como solução para os desafios do mundo moderno, contra uma revolução, fundadora ou restauradora, de caráter ideológico e totalitário, não faz mais do que reproduzir, ao nível da vida pública, a mesma preocupação com a preservação das vocações específicas.”²³³

Ainda segundo Maio, a singularidade de Barroso estaria na ênfase que atribuía ao anti-semitismo em sua construção ideológica. No interior do integralismo, o enfoque antijudaico não era uma abordagem que obtivesse consenso. Salgado e Reale reduziam a ação maléfica dos judeus a uma questão menor, restrita ao plano econômico, a idéia de que os judeus dominavam o capital internacional, contribuindo para a situação histórica de submissão da economia brasileira aos interesses estrangeiros. Além disso, o anti-semitismo de Plínio era relativizado na esperança de que a questão judaica deixasse de ser um problema, através da assimilação. Esta solução levaria os judeus a viverem “em pé de igualdade com as demais raças”, isto é, misturando-se pelo casamento, com os não judeus. Na opinião de Maio, Plínio procurou reduzir a importância do antijudaísmo dentro da AIB em vários momentos, afirmando que o problema do mundo é ético e não étnico.

Em seu livro *Destinos Cruzados*, Miguel Reale considerava que a AIB não formava unidade compacta do ponto de vista doutrinário, nela atuando correntes de opinião diversificadas. Pelo menos três delas persistiriam até o término do movimento: uma, mais numerosa, liderada por Salgado, fundada na Doutrina Social da Igreja Católica e na exaltação nacionalista; uma outra que dava ênfase aos problemas jurídico-institucionais do Estado; e uma terceira mais preocupada com os valores tradicionais da história pátria, a quem acrescentava um “anti-semitismo de frágil mas espalhafatosa fundamentação, com Gustavo Barroso à frente.”²³⁴ Entretanto, em algumas ocasiões tentou relativizar a importância do anti-

²³² Idem, p. 84

²³³ Idem, p. 84

²³⁴ REALE, Miguel. *Destinos Cruzados*. Vol.1. São Paulo: Saraiva, 1986. p. 80

semitismo de Barroso ao qualifica-lo de patriota exemplar, que entrara para o integralismo seduzido pelo ideal nacionalista, assim como pelo amor que dedicava aos valores de ordem e de hierarquia na luta contra o comunismo, que ele inseria no quadro de um combate universal à conspiração judaica. Como me opunha a algumas de suas idéias, chamava-me de “judeuzinho”, mas no fundo, era um sentimental, incapaz de compartilhar com as futuras atrocidades de Hitler.²³⁵

De qualquer forma é importante perceber que o conselho da AIB mantinha um serviço de informações, cuja “seção judia” encarregava-se, entre outras coisas, da compilação de estatísticas sobre a comunidade judaica nacional e de uma lista de judeus proeminentes na vida econômica e política. Deste modo a solidão de Barroso na sua radicalidade antijudaica, conforme destacou Reale não deixou de provocar uma certa ambigüidade dentro AIB: por um lado, o anti-semitismo era um tema que sensibilizava as bases integralistas em função da simplicidade de seu esquema explicativo. Por outro, ao nível da produção intelectual propriamente dita, ele parece não receber uma importância explicativa muito grande, o que corresponde, inclusive, a um relativo isolamento.²³⁶

Em nota, Maio demonstrou que Trindade, em sua tese de doutorado, realizou 130 entrevistas com antigos dirigentes nacionais e regionais além de militantes de base, da AIB. Seu questionário teve perguntas abertas e fechadas. Na pergunta aberta sobre as motivações que teriam levado a inserção no movimento só cinco entrevistados citaram o anti-semitismo como motivação principal. Mas na parte do questionário onde pede-se para concordar ou discordar, com gradações, de uma série de frases, 71% dos ex-integrantes da AIB concordam muito com a seguinte colocação: os judeus são associados ao surgimento do comunismo e capitalismo internacionais. Como sugeriu Maio se por um lado o anti-semitismo não tinha tradição no Brasil antes da fundação da AIB, por outro, uma parte significativa dos militantes aderiram ao postulado moderno do anti-semitismo que se confunde com a crença numa conspiração mundial judaica. Neste sentido, pode-se concluir que o trabalho de doutrinação de Barroso, exímio representante do anti-semitismo, foi bastante eficaz.²³⁷

A situação híbrida no interior da AIB pode ser também percebida pelo depoimento de Miguel Reale quando recordou o momento de sua destituição do Cargo de Secretario de Doutrina no início de 1937:

²³⁵ Idem, p. 99

²³⁶ MAIO, Marco Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky. O pensamento Anti-semita de Gustavo Barroso* (op. cit), p. 85-86.

²³⁷ Idem, p. 86

Pois foi nessa quadra de minha vida que fui alvo da primeira e grave decepção política. Exatamente quando mais me empenhava na elaboração de trabalhos teóricos e práticos, vi-me surpreendido pela minha súbita exoneração do cargo... Nunca entendi a razão desse inesperado gesto de Plínio Salgado. Não ignorava minha atitude liberal, não era do agrado de alguns, que não concordavam com a sistemática oposição da Secretaria Nacional de Doutrina ao anti-semitismo, ou à proibição da entrada de maçons nas fileiras da AIB.²³⁸

Deixadas de lado as especificidades do integralismo, importa-nos neste trabalho perceber como a filiação de Barroso na AIB determinou uma virada na trajetória deste intelectual. Sua entrada deu-se em 1933 após ouvir uma conferência de Plínio Salgado e sua primeira frente de trabalho foi dedicada à implantação de uma “educação integral”. Na perspectiva Plínio Salgado este ideal de educação integral tinha como fundamentos os três grandes marcos Deus, Pátria e Família. Deste modo, a doutrina preconizava uma formação completa, sendo ela, física, intelectual-científica, cívica, espiritual-religiosa e artística. Conforme foi explicitado no Manifesto de Outubro a educação era uma arma eficaz para impulsionar o movimento.

Deus dirige os destinos dos Povos. O homem deve praticar sobre a terra as virtudes que o elevam e o aperfeiçoam. O homem vale pelo trabalho, pelo sacrifício em favor da Família, da Pátria e da Sociedade. Vale pelo estudo, pela inteligência, pela honestidade, pelo progresso nas ciências, nas artes, na capacidade técnica, tendo por fim o bem-estar da Nação e o elevamento moral das pessoas. A riqueza é bem passageiro, que não engrandece ninguém, desde que não sejam cumpridos pelos seus detentores os deveres que rigorosamente impõe para com a Sociedade e a Pátria. Todos podem e devem viver em harmonia, uns respeitando e estimando os outros, cada qual distinguindo-se nas suas aptidões, pois cada homem tem uma vocação própria e é o conjunto dessas vocações que realiza a grandeza da Nacionalidade e a felicidade social.²³⁹

Na tentativa de difundir e demonstrar como a educação integral era importante na construção de um “novo” homem, Barroso realizou diversas palestras e conferências.

²³⁸ REALE, Miguel. *Destinos Cruzados*. (op. cit), p. 110

²³⁹ SALGADO, Plínio. *Manifesto Integralista de 7 de Outubro de 1932*. In: *A Doutrina Integralista*. Porto Alegre, AIB, Província do Rio Grande do Sul, s.d.



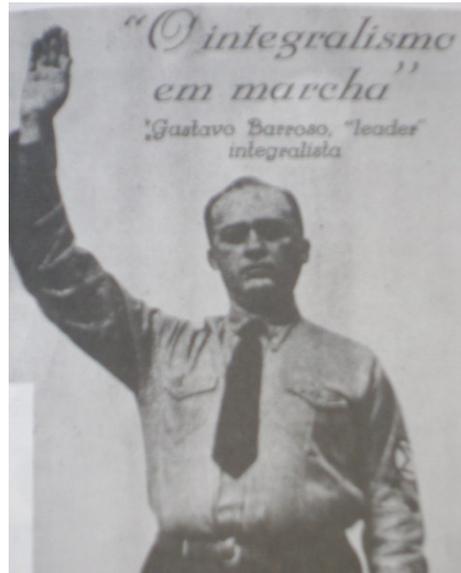
Fotografia 7: Gustavo Barroso quando discursava em Núcleo Integralista. Fonte: MAIO, Marco Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky. O pensamento Anti-semita de Gustavo Barroso* (op.cit). p. 82

Uma delas ocorreu no Instituto Granbery da Igreja Metodista em 1933, na cidade de Juiz de Fora. Como bem observou o professor Leandro Pereira Gonçalves, as conferências de Barroso faziam parte do que era chamado de “Bandeira ou Caravana Integralista”, movimento que tinha como objetivo a doutrinação, a divulgação e a propagação da ideologia integralista pelo Brasil. A vinda de Barroso foi algo noticiado em toda a imprensa local, como se observa, por exemplo, no jornal de maior circulação da cidade o *Diário Mercantil*.²⁴⁰

Em fevereiro de 1934, Barroso participou do 1º Congresso Integralista, realizado em Vitória, no qual foram aprovados a estrutura interna e os estatutos da AIB. Nesse evento, entre outras decisões, foi definida a criação de uma direção única e centralizada nas mãos de Plínio Salgado. No mais foram nomeados os chefes provinciais, cabendo a Barroso o Cargo de comandante das milícias o que significava participar do Conselho Superior da AIB. A milícia integralista se organizava basicamente em quatro seções: a primeira seção ocupa-se da correspondência, controle da organização (estatística, efetivo, disciplina) e justiça (inquéritos e promoções); a segunda seção, do serviço de informações; a terceira seção, da instrução militar e elaboração dos planos de operações militares; a quarta seção, do setor de material e serviços. A função da milícia, na qual Barroso tornou-se chefe, não era apenas a de preparar os integralistas para os desfiles e a cultura física, mas desenvolver um verdadeiro treinamento militar, desde a instrução de *técnica, tática e moral* até a elaboração de planos de combate.²⁴¹

²⁴⁰ GONÇALVES, Leandro Pereira. Tradição e Cristianismo: O nascimento do Integralismo em Juiz de Fora. In: Giselda Brito Silva. (Org.). *Estudos do Integralismo no Brasil*. Recife: UFRPE, 2007, p. 81-95.

²⁴¹ MAIO, Marco Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky. O pensamento Anti-semita de Gustavo Barroso* (op. cit), p. 80



Fotografia 8: Gustavo Barroso em típica saudação integralista. Fonte: MAIO, Marco Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky. O pensamento Anti-semita de Gustavo Barroso* (op.cit). p.81

Em 1937, Barroso publicou um panfleto direcionado aos militantes integralistas onde se projetava como o “farol” que iluminaria a gente moça deste país. Tratava-se de um texto rápido, didático e comunicativo, onde ele definia as diferenças entre os partidos políticos e o integralismo, além de destacar a importância da tradição na construção de uma nação. O Chefe das Milícias encarava como missão sua, combater as demagogias balofas e os incitamentos à desordem (anarquismo e comunismo), além de treinar a juventude na proteção da pátria.

O integralismo não é um partido político, nem de modo algum deve ser confundido com qualquer partido políticos. Os partidos políticos representam interesses parciais de um grupo de eleitores organizados à sombra de um programa destinado à duração dos mandatos daqueles que elege. O integralismo põe o interesse da NAÇÃO acima de todos os interesses parciais ou partidários e se guia por uma doutrina, não por um programa...

O Integralismo é uma Ação Social, um Movimento de Renovação Nacionalem todos os pontos e em todos os sentidos. Prega uma doutrina de renovação política, econômica, financeira, cultural e moral. Prega essa doutrina, completa-a e a amplifica constantemente com seus estudos, e prepara os homens capazes de executar as medidas dela decorrentes. Abrange, nos seus postulados, indagações e finalidades, todas as atividades nacionais...

A sociedade humana não vale somente pelo que apresenta aos nossos olhos, vale muito mais ainda pelo que nela existe e não conseguimos ver, isto é, as forças ocultas do seu Passado e do seu Espírito. Os homens prendem-se ao Passado através de seus ascendentes, cujos característicos essenciais herdamos, cujas conquistas morais, intelectuais, técnicas e materiais lhes são transmitidas como um verdadeiro patrimônio. Essa herança é a civilização e nela as gerações que se sucedem são solidárias.

*Compostas de homens, as Nações ligam-se ao passado pelas suas tradições de toda espécie. Enraizada nelas é que a Pátria Brasileira deve florescer no Presente para frutificar no futuro. Gustavo Barroso 1937.*²⁴²

Uma das estratégias utilizadas por Barroso foi tentar demonstrar através de seus textos a existência de um inimigo “quase invisível”, responsável pelas mazelas da economia e da sociedade brasileira. O quadro de dependência política e econômica do país foi um dos principais artificios explorados na arguição de Barroso, sobretudo, em seu livro *Brasil – Colônia de Banqueiros* (1937). Afinal, a figura do inimigo estrangeiro nas manifestações nacionalistas servia para excitar a fé patriótica do povo e, ao mesmo tempo fortalecia o movimento integralista, na medida em que este preconizava ser uma ideologia autóctone, voltada para os interesses nacionais e avessa à influência de doutrinas forasteiras.²⁴³

Barroso estabeleceu em seu discurso os inimigos a serem combatidos, o comunismo, o liberalismo, a maçonaria, o capitalismo e em particular o judaísmo, que estaria por trás dessas ideologias nefastas aos interesses da pátria. Na perspectiva de Ivair Augusto Ribeiro, a eliminação desses inimigos significaria, na perspectiva do Chefe das Milícias, a cura para as várias doenças que prostravam o organismo brasileiro e a única panacéia era a A.I.B. Na concepção de Barroso, o integralismo seria o único caminho para se promover as mudanças de pensamento, de instituições e de rumo, repelir o liberalismo, o comunismo e o judaísmo capitalista e salvar a pátria espiritual e materialmente. Além disso, Barroso buscava transmitir uma imagem fundamentalista de que os camisas-verdes deveriam lutar até a morte pela salvação do Brasil.²⁴⁴

²⁴² Ver: INFORMATIVO Oficial da Frente Integralista Brasileira. (Reedição) artigo integralista de Gustavo Barroso. Edição 1- agosto de 2006. p. 07.

²⁴³ BARROSO, Gustavo. *Brasil – Colônia de Banqueiros*. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936. p. 194.

²⁴⁴ RIBEIRO, Ivair Augusto. O Anti-semitismo no discurso integralista no Sertão de São Paulo: os discípulos de Barroso. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *O anti-semitismo nas Américas: Memória e História*. São Paulo: EDUSP-Fapesp, 2007. p. 359.



Fotografia 9: Gustavo Barroso ao lado de Plínio Salgado em Conclave Integralista. Fonte: MAIO, Marco Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky. O pensamento Anti-semita de Gustavo Barroso* (op.cit). p. 83

Em seu livro, *Integralismo e Catolicismo* (1937), Barroso argumenta que o integralismo é um movimento político e social cristão que se alicerça, fundamenta e radica no Cristianismo, nas doutrinas sociais e políticas do cristianismo. Entretanto dos três ramos do Cristianismo – Catolicismo, Ortodoxismo e Protestantismo – somente o Catolicismo se pronunciaria em matéria social e econômica, encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, expondo a “verdade cristã” sobre o assunto. Assim caberia a Igreja Católica o dever e o direito de ser “guarda vigilante” dos princípios da civilização cristã contra a investida “judaica e pagã do Ouro”.

*O Estado Integral é tudo quanto ouvistes da leitura do Manifesto de Outubro e do Manifesto-Programa. É tudo quanto vos acabo de expor e de explicitar. Mas, para mim, no mais intimo refêlho do meu coração, e no recôndito mais misterioso de minha alma, o Estado Integral transcende das formas políticas e do próprio pensamento filosófico. Porque o Estado Integral, essencialmente, é para mim o Estado que vem de Cristo, inspira-se em Cristo, age por Cristo e vai para Cristo.*²⁴⁵

Barroso informa ao leitor que existe uma conexão lógica entre a ordem espiritual e a ordem temporal, onde o espírito rege a matéria e a vida subjectiva se projeta sobre a vida objectiva, modificando-a e até revolucionando.

²⁴⁵ BARROSO, Gustavo. *Integralismo e Catolicismo*. Rio de Janeiro: Empresa Editora ABC Limitada, 1937. p. 3

*Quem não admite este principio cai, de modo geral, no naturalismo, condenado pela Igreja, e entra no âmbito do liberalismo, que é como diz eminente pensador canadense, o padre L. Cote, o amoralismo político. O liberalismo doutrinário fatalmente conduz ao socialismo, cujas ultimas etapas são o comunismo e o anarquismo.*²⁴⁶

Em varias ocasiões o intelectual recorria às notas do papa Gregório XVI para elogiar a atuação da Igreja que, desde muito tempo, combatia todos aqueles que se insurgiram contra a moral católica, uma luta legítima entre o reino de Deus e o reino do Anti-cristo. Os verdadeiros integralistas, católicos, sacerdotes ou crentes não poderiam ficar neutros diante das investidas do inimigo. Na perspectiva de Barroso, a Igreja Católica poderia e deveria intervir nos assuntos públicos. Essa intervenção estava em acordo com as doutrinas pronunciadas nas encíclicas da Santa Sé, portanto seria uma medida cabível ver a política e a moral caminharem juntas, desde que fossem regidas por um estado forte e integral. No discurso do intelectual integralista, diante daquele contexto emin

entemente subversivo no qual se encontrava o Brasil, onde o “amoralismo político do Liberalismo” entrava em choque com o “amoralismo politico-social do marxismo”, o integralismo não poderia permanecer indiferente.



Fotografia 10: Integralistas em marcha, à frente Gustavo Barroso. Fonte: MAIO, Marco Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky. O pensamento Anti-semita de Gustavo Barroso* (op.cit). p.84

Em o *Conceito da História*, texto publicado como prefácio do primeiro volume da *História Secreta do Brasil* (1937), Barroso mantém o tom das denúncias. Contudo, procurou proteger sua obra com a blindagem dos novos pressupostos da ciência histórica. Para ele os exageros criados pelo cientificismo da historiografia do século XIX foram responsáveis por

²⁴⁶ Idem, p. 11

encurrular a disciplina. O espírito de sua época e a concepção atual de história não permitiria novamente cair nesta cilada. No entanto, Barroso não descartava do ofício do historiador a obrigatoriedade de obedecer aos princípios rigorosos da ciência, seja na investigação dos fatos, na fixação das datas, na interpretação, no confronto e na análise dos documentos.²⁴⁷

Barroso oscilava, portanto, entre a noção “clássica da história” e uma concepção “moderna da história”. Esta última, na perspectiva de Reinhart Koselleck, substituiu a “verdade ética pela verdade dos fatos”, o que possibilitou ao historiador escrever e se apropriar de uma autoridade, muitas vezes, inquestionável.²⁴⁸ Opera-se portanto a passagem de uma verdade que se identificava com a ética e se opõe ao erro, para uma verdade que se confunde com o fato e deseja afastar-se de tudo aquilo que se aproxima das fronteiras da fantasia ou da imaginação.²⁴⁹ Por isso era necessário ao historiador, antes de qualquer coisa, talento nato para se produzir o “verdadeiro” conhecimento histórico. Em posse deste status de especialista, Barroso poderia legitimar seu discurso integralista, que assumia claramente um conteúdo anti-semita e antimaçônico.

*Numa história secreta, nem sempre é possível achar a documentação concludente do que se afirma, sobretudo porque os historiadores estavam desprevenidos em relação à questão judaica; por essa razão, muitas vezes, é necessário recorrer às provas circunstanciais e ler nas entrelinhas, em busca do mistério.*²⁵⁰

Como podemos perceber o intelectual integralista acreditava que o estudo da história impunha a necessidade de instrumentos apurados, sendo assim o historiador deveria ser um homem erudito e, sobretudo, sensível às “mudanças dos aspetos intelectuais do mundo que transformam os critérios dos homens”. Barroso se considerava este “super-homem”, um exemplo típico de intelectual, apto a fornecer aos comuns a direção a ser seguida. Com isso, valeu-se do lugar de destaque que ocupava, presidência da ABL e diretor do MHN, para chamar a atenção através da imprensa, para a desenfreada perda de referências estéticas, culturais e históricas, que se verificava no Brasil. Foi um “soldado sem farda”, no sentido de criar uma mentalidade preservacionista no país. Além disso, fez de sua liderança integralista

²⁴⁷ BARROSO, Gustavo. *História secreta do Brasil: do descobrimento à abdicação de D. Pedro I.* (op. cit), p. 13

²⁴⁸ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise.* Rio de Janeiro: Eduerj - Contraponto, 1999.

²⁴⁹ ARAÚJO, Ricardo B. de. Ronda Noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. In: *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, nº1. 1988. p. 31.

²⁵⁰ Idem, p. 105.

um campo de batalha contra judeus, maçons e comunistas, sua principal arma foi a literatura, ou melhor, a literatura histórica.

Ou seja, no entendimento deste imortal era através da escrita da história, e conseqüentemente do controle da memória oficial, que se daria a formação de uma identidade nacional. Barroso evocava a idéia de nação unificadora, acreditava que somente com um esforço permanente e persistente, conseguiríamos elevar o nível da mentalidade brasileira. Desta forma, a intenção era incutir nos mais jovens um superior idealismo, a mística dos deveres, o amor ao estudo, o conhecimento das realidades nacionais e, finalmente, o desejo de engrandecimento da própria personalidade pelas virtudes e pela cultura. A educação e o civismo – responsabilidade do Estado – seriam os melhores veículos para gravar, na memória do cidadão, o orgulho dos feitos heróicos dos tempos passados. Afinal o controle do passado, poderia representar, em meio a todas as incertezas daquela década, ter em mãos, as rédeas do presente. Afinal o controle do passado, poderia representar, em meio a todas as incertezas daquela década, ter em mãos, as rédeas do presente.

4 OS PROTOCOLOS SECRETOS DA HISTÓRIA DO BRASIL

*Até hoje se têm escrito histórias políticas do Brasil. Empreendo, neste ensaio, a história da ação deletéria e dissolvente dessas forças ocultas. Até hoje se escreveu a história do que se via a olho nu, sem esforço. Esta será a história daquilo que somente se descobre com certos instrumentos de ótica e não pequeno esforço. É a primeira tentativa no gênero e, oxalá possa servir de ensinamento à gente moça, a quem pertence o futuro.*²⁵¹

Introdução:

Para termos uma melhor compreensão sobre o desdobramento do processo de construção das narrativas antimaçônicas na primeira metade do século XX, é preciso atentar para dois fenômenos especiais que marcaram profundamente o contexto sócio-político daquela época. O primeiro fenômeno foi o crescimento do discurso anti-semita no Brasil na década de 1930. O segundo foi a concretização da “ameaça comunista”, confirmando a “profecia” de Karl Marx e colocando, definitivamente, alguns setores da sociedade em guarda contra o chamado “inimigo vermelho”.²⁵²

No decorrer deste capítulo, demonstraremos como o anti-semitismo e o anticomunismo contribuíram com recursos imagéticos no fomento de uma “nova” narrativa antimaçônica, inaugurando, deste modo, no cenário político brasileiro, aquilo que Gustavo Barroso chamou de “maçonismo anti-brasileiro”.²⁵³

Para darmos conta de nosso objetivo, trataremos de especificar os contextos de produção e circulação do livro *História Secreta do Brasil* e sua correlação com o *best-seller* anti-semita, *Os Protocolos dos Sábios de Sião*. Será analisado também o alcance da ideologia anti-semita. Sua forma tradicional e seus aspectos modernos serão destacados na medida em que percebemos que o ódio aos judeus se transformou num dos principais recursos das ações propagandísticas de Gustavo Barroso. Além disso, aprofundaremos o estudo acerca das diferentes apropriações do discurso anticomunista no Brasil, tendo como foco as manifestações de repúdio da Igreja Católica expressas fundamentalmente no discurso político-partidário de Barroso.

Assim sendo, o “novo formato” da narrativa antimaçônica brasileira, sobretudo, após a publicação do primeiro volume da *História Secreta do Brasil* receberá, nesta parte final da

²⁵¹ BARROSO, Gustavo. *História secreta do Brasil: do descobrimento à abdicação de D. Pedro I*. (op. cit), São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.p. 15.

²⁵² ENGELS, Friedrich & MARX, Karl. *O Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 65.

²⁵³ BARROSO, Gustavo. *História secreta do Brasil: do descobrimento à abdicação de D. Pedro I*. (op. cit), p. 301.

dissertação, um tratamento especial. Pois entendemos que as “revelações” guardadas na obra coincidiram, não por acaso, a um período especial da história nacional, marcado pela radicalização ideológica em detrimento das liberdades individuais. O fato é que o anticomunismo e o anti-semitismo tornaram-se forças decisivas nas lutas políticas do mundo contemporâneo. E no Brasil isso não foi diferente, haja vista, os episódios da chamada “Intentona Comunista” e do “Plano Cohen”.

4.1 Segredos e Revelações da “História secreta do Brasil”

A *História secreta do Brasil*, de autoria de Gustavo Barroso, foi com certeza a obra que melhor sintetizou a narrativa, textual e imagética, contrária à Maçonaria. A obra pretendia ser um grandioso projeto de pesquisa englobando toda a história do Brasil, do descobrimento em 1500 até a década de 1930. Para esta empreitada, Barroso decidiu dividir o livro em quatro partes: A primeira, publicada pela Companhia Editora Nacional em 1936, abarcava *Do descobrimento à abdicação de D. Pedro I*. A segunda e a terceira partes, ambas editadas pela Civilização Brasileira S/A, representavam, respectivamente, os períodos *Da abdicação de D. Pedro I à maioria de D. Pedro II* (1937) e *Da maioria de D. Pedro II à proclamação da República* (1938). A quarta e última parte deveria englobar o período *Da proclamação da República à Revolução de 1930*. Entretanto, por questões não muito claras, este volume não chegou a ser publicado.

Apesar de não termos os números exatos da tiragem do livro, podemos supor que pelo menos o primeiro volume da *História secreta do Brasil* obteve uma boa receptividade dos leitores, sendo reeditado duas vezes em 1937 e outra em 1939, todas edições pela série *Brasiliana* da Biblioteca Pedagógica Brasileira da Editora Companhia Nacional. A *Brasiliana* era uma coleção que reunia ensaios sobre a formação histórica e social do Brasil, estudos de figuras nacionais e de problemas brasileiros (históricos, econômicos, geográficos, etnológicos, políticos...), além de reedições de obras raras e de obras estrangeiras. Deste modo, o objetivo da editora era a sistematização e coordenação de estudos e de pesquisas sobre temas nacionais, o que definia desde já o caráter científico esperado na publicação da *História secreta do Brasil*. Em nota, o editor deixa claro que Gustavo Barroso propunha uma sondagem profunda em busca de um saber científico, de uma verdade histórica ou de uma “história subterrânea dos acontecimentos”, como afirmava o próprio autor.

*Terá o ilustre escritor encontrado o fio da meada? Terá o mergulhador conseguido trazer de suas sondagens, a perola da verdade histórica ou uma parcela da verdade? Nos dramas, representados por personagens conhecidos, nos largos cenários das agitações públicas, ou nos palcos dos teatros políticos, terá o seu olhar penetrado os bastidores? A todas essas perguntas que se reduzem, afinal, a uma só, responderão os seus leitores, que serão muitos e os seus críticos que serão bastante competentes para julgar da imparcialidade, segurança e penetração do historiador brasileiro.*²⁵⁴

Mesmo colocando em questão alguns objetivos do escritor, a editora não deixa de reconhecer o grande esforço de pesquisa e a abundante documentação utilizada por Gustavo Barroso, trazendo luz sobre as “zonas de mistério de nossa história”. Um artigo publicado no jornal *A Offensiva*, na cidade do Rio de Janeiro, elucida de maneira apropriada aquilo que pretendia ser o principal atrativo da *História secreta do Brasil*. Segundo o jornal, o livro de Gustavo Barroso era uma obra de grande vulto e até então inédita no Brasil, pois representava um “compêndio de finalidades educativas” revelando aos leitores a “verdadeira história do Brasil”, dos primórdios da colonização até os dias atuais.

*[A obra] Encerra o resultado de uma investigação meticulosa e profunda, a que se dedicou Gustavo Barroso na irrequieta atividade que vem exercendo no estudo do judaísmo, da maçonaria e sociedades secretas, cujos assuntos conhece sobejamente. É um trabalho de grande mérito, mostra a quem ler, como se prepararam os grandes acontecimentos da nossa Pátria, e quais os objetivos que eles, em verdade visaram.*²⁵⁵

Um exemplo da difusão nacional da primeira parte da *História secreta do Brasil* pode ser observado no artigo publicado pelo jornal o *Diário da Tarde*, da cidade de Manaus. Segundo o jornal, Gustavo Barroso não precisaria de referências especiais, uma vez que esse intelectual possuía um nome consagrado, destacando-se entre os grandes “trabalhadores da imprensa no Brasil”.

É um dos mais interessantes conhecedores da história brasileira, tendo manifestado a sua curiosidade erudita em diversos ramos do conhecimento. O volume de agora é um pouco sectarista. Mas, por isso mesmo, fazendo-o a

²⁵⁴ Idem, p. 1.

²⁵⁵ Jornal *A Offensiva*, Rio de Janeiro 31 de Dezembro de 1936. s/n.

margem dos fatos históricos, deu a esses acontecimentos uma interpretação que na nossa literatura, não tem precursores. ²⁵⁶

Mais uma vez o caráter científico do livro era exaltado, despontando como um grande resumo da história pátria, amparado por uma vasta documentação. Segundo o editorial, Gustavo Barroso com “inteligência e sentido crítico”, de acordo com os princípios atuais da ciência histórica, realizou algo inteiramente novo, comparado à importância do trabalho de Manoel Bomfim.

Assim como o extraordinário Manoel Bomfim deu à história a tradução nacionalista dos seus principais característicos, o sr. Gustavo Barroso aliou-se a essa versão uma outra, procurando a sua causa determinante em influências até então despidas de elucidações completas. Trata-se, aliás, de um trabalho em serie, da qual este é o primeiro volume publicado. Êle viu nos fatores econômicos a origem de quase todas as transformações políticas e, nesses fatores, a determinação dos interesses ocultos. Começando pelo monopólio do pau de tinta, viu o caso do açúcar, do tráfico de negro, a tragédia do ouro, o drama dos diamantes, a inconfidência mineira e as outras de igual natureza, que se fizeram sentir na época colonial e no primeiro império. ²⁵⁷

É importante verificar que apesar do radicalismo ideológico de Barroso, seu prestígio intelectual permanecia em alta, fazendo com que editoras de tendências esquerdistas, como é o caso da Civilização Brasileira S/A, aceitassem publicar alguns de seus livros. Talvez essa atitude da editora estivesse atrelada a interesses comerciais apostando no potencial de vendagem dos livros de Barroso. De qualquer forma, em 1938, na publicação da terceira parte da *História secreta do Brasil*, a editora tentou demonstrar imparcialidade com a temática do livro, declarando enfaticamente que não era de sua alçada intervir nos pontos de vistas defendido pelo autor.

O que importa à Civilização Brasileira S/A, verificar no exame dos originais, é o valor intrínseco da obra, quanto à forma e ao fundo, é a responsabilidade e a probidade intelectual dos autores aceitos ou chamados a colaborar no progresso e no desenvolvimento da cultura brasileira, pelo debate amplo e livre de questões

²⁵⁶ Jornal *Diário da Tarde*. Manaus 8 de Fevereiro de 1937 s/n.

²⁵⁷ Idem, s/n.

literárias, históricas e científicas e dos grandes problemas nacionais. Foi este o critério que seguiu ao resolver tomar ao seu cargo a publicação deste 3º volume, que lhe apresentou o sr. Gustavo Barroso, da Academia Brasileira. ²⁵⁸

Com esta nota a Civilização Brasileira pretendia livrar-se da responsabilidade de ter publicado um livro anti-semita, antimaçônico e anticomunista deixando o debate para os chamados “especialistas no domínio dos estudos históricos”.

A questão esta aberta. O ilustre escritor chega a conclusões discutíveis. Que as discutam os competentes na matéria. É desse debate franco, por homens de responsabilidade, que resultará o esclarecimento dos pontos controvertidos de nossa historia. ²⁵⁹

Como vimos no segundo capítulo, Barroso foi um intelectual ativo, pertencente à geração dos “explicadores”, ou seja aqueles intelectuais preocupados em apontar um “saída” para os dilemas do país.²⁶⁰ Sua obra contém um conjunto de sugestões para a compreensão dos problemas políticos, econômicos e sociais. É, por um lado, uma interpretação do complexo jogo político e, por outro, a tentativa de construção da identidade nacional com base na “revolução integral”. Vimos também que o anti-semitismo foi abertamente inserido e defendido nos discursos de alguns dos principais integralistas como, Tenório D’Albuquerque, Madeira de Freitas, Ulysses Paranhos e, em especial, Gustavo Barroso. Entretanto, afirmar que o integralismo, como já apontando no segundo capítulo, foi um movimento amplamente anti-semita seria, no mínimo, reducionista mesmo que seja indiscutível a existência de uma forte corrente anti-semítica dentro do movimento influenciada por Barroso. ²⁶¹

Na conturbada década de 1930, ideologicamente marcada pela disputa entre fascismo e comunismo, o anti-semitismo se constitui num dos alicerces em que se sustentava a extrema direita na Europa e no Brasil. O judaísmo e a raça semita apareciam nos discursos como os inimigos a serem combatidos, assim como o capitalismo, o liberalismo e o comunismo mesmo porque, a lógica desse discurso político era associar o judaísmo a essas ideologias.²⁶² Os

²⁵⁸ BARROSO, Gustavo. *História secreta do Brasil: da Maioridade à República*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. p. 3.

²⁵⁹ Idem, p. 4.

²⁶⁰ PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

²⁶¹ RIBEIRO, Ivair Augusto. O Anti-semitismo no discurso integralista no Sertão de São Paulo: os discípulos de Barroso. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *O anti-semitismo nas Américas: Memória e História*. São Paulo: EDUSP-Fapesp, 2007. p. 354.

²⁶² Idem, p. 355.

escritos de Barroso tentavam alardear o integralismo como o antibiótico eficaz para curar as infecções causadas pelos invasores externos, como o judaísmo. Conforme destacou Ribeiro, o integralismo foi um movimento muito amplo, que admitiu desde as classes sociais até os movimentos religiosos, mas evidentemente alguns ou muitos dos integralistas acabaram entrando na onda anti-semita e um dos grandes responsáveis por isso foi o historiador Gustavo Barroso, que apanhou esse veio crítico e desenvolveu uma série de trabalhos em cima deste tema.²⁶³

Quanto àquilo que se refere ao texto da primeira parte da *História secreta do Brasil*, pode-se dizer, que o estilo da escrita é norteador por uma linguagem rebuscada e uma noção de história típica dos historiadores do século XIX, em especial Varnhagen. Como foi visto no segundo capítulo, as referências ao historiador oitocentista são constantes na obra de Barroso, principalmente quando se trata da história da Maçonaria no período da Independência do Brasil. As lutas políticas entre Gonçalves Ledo e José Bonifácio, em várias ocasiões, foram analisadas por Barroso a partir de uma perspectiva historiográfica inaugurada pela obra *História geral do Brasil*.²⁶⁴

Além disso, Barroso desejava demonstrar, numa mesma obra, erudição, autoridade intelectual e militância partidária. Ciente deste desafio não se incomodava em afirmar que aquele era um livro dedicado aos assuntos mais “ocultos” da história, realizado graças a sua altíssima “sensibilidade de historiador”. Acreditava que a leitura dos símbolos era um dos principais requisitos para se atingir a verdade histórica.²⁶⁵ Barroso praticava uma pesquisa semiótica buscando desvendar o significado das bandeiras. O intelectual acreditava que por traz da combinação de elementos enigmáticos, presentes, sobretudo nas flâmulas, escondiam-se verdades que somente os “iniciados” poderiam conhecer. Pois, embora existissem símbolos que são reconhecidos internacionalmente outros só poderiam ser compreendidos dentro de um grupo privilegiado e restrito, no caso os maçons.

A bandeira da Inconfidência Mineira, proposta por Tiradentes, representaria, por exemplo, o “Emblema da Divindade. Em sentido literal – chapéu.” Além disso, o mesmo triângulo poderia ser visto no capitel da coluna J. (Jakim) uma das colunas do Templo de Salomão, reproduzidas nos altares maçônicos.²⁶⁶

²⁶³ Idem, p. 358 – 359.

²⁶⁴ BARROSO, Gustavo. *História secreta do Brasil: do descobrimento á abdicação de D. Pedro I.* (op. cit), p. 258.

²⁶⁵ Idem, p. 186 – 187.

²⁶⁶ Idem, p. 164.

*O triângulo maçônico é o triangulo dos Pentaculos cabalísticos, o Triângulo de Salomão dos ocultistas, o Infinito da altura ligado às duas pontas do Oriente e do Ocidente, o triângulo visível da razão revelando o triângulo invisível, isto é, o ternário do Verbo, origem do dogma da Trindade para os magistas e cabalistas judaicos, o que justifica maçonicamente a explicação dada por Tiradentes.*²⁶⁷

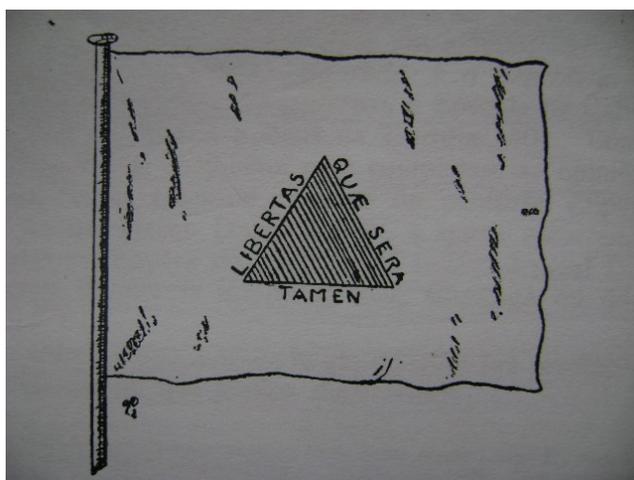


Ilustração 11: Bandeira da Inconfidência Mineira 1789.
Fonte: BARROSO, Gustavo. *História Secreta do Brasil: do descobrimento à abdicação de D. Pedro I* (op.cit) p.164

Do mesmo modo, o estandarte da “Revolução dos alfaiates” em 1798, guardava os objetivos “socialistas” daquele motim subversivo. A estrela central de ponta para baixo, segundo Barroso, representava a figura de Lúcifer, a imagem caricatural de Baphomet.²⁶⁸

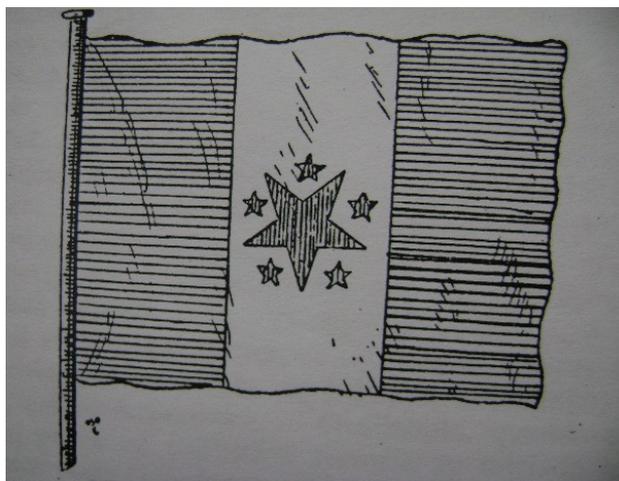


Ilustração 12: Bandeira da “Revolução maçônica-socialista” dos Alfaiates. Fonte: BARROSO,

²⁶⁷ Idem, p. 165.

²⁶⁸ Idem, p. 186.

Gustavo. *História Secreta do Brasil: do descobrimento á abdicação de D. Pedro I* (op.cit) p.186

A título de exemplo, Barroso resgatou também a figura demoníaca de Eliphaz Levi conhecida como Baphomet, a cabra sabática portadora do mesmo pentagrama invertido na testa. A tradição popular que afirmava o culto do bode preto nas Lojas maçônicas seria, portanto, herança da adoração deste ídolo pelos maçons. A palavra cabalística Baphomet é o contrário de TEM-O-H-P-A-B e significaria: TEMPLI-OMNIUM HOMINUM PACI ABBAS, “O Pai do Templo – Paz Universal dos Homens”.²⁶⁹



Ilustração 13: Ilustração do Baphomet.
Fonte: BARROSO, Gustavo. *História Secreta do Brasil: do descobrimento á abdicação de D. Pedro I* (op.cit) p.179

Os símbolos para quem os saiba discernir ensinam mais do que muitas páginas de história, dizia Barroso, parafraseando o maçom Dario Veloso. Segundo o autor maçom, o símbolo era a afirmação discreta das “verdades profundas, maravilhosos segredos,” ensinamentos que só poderiam ser conhecidos pela “iniciação sistemática e progressiva”.²⁷⁰

²⁶⁹ Idem, p. 184.

²⁷⁰ Idem, p. 187.

Temos no decorrer desta historia secreta de interpretar constantemente muitos símbolos e alegorias do judaísmo-cabalista-maçónico. Somos por isso obrigados a documentar fartamente o assunto, afim de que não haja suspeita de que inventamos cousas do arco-da-velha. ²⁷¹

A narrativa histórica do livro começa no dia 26 de setembro de 1498, quando a frota portuguesa que partiu de Lisboa levava a bordo um “astuto e inescrupuloso judeu polaco”. Seus conhecimentos náuticos e sua experiência no comércio das “coisas das índias” seriam de grande utilidade. Foi batizado pelos portugueses e recebeu o nome de Gaspar da Gama, sendo, vulgarmente, conhecido por Gaspar das índias. Como descreveu Barroso:

Este judeu conversava muitas vezes com El Rei D. Manuel, que folgava de lhe ouvir falar sobre as coisas da Índia, e lhe fez muitas dádivas e mercês. A Vasco da Gama e outros almirantes portugueses, Gaspar das índias prestou inestimáveis serviços. Dois anos depois, vestida de luto, como era de praxe na época, quando as armadas iam em busca de terras desconhecidas, a corte manuelina assistia do eirado da torre de Belém a partida dos navios de Pedro Álvares Cabral. O judeu Gaspar embarcara na nau do capitão-mor como língua e conselheiro, hoje diríamos intérprete e técnico, em coisas e negócios das índias. ²⁷²

Logo que aportou em terras brasileiras, o “esperto judeu” percebeu as possibilidades inesgotáveis de tirar vantagem daquele achado. Para o autor, o oportunismo e a inteligência nos negócios eram características centrais do povo de Israel.

Seus olhos vivos e espertos, olhos de rato fugido dos ghettos da Polônia, viram o nosso Brasil no primeiro dia de seu amanhecer. Ao lado de Pedro Alvares Cabral, "de quem não se apartava", avistou o vulto azul do Monte Pascoal nos longes do horizonte, contemplou a terra virgem e dadivosa, a indiada nua e emplumada de cocares, assistiu a primeira missa celebrada por frei Henrique de Coimbra e ouviu a leitura da carta de Pero Vaz de Caminha. ²⁷³

Barroso retomava em suas páginas o tradicional discurso religioso anti-semita, informando seus leitores sobre a falta de lealdade e o espírito de traição do judeu.

²⁷¹ Idem, p. 187.

²⁷² Idem, p. 21.

²⁷³ Idem, p. 21.

*Por adulação e baixeza, afirmamos diante dos fatos. Batizado por Vasco da Gama, o israelita tomou, de acordo com o costume em má hora instituído por D. Manuel e que estragou, na judiaria, os grandes apelidos da nobreza lusa, o nome de família do seu padrinho; mas, quando a estrela do navegador se foi empanando ante a glória de Dom Francisco de Almeida, o poderoso Vice-Rei do Ultramar, o hebreu mesquinho abandonou o nome de Gama e adotou o de Almeida, sem mais tirt e nem guarte...*²⁷⁴

O primeiro assalto judaico ao Brasil teria ocorrido ainda no período colonial. O governo português influenciado por “conselheiros infieis”, que o faziam enxergar somente as “maravilhas das índias”, deixou nas mãos dos cristãos novos (israelitas) o comando total do lucrativo “comércio do pau de tinta”. Foi quando, segundo Barroso, Fernando de Noronha e seus sócios arrendaram o Brasil.

*O judeu Fernando de Noronha e seus sócios haviam arrendado o Brasil a D. Manuel, que continuava dentro do sortilégio, deslumbrado com as maravilhas da Ásia. Pelo contrato de arrendamento, os judeus deviam mandar todos os anos seis navios ao Brasil, para explorar ou descobrir trezentas léguas de costa para além dos pontos já conhecidos, ficando um forte no extremo em que tocassem. Esses navios poderiam levar qualquer produto para a metrópole sem pagar o menor imposto, tributo ou finta, no primeiro ano; pagando um sexto do valor, no segundo, e um quarto no terceiro. O prazo de arrendamento, como se vê, era de três anos. No dia 24 de janeiro de 1504, D. Manuel fez doação da ilha de S. João a Fernando de Noronha, a qual foi confirmada por D. João III em 3 de março de 1522.*²⁷⁵

No texto existe uma forte argumentação no sentido de demonstrar que muito antes de qualquer concessão de sesmarias, os judeus já desfrutavam de domínios e monopólios da, recém descoberta, colônia portuguesa.

Desta sorte, antes de dividindo o Brasil em capitânicas hereditárias muito antes das primeiras concessões de sesmarias, origem dos primitivos latifúndios, a coroa portuguesa alienava uma parte do Brasil, dando-a de mão beijada a um

²⁷⁴ Idem, p. 22.

²⁷⁵ Idem, p. 25.

judeu traficante do pau-de-tinta, que era a anilina daquele tempo. Terminou o prazo de arrendamento da costa brasileira em 1506. Fernando de Noronha agenciou, na corte, sua renovação ou prorrogação, obtendo-a por dez anos, em troca do pagamento anual de quatro mil ducados, o que deixa ver que os lucros auferidos no comércio da madeira de tinturaria, único no amanhecer da vida brasileira, não tinham sido de desprezar. Além da prorrogação, os judeus obtinham o monopólio do negócio, pois que o rei se obrigava a não permitir mais o "trato do pau-brasil com a Índia". Era, com efeito, do Oriente que vinha o pau-de-tinta, berzi, ou verzino, segundo Muratori e Marco Polo. O descobrimento do nosso País, em verdade, graças às informações levadas pelo astuto judeu que Vasco da Gama açoitara e conduzira à pia batismal, tivera como resultado a formação, para empregar a linguagem moderna de um TRUST DAS ANILINAS. Naturalmente, que era o monopólio do comércio da madeira tintória, desde que o sapang de Java e Ceilão fora corrido dos mercados europeus, senão isso? Tanto assim que os navios do consórcio Fernando de Noronha carregavam por ano de nossas matas litorâneas a bagatela de "vinte mil quintais da preciosa madeira" ²⁷⁶

O escritor procurou enfatizar que, no Brasil, a presença do judeu estava há muito tempo arraigada. A “judiaria” aproveitara da “boa sociedade cristã” para instalar-se no território luso-brasileiro e, em troca, “apunhalava” pelas costas os portugueses, pois os semitas só amavam a Sinagoga e o *Kahal*, afirmava Barroso.

No palco: a armada de Cabral com as velas pendentes em que o sol empurrava as cruces heráldicas; a cruz erguida na praia, diante da qual um frade diz a primeira missa; um padrão cravado no solo virgem da terra descoberta em forma de cruz, a cruz nos punhos das espadas linheiras que retiniam de encontro aos coxotes de aço fosco; a cruz nas bandeiras alçadas, os nomes de Vera Cruz e Santa Cruz impostos a toda a nova região americana: o idealismo cristão, o heroísmo cristão, o sentido cristão da vida, a propagação da Fé e a dilatação do Império que a gesta dos Lusíadas cantaria com o ritmo do rolar das ondas. Nos bastidores, manobrando os cenários e arranjando as vestiduras, o judeuzinho de Goa, o cristão-novo Fernando de Noronha, os Cristãos-novos e israelitas do seu consórcio comercial, inspirados pela sinagoga e pelo kahal, realizando o lucro à sombra do idealismo alheio; ganhando o ouro à custa do esforço e do sangue

²⁷⁶ Idem, p. 26.

*dos outros; apagando o nome da Cruz com o nome do pau-brasil, o que indignou a João de Barros; usando a epopéia da navegação e o poema do descobrimento para a fundação trivial de um monopólio de anilinas...*²⁷⁷

Uma das características marcantes da *História secreta do Brasil* é o esforço para evidenciar, perante o “tribunal da história”, que o judaísmo, inescrupulosamente, utilizava-se de todos os meios para apoderar-se da riqueza e da pecúnia no Brasil. Para Barroso, o assalto às fortunas públicas e particulares foi levado a efeito, primeiro através do monopólio do pau-brasil, logo depois, pela especulação sobre o açúcar, seguido do tráfico negreiro, da pirataria, da conquista, das companhias de comércio e navegação, do açambarcamento de gêneros, do estanco de produtos e, finalmente, da expropriação forçada das minas, do contrato dos diamantes e do contrabando.

*Possuindo os meios pecuniários, a força do ouro, o judaísmo atacará o segundo sector da força da sua luta, o Estado. Aí já se não apresentará tão a descoberto e se valerá das sociedades secretas, que organizará em compartimentos estanques e superpostos, tornando-as fontes de iniciação nas doutrinas cabalistas-talmúdicas, as quais teem o dom de transformar os cristãos em “traidores da própria pátria e da própria fé, em proveito do judeu cabalista, cuja ambição é conquistar pela astúcia e pela traição o domínio universal ”.*²⁷⁸

Barroso explicou, com uma impressionante riqueza de detalhes, o surgimento da “maldade do povo judeu”, que infiltrado no seio da Igreja Católica nascente, provocaram várias divisões heréticas, “multiplicando-as num labirinto diabólico”. Segundo ele, toda a gnose dos primeiros séculos do cristianismo tem origem na cabala judaica. Além disso, afirmou que quase todos os grandes heresiarcas foram judeus.

*As sociedades secretas gnósticas se espalharam pelo Ocidente e pelo Oriente, sobretudo as sociedades secretas maniquéas a que a bula Humanum genus de S. S. Leão XIII mui acertadamente compara a maçonaria. Catáros, patarinos, brabantinos e albigenses saem em plena idade média dessa fonte manaquéa e cobrem a França com uma rede invisível de sociedades secretas.*²⁷⁹

²⁷⁷ Idem, p. 27.

²⁷⁸ Idem, p. 151.

²⁷⁹ Idem, p. 153.

Seja por necessidade ou por natureza, na opinião de Barroso, os judeus sempre procuraram, utilizaram e amaram o mistério e, desde o tempo dos romanos, possuem um governo oculto organizado, denominado de *Kahal*. Não obstante, demonstrou haver uma íntima ligação entre a *Ordem dos Templários* e o judaísmo.

*O fim secreto dessa ordem de cavalaria, fundada na Palestina em 1118, era a reconstituição do templo de Salomão, em Jerusalém, de acordo com o modelo da profecia de Ezequiel; seu exemplo, os maçons guerreiros de Zorobabel; suas tradições, as judaicas do Talmud; sua regra, a cabala dos gnósticos; seu ideal, adquirir influencia pela riqueza, intrigar e se assenhorear do mundo. Tinha duas doutrinas: uma oculta, reservada aos mestres; outra pública, a católica-romana, enganando, dessa sorte, aos adversários que pretendia suplantar. Obedecia a esta palavra de ordem: enriquecer para comprar o mundo. Queria, assim, derrubar a autoridade do Papado e o poder da Realeza. Havia traído São Luiz nas Cruzadas e preparava vasta conspiração em toda a Europa, Filipe o Belo e Clemente V a dissolveram de surpresa. Os sectários de toda a espécie teem, desde muito tempo, acumulado mentiras sobre mentiras, tentando inocentar a Ordem do Templo, destruída pelo Papa e pelo Rei de França. Todavia, quanto mais se aprofunda a questão, mais aparece a culpabilidade dos Templários, que, em toda a cristandade, sofreram condenações infamantes, depois de longos e minuciosos processos, segundo as confissões pormenorizadas, idênticas todas elas nos países os mais diversos.*²⁸⁰

4.2 A entrada em cena da Maçonaria

A Maçonaria surge na narrativa no capítulo dez, aproximadamente metade do livro, a partir da ligação entre judeus e maçons, introduzida pelo autor por meio da obra de Dario Vellozo, *O Templo Maçônico*. Segundo Barroso, foram os ocultistas Rosa-Cruzes que inseriram a cabala judaica na poderosa corporação dos Pedreiros Livres, que durante a Idade Média gozavam do monopólio da construção de edifícios públicos e das catedrais góticas. Iniciava-se ali uma nova fase na história da Maçonaria, que deixava de ser exclusivamente “operativa” para se tornar uma associação “moderna e filosófica”.²⁸¹ Deste modo, a cabala viveu sempre no mais profundo seio dos mistérios da Maçonaria, destinada a propagação de

²⁸⁰ Idem, p. 154.

²⁸¹ Idem, p. 233.

seus ensinamentos. Barroso afirmou, parafraseando Michelet, que a doutrina maçônica nada mais era do que o judaísmo cabalista, que daí por diante espalhou-se por toda a Europa.

Na Inglaterra, destinada a ser, no século XVIII, a mãe da maçonaria, a infiltração nos pedreiros-livres ocorreu em 1703. A maçonaria surgiu em França no reinado de Luiz XV, em 1737, com grande aceitação dos fidalgos fúteis e cortesãos. Relata um cronista coévo que mantinha “inviolável segredo” quanto às suas “assembléias ocultas e perigosas para o Estado”. Vinha importada da Inglaterra e o cardeal de Fleury, primeiro ministro, mandou fecha-la manu militari. Imputavam-lhe, como se vê, o mesmo propósito dos Templários: destruir a Religião e o Trono, destruindo o Estado). Iniciava a preparação do terremoto social de 1793. Porque nenhuma revolução, confessa o maior dos técnicos revolucionários modernos, pode triunfar sem antes haver destruído os fundamentos do Estado..²⁸²

Tempos depois o marquês de Pombal inaugurou em Portugal a “era dos maçons”, que não passavam de cristãos novos. Conforme informou Barroso, as duas palavras eram sinônimos e, no campo, Pedreiro Livre significava judeu. Por seu turno, no Brasil, as lojas maçônicas remontariam ao século XVIII.

Precederam de um quarto de século a translação da corte. Umãs foram instaladas sob os auspícios do Grande Oriente português, algumas sob os do de França; outras, independentes deles. Todas do rito adonhiramita. Fundaram-se no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco. Embora não tendo à mão o documento maçônico de que extraímos estes dados, o consciencioso historiador Joaquim Felício dos Santos declara não saber, ao certo, como se introduziu a maçonaria no nosso país; mas afirma, com razão, que, no meado do século XVIII, “já funcionava na Bahia o Grande Oriente”, começando seu “trabalho lento, oculto, persistente, para a nossa independência. Essa independência dos países sul-americanos, na opinião dum dos homens que melhor estudarem a questão nas suas causas e efeitos, não era propriamente um fim para a maçonaria, porem um meio de enfraquecer Espanha e Portugal, isto é, os dois maiores inimigos do judaísmo: latinidade e catolicidade.²⁸³

²⁸² Idem, p. 155.

²⁸³ Idem, p. 156

Para o autor o verdadeiro papel da Ordem maçônica era estudar, investigar e dar curso às ordens recebidas pelo poder “Oculto de Israel”. Ao atrair adeptos e realizar a propaganda de seus ideais, a Maçonaria preparava o terreno para que os judeus pudessem agir sobre a grande massa do povo.

*Para isso, o envenenam com idéias de aparência liberal e filantrópica, verdadeiras utopias na maior parte dos casos, todas, sem exceção, destruidoras dos lineamentos da ordem social e geradoras de ódios. Com tais ideologias, o Governo Oculto de Israel pretende dominar o mundo. Os que servem à maçonaria ignoram que, atingido esse desideratum, eles, meros instrumentos e intermediários do judaísmo, desaparecerão na voragem. Assim, aconteceu na Rússia bolchevista, onde a maçonaria foi terminantemente proibida após o triunfo judaico, somente sendo permitida a abertura das lojas recentemente, em virtude da pressão de novas necessidades políticas.*²⁸⁴

A Maçonaria seria o “agente preparatório” que, passando despercebido do comum dos mortais, dava prosseguimento à dominação judaica. Através do segredo maçônico, o “Poder Oculto Internacional” provocava em todos os organismos governamentais as divisões intestinais das quais resultaria a fraqueza do Estado e, conseqüentemente, a sua destruição.

*A conspiração judaica contra o mundo inteiro é antiqüíssima e permanente. Desde o cativo de Babilônia até o nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, durante cinco centenários, os judeus viveram numa “conspiração contínua”. Contra os persas, contra os egípcios, contra os sírios, contra os romanos.*²⁸⁵

Nas palavras de Barroso se temia mais os inimigos internos do que os externos, a começar pelos jovens brasileiros que iam estudar na Europa, sobretudo nas universidades de Montpellier e Paris, e ao regressarem vinham cheios de entusiasmo pela grandeza da terra brasileira comparada com a exigüidade européia e cheios de maior entusiasmo ainda pelo exemplo norte-americano e pela figura do maçom Benjamim Franklin.

Em França, começava a lavrar pelas forças ocultas, prenunciadora da Grande Revolução, a qual ia incendiando os nossos patrícios em contato com a juventude revolta das escolas francesas. Levados por essas idéias e entusiasmos, houve

²⁸⁴ Idem, p. 152

²⁸⁵ Idem, p. 153.

*estudantes brasileiros em França que procuravam entabolar negociações para a nossa independência com potências estrangeiras, como José Joaquim da Maia, Domingos Vidal Barbosa, José Mariano Leal e José Pereira Ribeiro. Maia, de nome certamente herdado dos forasteiros de 1709, escreveu, em 1786, a respeito de seus propósitos libertadores, a Thomas Jefferson, embaixador dos Estados Unidos, o qual lhe concedeu uma entrevista romântica nas arenas de Arles.*²⁸⁶

Outro aspecto importante a ser ressaltado é a “gravidade” que as “conspirações maçônicas” ganharam na explicação da história do Brasil. Para isso Barroso vira de ponta cabeça os mitos maçônicos e os re-significa. Como já vimos, um exemplo foi a Inconfidência de Minas, de 1789, que na lógica da *História secreta do Brasil*, foi dirigida pela Maçonaria.

*Com o fim visível e retumbante da libertação dos brasileiros das garras da metrópole, mas com o fim mudo e latente do esfacelamento do império colonial português, o mesmo fim da conquista flamenga, e do esfacelamento do novo império que, decerto, com o tempo, se constituiria na América latina.*²⁸⁷

Segundo Barroso, avolumavam-se os boatos do levante por ocasião da derrama. Foi quando entrou na história, o coronel Joaquim Silvério dos Reis, um dos delatores da Conjuração. “O cognome dos Reis era comum entre os marranos portugueses”. Além disso, o autor acrescentou que todo o seu “procedimento foi judaico” em contraposição com o do “infeliz Tiradentes, que morreu cristãmente no cadafalso, levando a sua humilhação ao ponto de oscular o verdugo. O descendente de Judas recebeu os trinta dinheiros de traição”.²⁸⁸

Na noite de 17 para 18 de maio, um vulto misterioso, teria percorrido as ruas escuras de Vila Rica, e “batendo á porta dos conjurados, os preveniu que tudo estava descoberto, decerto para que pusessem a bom recato e queimassem documentos comprometedores”. Na opinião de Barroso era o “poder oculto” que procurava salvar o segredo do movimento, “nunca se conseguiu saber que vulto foi esse, quem o mandou e de onde veio”. No dia 22, os conspiradores foram presos em Minas e só voltariam à cena no século XIX.²⁸⁹

Os argumentos de Barroso apoiavam-se, sobretudo, numa literatura estrangeira que incitava as ditas “teorias conspirativas”. Os autores Léon de Poncins e Emmanuel Malynski a todo o momento são referenciados no livro. Mas foi talvez a proximidade que Barroso

²⁸⁶ Idem, p. 158.

²⁸⁷ Idem, p. 157.

²⁸⁸ Idem, p. 169.

²⁸⁹ Idem, p. 170.

mantivera até 1938 com clássicos anti-semitas sua maior fonte de inspiração. O autor acreditava que por traz da história contada publicamente existia uma muito mais importante e, por isso mesmo, escondida do resto da sociedade.

Na perspectiva de Maria Luiza Tucci Carneiro, os conceitos e valores anti-semitas sustentados por Barroso foram alimentados através de seus freqüentes contatos com a Alemanha, o que lhe rendeu um conhecimento aprofundado da literatura nazi-fascista. Além disso, a autora salienta que, apesar da temática polêmica, suas obras foram reeditadas sucessivamente, o que nos permite afirmar que existia um público no Brasil e no exterior, consumidor e apreciador das suas idéias. Alguns de seus trabalhos foram publicados em outros países, como, *Roosevelt é Judeu* traduzido para o castelhano por Mario Buzatto na Argentina, em 1938, nos *Cuadernos Antijudios*. Para Carneiro, Barroso não estava completamente isolado em sua postura, pois intelectuais do Sigma, em vários momentos, pronunciaram conferências sobre o racismo alemão, não escondendo sua admiração pelo Reich e pelo Führer, pela nova Itália e por Mussolini.²⁹⁰

A principal fonte de inspiração de Barroso foi o livro anti-semita intitulado *Os Protocolos dos Sábios de Sião*. Em sintonia com a análise de Tucci Carneiro, a historiadora Maria das Graças Ataíde de Almeida defende a necessidade da análise dos *Protocolos* para a compreensão do discurso fundador do anti-semitismo no Brasil. A autora chama a atenção para a instrumentalidade e adaptação do uso do mito dos *Protocolos*. Se para os historiadores a obra é fonte testemunhal do discurso anti-semita, para a comunidade judaica é um elemento de tensão. Segundo a autora, é aqui que está o perigo do mito, exatamente por conta de sua imortalidade, atualidade e capacidade de multiplicação adaptando-se às novas tecnologias.²⁹¹

Como sabemos, os *Protocolos* são reconhecidamente um dos maiores *best-sellers* do mundo. Vários pesquisadores já despenderam enormes esforços, a fim de esmiuçar o conteúdo deste polêmico clássico. Alguns estudiosos acreditam que na classificação mundial dos *best-sellers*, a obra apareça em segundo lugar, logo depois da Bíblia. Trata-se provavelmente de um exagero, mas o que é certo, é que novas edições dos *Protocolos* apareceram nos quatro cantos do mundo.²⁹² Conforme sugeriu o historiador italiano Carlo

²⁹⁰ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Sob a máscara do nacionalismo. Autoritarismo e anti-semitismo na Era Vargas. (1930-1945)*. On-line. Disponível em: http://www.tau.ac.il/eial/I_1/carneiro.htm. Acesso 10 de março de 2009.

²⁹¹ ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de. *Leituras Anti-semitas: Periodismo disfarçado de Catequese 1924 – 1940*. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. (org). *O anti-semitismo nas Américas: Memória e História*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo-Fapesp, 2007.

²⁹² GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Trad. de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 201.

Ginzburg, o clássico foi inspirado num texto de 1864, intitulado *Dialogue aux Enfers entre Maquiavel e Montesquieu*, de autoria do jornalista francês Maurice Joly. Deste modo, os *Protocolos* seriam a fortuna póstuma do referido texto. A obra, publicada pela primeira vez na Rússia em 1903, teria como autor um membro da polícia secreta do Czar Nicolau II. O texto, apresentado em forma de ata, foi supostamente redigido num Congresso realizado em Basiléia no ano de 1807, onde sábios maçons, judeus, bolcheviques, rosacruz, enfim, todas as elites das sociedades secretas, estavam reunidas em torno de um único ideal, a destruição do cristianismo. Com a Revolução Bolchevique de 1917, ocorreu definitivamente a materialização deste mal. Para as forças reacionárias, esse episódio fora revelado pelos *Protocolos*, alguns anos antes.²⁹³

Por volta de 1919, apareceu na Alemanha a primeira tradução do livro, vários comentários e notas foram anexados ao documento, dando ênfase especial à “Conspiração Sionista” que ameaçava as monarquias e as igrejas cristãs. Foi a partir desta versão, nitidamente direcionada, que os *Protocolos* chegaram à Inglaterra, Espanha, França, Portugal... espalhando-se incrivelmente pelo globo. Na análise de Ginzburg, esta foi a obra que melhor ilustrou a versão moderna do anti-semitismo, pois todas as indicações de cunho religioso e econômico, características da cultura judaica, são organizadas no texto, como mecanismos de atuação política.²⁹⁴

Em 1936, o livro foi traduzido e comentado por Barroso. A obra lhe foi apresentada logo que ingressou na AIB em 1933. Até então o autor dizia-se um leigo no assunto e não tinha escrito nada com relação ao anti-semitismo.

Quando entrei para o Integralismo, era já um escritor mais ou menos conhecido, com algumas dezenas de obras publicadas. O meu publico poderia estar que eu nunca escrevera uma palavra contra os judeus. Sabia alguma coisa a respeito da questão, mas não o bastante para me imprimir uma atitude espiritual. Foi o Integralismo que me tornou anti-judaico. A primeira pessoa que comigo conversou profundamente sob o judaísmo foi o chefe nacional Plínio Salgado. A segunda, o companheiro Madeira de Freitas, que me emprestou para ler a edição francesa dos Protocolos dos Sábios de Siao, obra que eu não conhecia. Os estudos para a feitura do livro Brasil: Colônia de banqueiros desvendaram-se os

²⁹³ Idem, p. 201.

²⁹⁴ Idem, p. 202.

últimos mistérios da organização secreta do judaísmo. Passei então, a dar-lhe combate, baseado na doutrina e palavra de Plínio. ²⁹⁵

Os comentários acrescentados por Barroso ao longo dos 24 capítulos em que se constituem o livro, na perspectiva de Jefferson William Gohl, atribuem uma importância maior a Maçonaria na ordem do complô. Ou seja, a apropriação dos originais dos *Protocolos* por Barroso e suas notas explicativas emprestou um segundo plano de leitura que conferiu à Maçonaria um poder até mais significativo que teria nos originais. ²⁹⁶ O livro obteve uma boa receptividade, prova disso é que ainda em 1936, mais uma edição foi lançada, e em 1937 a obra já estava em sua terceira edição. Igualmente ao que ocorreu na Rússia, quando o livro só ficou famoso após a Revolução de 1917, no Brasil os *Protocolos* também só atingiram respaldo depois da chamada “Intentona Comunista” de 1935.

O ideólogo integralista sabia perfeitamente como explorar esse mecanismo de efeito moral. Com argumentos retirados dos *Protocolos* incitava a juventude militante integralista.

Vede esses animais embriagados com aguardente, imbecilizados pelo álcool, a quem o direito de beber sem limites foi dado ao mesmo tempo que a liberdade. Não podemos permitir que os nossos se degradem a esse ponto... Os povos cristãos estão sendo embrutecidos pelas bebidas alcoólicas ; sua juventude está embrutecida pelos estudos clássicos e pela devassidão precoce a que a impelem nossos agentes, professores, criados, governantes de casas ricas, caixeiros, mulheres públicas nos lugares onde os cristãos se divertem (...) A violência deve ser um princípio ; a astúcia e a hipocrisia, uma regra para os governos que não queiram entregar sua coroa aos agentes de uma nova força. Esse mal é o único meio de chegar ao fim, o bem. Por isso não nos devemos deter diante da corrupção, da velhacada e da traição, todas as vezes que possam servir as nossas finalidades. Em política, é preciso saber tomar a propriedade de outrem sem hesitar, se por esse meio temos de alcançar o poder. ²⁹⁷

²⁹⁵ BARROSO, Gustavo. *Reflexões de um Bode*. Rio de Janeiro: Gráfica Educadora, 1937. p. 161- 162.

²⁹⁶ GOHL, Jefferson William. *O real e o Imaginário: A Experiência da Maçonaria na Loja União III em Porto União da Vitória -1936 a 1950*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2003. p. 60.

²⁹⁷ BARROSO, Gustavo. *Os Protocolos dos Sábios de Sião*. São Paulo: Editora Minerva. 1936.

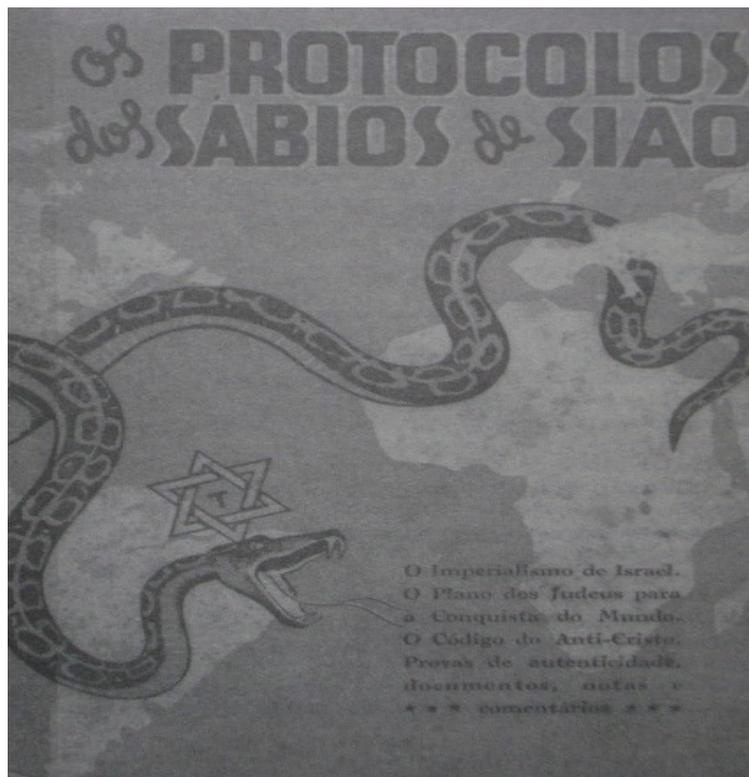


Ilustração 14: Capa do livro *Os Protocolos dos Sábios de Sião*.
 Fonte: BARROSO, Gustavo. *Os Protocolos dos Sábios de Sião*. São Paulo: Editora Minerva, 1936

Nos comentários acrescidos por Barroso, a Maçonaria além de controlar as agências de informações internacionais, manipulando e disseminando as notícias de acordo com as “necessidades do judaísmo”, estaria comandando também os vários levantes extremistas. As acusações eram no sentido de demonstrar que atualmente o *Kahal*, ou poder secreto judeu, trabalhava na articulação da Revolução comunista que se queria impor ao Brasil. Esta “ameaça” crescia à medida que se aproximavam as eleições de 1938, por isso desqualificar os oponentes rotulando-os como maçons e/ou comunistas foi uma tática muito bem empregada pelo Chefe das Milícias integralistas.

O líder comunista João Mangabeira tem toda a razão quando afirma no seu Manifesto que o Sr. Jose Américo de Almeida é espiritualmente da esquerda. O antigo ministro da Viação nega ser maçom e diz-se católico: mas quem conhece a sua obra de escritor realista e freudiano não pode acreditar nessa afirmação dos dentes para fora. O que ele mostra ser no que escreve é um espírito anti-religioso, anti-clerical, maçônico e imoralista, virtualmente demolidor, que nada respeita e que tem o prazer masochista das causas imorais... Vamos documentar

o que estamos dizendo, serenamente, com os próprios escritos do candidato à presidência da República. ²⁹⁸

Ainda era muito recente na memória de Barroso a influência da Maçonaria na política brasileira. Afinal, o intelectual sabia que o movimento de proclamação da República, em 1889, apesar de não contar com a completa adesão do GOB, teve a participação de vários maçons, sejam eles civis ou militares. Ilustrativo dessa forte presença da Maçonaria, no cenário político, foi o fato de que assim que o Governo Provisório assumiu o poder, o então presidente o marechal Deodoro da Fonseca organizou um ministério composto somente por maçons, foram eles: Quintino Bocaiúva (ministro dos Transportes), Aristides Lobo (ministro do Interior), Benjamin Constant (ministro da Guerra), Rui Barbosa (ministro da Fazenda), Campos Sales (ministro da Justiça), Eduardo Wandenkolk (ministro da Marinha) e Demétrio Ribeiro (ministro da Agricultura). Na opinião de Morel, é importante perceber que os membros desse primeiro ministério não foram escolhidos por pertencerem à Maçonaria, mas por serem eles, com exceção de Rui Barbosa, republicanos históricos, que compartilhavam da sociabilidade maçônica. ²⁹⁹

De modo que, segundo Morel, passado o 15 de novembro, a Maçonaria brasileira, até então dividida quanto à forma de governo a ser adotada, parecia não ter mais pudor em si auto proclamar como o “baluarte do republicanismo”. Tornou-se comum dentro das Lojas maçônicas vangloriar os feitos dos irmãos maçons, no sentido de instaurar o novo regime, entendida como uma “grande evolução social” que colocaria definitivamente o Brasil no rumo do progresso. Esse otimismo explica-se, em grande parte, pelo fato de que o modelo republicano concretizou um dos mais importantes projetos defendidos pela Maçonaria, ao longo do século XIX, qual seja a implantação do Estado laico e secular. ³⁰⁰

Barroso vivenciou esta “incomoda” presença de maçons nos quadros do governo brasileiro, que ao longo da Primeira República elegeu 8 dos 12 presidentes, sendo eles, Deodoro da Fonseca, Prudente de Moraes, Campos Salles, Rodrigo Alves, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca, Wenceslau Brás e Washington Luiz. Desses presidentes maçons, Deodoro da Fonseca e Nilo Peçanha chegaram ao cargo de Grão-mestre geral da Maçonaria. Além disso, o autor sabia que muitos maçons aproveitaram do prestígio políticos de seus

²⁹⁸ BARROSO, Gustavo. *Reflexões de um Bode*. Rio de Janeiro: Gráfica Educadora, 1937. p. 2.

²⁹⁹ MOREL, Marco & SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da Maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 180

³⁰⁰ Idem, p. 179

irmãos na busca de favores especiais. A ajuda mútua entre os maçons foi um dos principais motivos que levou Barroso a condenar a Maçonaria.

Conforme demonstrou Colussi, no período republicano, quando da separação definitiva Estado/Igreja, a Maçonaria manteve o mesmo discurso anticlerical, desenvolvendo campanhas e iniciativas que concorriam com as promovidas pelos seus principais inimigos, especialmente os jesuítas. A filantropia e a educação se acentuaram como práticas prioritárias da Maçonaria no embate contra o fortalecimento eminente do catolicismo. Deste modo, as ações filantrópicas sistemáticas, a construção de casas de saúde e de asilos e orfanatos, as campanhas de caridade em períodos de epidemias e de secas ou enchentes, bem como alguma inserção no campo do ensino popular foram as estratégias mais importantes. Como seus porta-vozes eram, em sua maioria, ateus ou agnósticos, o que poderia chocar diversos grupos, a instituição valia-se da caridade como mediadora de sua ação; também não dirigia seus ataques à religião, nem mesmo à católica, mas à Igreja institucionalizada e hierarquizada, especificamente ao papado.³⁰¹

Não obstante, a primeira Constituição republicana, em 24 de janeiro de 1891, não foi declarada em nome de Deus, pois pela carta constitucional a liberdade de culto tornara-se uma realidade e a fé, questão de foro privado. Deste modo, somente os casamentos civis ficaram oficialmente reconhecidos, os cemitérios foram secularizados, assim como os registros de nascimento, casamento e óbito. A educação pública também foi laicizada e a religião eliminada do currículo escolar.³⁰² Depois de quatrocentos anos, a Igreja Católica viu sua influência diminuir consideravelmente, esta situação foi muito bem explorada por Barroso que demonstrava através de seus textos que aquela situação foi cuidadosamente elaborada pela Maçonaria desde o final do século XVIII. Barroso se valia, basicamente das acusações inauguradas pelos *Protocolos*, para decifrar os segredos escondidos nos bastidores da história brasileira, deste modo, instigava seus leitores a “conhecer melhor os judeus”, aquela “raça maldita”, que segundo a Bíblia, teria condenado Jesus Cristo a morte.

Na perspectiva de Barroso o nexo de união entre judeus e maçons, naquilo que ele chamou de complô “judaico-cabalista-maçônico”, era o ódio comum pela religião católica. Na argumentação do teórico integralista, o plano judaico de dominação do mundo, só não tinha sido ainda estabelecido devido a “vigilância e energia” dos governos cristãos, que impediam

³⁰¹ Segundo Colussi, a filantropia maçônica possuía dois vetores: um, estava voltado para o mundo profano e outro, para os filiados da instituição. No primeiro caso, a filantropia externa servia de ligação entre os maçons e a sociedade, especialmente os menos favorecidos. Ver: COLUSSI, Eliane Lúcia. *A Maçonaria Gaúcha no Século XIX*. 2.ed. Passo Fundo: Editora UPF. 2000. p. 429

³⁰² MOREL, Marco & SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. (op. cit), p. 192

que se realizasse este programa. Com estas revelações, Barroso acreditava ter encontrado o fio da meada podendo desvendar um dos primeiros grandes segredos da história, o fato de que no passado os judeus agiram escondidos nas antigas corporações dos Pedreiros Livres, mas, que atualmente, eles se concentravam, sobretudo nas agremiações judaicas-comunistas, criadas no Brasil desde a década de 1920. Para o autor, era “farinha do mesmo saco judaísmo e comunismo” que juntos lutavam contra a civilização cristã e a atual ordem social.

*Depois de abandonarem os Inconfidentes á forca e ao degredo, prosseguiram infatigáveis no desenvolvimento de seus planos, mascarando-se com rótulos literários, como os comunistas e maçons de hoje ainda se escondem em bibliotecas populares, sociedades de cultura e centros estudantis ou comitês anti-guerreiros e anti-fascistas... Essa gente, se tivesse um pouco mais de imaginação, mudaria de tática...*³⁰³

4.3 Ecos do anti-semitismo e o discurso integralista de Barroso

*É justamente o que explica o antagonismo entre o povo judeu e a civilização nascida do cristianismo. No meio dum mundo transformado e adoçado, continua o homem de há três mil anos, ávido e hosil, encerrado na sua religião nacional, eternamente preocupado em escravizar todas as nações a Israel, como lhe foi anunciado de século em século pela sinagoga... Não se trata de odiar os judeus e ainda menos de desprezá-los. Não se despreza um povo que arrastou os séculos, a dispersão, a decadência moral e material, conseguindo manter-se intacto. Mas é natural que seja temido e que se pense em proteger contra suas agressões ao património moral e material das nações cristãs.*³⁰⁴

Contemporaneamente, a primeira onda de violência contra os judeus ocorreu em 1933 com a ascensão de Hitler ao poder. A agressão organizada contra os judeus alemães, a legislação anti-semita e a discriminação social que passou a fazer parte da vida cotidiana induziram milhares de famílias judias a abandonar definitivamente a Alemanha. Neste mesmo ano, o cônsul brasileiro em Colônia, Ildefonso Falcão relatou a seu chanceler sobre o grande interesse dos inúmeros judeus pelo consulado brasileiro. Segundo Milgram, Ildefonso Falcão demonstrava certa simpatia pelos comerciantes judeus que trariam consigo fortuna ao país acolhedor. Porém, na visão do ministro de Trabalho, Indústria e Comércio, Joaquim Pedro Salgado Filho, responsável pela imigração, o Brasil deveria privilegiar os imigrantes trabalhadores agrícolas, únicos capazes de se radicarem ao solo. Na perspectiva de Milgram a

³⁰³ BARROSO, Gustavo. *História secreta do Brasil: do descobrimento á abdicação de D. Pedro I.* (op. cit), p. 175

³⁰⁴ BARROSO, Gustavo. *História secreta do Brasil: da abdicação de D. Pedro I á maioria de D. Pedro II.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

realidade se processava por vertentes assimétricas. O Brasil que se recuperava da crise e se inclinava pela via do desenvolvimento industrial tinha dificuldades para modificar sua auto-imagem de país agrário. E os judeus europeus, que poderiam contribuir com a expansão econômica brasileira eram vistos como “elementos indesejáveis”, uma vez que poderiam inchar os centros urbanos.³⁰⁵

Conforme ressaltou Maria Luiza Tucci Carneiro, apenas os técnicos e agricultores católicos tinham condições de contribuir para o projeto de modernidade idealizado pelo governo Vargas. Algumas exceções se faziam aos judeus capitalistas e, assim mesmo, mediante criteriosa seleção. No entanto, a possibilidade de termos entre nos judeus capitalistas também incomodava, visto ser corrente nos anos de 1930 a idéia de que estes representavam um “perigo internacional”. Aliás, este era um slogan reverenciado pelo clássico livro anti-semita de Henry Ford, *O Judeu Internacional* traduzido no Brasil em 1933. Nesta linha de raciocínio estavam os diplomatas brasileiros sediados no exterior, principalmente aqueles que se encontravam radicados na Alemanha, Áustria, Polônia, Hungria e Romênia.³⁰⁶

Deste modo, vários ensaios sobre as causas da proliferação do anti-semitismo na Europa foram desenvolvidos por emissários brasileiros que tentavam, através de seus relatos, alertarem o governo para uma futura onda de refugiados judeus. Por exemplo, em 2 de julho de 1931, Luiz de Lima e Silva, da Embaixada do Brasil em Viena, chamava a atenção de Afrânio de Mello Franco, ministro de Estado das Relações Exteriores, para os movimentos anti-semitas que se faziam “moeda corrente” nos países da Europa Central. Segundo Carneiro, Luiz de Lima e Silva, relatou ao ministro uma série de boatos e escândalos envolvendo estabelecimentos bancários e personalidades judaicas na Áustria. Para o embaixador os escândalos envolvendo o *Banco Auspitz* e o *Credit-Anstalt*, ambos amparados por abastadas famílias judias, foram apontados como um dos pivôs dos protestos anti-semitas em Viena.³⁰⁷

A família judaica Rothschild, acionista majoritária do *Credit-Anstalt*, havia se transformado no principal alvo das contestações e Gustavo Barroso não deixaria de explorar de maneira oportuna esses acontecimentos.

³⁰⁵ MILGRAM, Avraham. O Itamaraty e os Judeus. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *O anti-semitismo nas Américas: Memória e História*. São Paulo: EDUSP-Fapesp, 2007. p. 383

³⁰⁶ CARNEIRO. Maria Luiza Tucci. Metáforas de uma Civilização. In: --- (org). *O anti-semitismo nas Américas: Memória e História*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo- Fapesp, 2007. p. 293

³⁰⁷ Idem, p. 301

*Essa exploração entregue aos Rothschild perdura até hoje. Em 1933, depondo perante a comissão de inquérito do Senado norte-americano, o sr. Hayward, representante dos banqueiros judeus Dillon, Read & Cia., declarava que os empréstimos feitos pela sua casa para o Brasil se realizavam em colaboração conjunta com Rothschild, porque o governo do Brasil não poderia pensar em fazer um empréstimo sem primeiro discuti-lo com Rothschild !*³⁰⁸

As principais matérias publicadas na imprensa sobre a questão judaica nos territórios do Reich eram cuidadosamente recortadas e enviadas ao ministro das Relações Exteriores com o propósito de mantê-lo atualizado sobre a recrudescência do anti-semitismo e, assim orientá-lo no procedimento a ser tomado diante daquela massa de refugiados judeus que começavam a buscar refúgio em terras brasileiras.³⁰⁹

É importante que se diga que a questão judaica no Brasil não era similar àquela da Argentina ou da Europa, onde corria sem restrições o anti-semitismo popular e oficial. Nestes casos, o anti-semitismo era baseado em imagens distorcidas de judeus reais com os quais a população não-judia tinha contato regular. Na perspectiva de Jeffrey Lesser, o anti-semitismo no Brasil manifestou-se da seguinte forma: indivíduos influentes atacavam imagens de judeus imaginários que presumidamente eram ao mesmo tempo comunistas e capitalistas, e cujos estilos de vida degenerados se formaram em pútridos e miseráveis enclaves étnicos europeus. Os severos e irrealistas julgamentos eram modelados de acordo com uma leitura ingênua do anti-semitismo e o ódio aos judeus europeus, aplicado a uma imprecisa imagem da vida judaica fora do Brasil. O que é mais surpreendente em tudo isso é que os judeus reais que viviam no Brasil, fossem eles cidadãos ou refugiados, enfrentavam poucos empecilhos cotidianos ou estruturais para a conquista de objetivos econômicos ou sociais.³¹⁰

Assim, para Lesser a questão judaica brasileira era na verdade um esforço dos líderes do Brasil em encaixar imagens intolerantes dos judeus, filtradas da Europa, com a realidade de que a esmagadora maioria dos imigrantes judeus não era nem muito rica nem muito pobre, era raramente ativa politicamente, e rapidamente aculturou-se à sociedade brasileira.³¹¹ Mesmo relativizando o anti-semitismo brasileiro como fez Lesser, não podemos deixar de observar a admiração, mal disfarçada, de alguns diplomatas com as iniciativas anti-semitas

³⁰⁸ BARROSO, Gustavo. *História secreta do Brasil: do descobrimento à abdicação de D. Pedro I.* (op. cit), p. 282

³⁰⁹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Metáforas de uma Civilização.* (op. cit), p. 301

³¹⁰ LESSER, Jeffrey. *Semitismo em Negociação: O Brasil e a Questão Judaica (1930 – 1945).* In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *O anti-semitismo nas Américas: Memória e História.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo-Fapesp, 2007.

³¹¹ Idem, p. 275

empreendidas por Adolf Hitler. Conforme demonstrou Carneiro, Araújo Jorge, da Legação do Brasil em Berlim, é um exemplo deste comportamento, pois muitos de seus relatórios traziam elogios às medidas legais tomadas pelo governo nacional-socialista para eliminar a influência judaica no país.³¹²

De maneira parecida as elites católicas correspondiam ao sentimento expresso pelos diplomatas. Na análise de Graciela Ben-Dror existia no Brasil dos anos 1920 e 1930 um racismo camuflado, apoiado em uma retórica legitimadora dos atos de exclusão e de violência. Do mesmo modo, a identificação entre os termos “católico” e “brasileiro” como sinônimos da identidade nacional era corrente no clero desde os anos 1920 o que contribuiu para rotular o judeu como inimigo do cristianismo. Para a autora parte da elite católica que ocupava os quadros da Ação Integralista Brasileira, não divulgavam o racismo por razões da doutrina cristã, mas mesmo assim, afirmavam que existia uma íntima ligação entre judaísmo e comunismo, e por isso estavam a favor da aplicação de uma política de discriminação para os judeus no Brasil. Daí que o anti-racismo no Brasil caminhasse ao lado do anti-semitismo, sem que uma atitude fosse excludente da outra.³¹³

A Ordem dos franciscanos no Brasil, por exemplo, também seguiu por esta linha, afirmando existir um nexos entre judeus e comunistas, pois segundo alguns intelectuais católicos, os dirigentes comunistas Marx e Trotski eram judeus, e o era também todo o estado-maior soviético. A posição dos franciscanos era que não há que desprezar o povo judeu enquanto raça posto que no final dos tempos se converteriam ao cristianismo, mas em contrapartida os católicos deveriam estar sempre em alerta, pois esse povo possuía uma “obsessão destrutiva”, que projetava-se sobre o mundo cristão. Por este raciocínio, defendido pelos franciscanos, não foi sem motivos que na Idade Média, por exemplo, a Igreja isolou os judeus em lugar determinado, o gueto, e com isso evitou a difusão de seu espírito negativo. Não obstante, o anti-sionismo transformou-se em um dos componentes do anti-semitismo da época, várias críticas surgiram à idéia de “Terra de Israel”. Para os franciscanos o movimento “Sionista” converteu-se em sinônimo de “desejo de impor-se no mundo”. Tratava-se do desenvolvimento de um “messianismo imperialista”, extremamente perigoso, ao defender a constituição de um “império invisível dos judeus sobre toda a terra”.³¹⁴

³¹² CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Metáforas de uma Civilização*. (op. cit), p. 305

³¹³ BEN-DROR, Graciela. *As Elites Católicas do Brasil e sua Atitude em Relação aos Judeus (1933-1939)*. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *O anti-semitismo nas Américas: Memória e História*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo-Fapesp, 2007. p. 224

³¹⁴ Idem, p. 230-231

A revista *A Ordem*, que havia sido fundada em 1921 pelo intelectual católico conservador, Jackson de Figueiredo, que, um ano depois, criou o Centro Dom Vital, também se transformou num dos veículos de propaganda do anti-semitismo. Jackson Figueiredo combatia, através da revista, o protestantismo, a Maçonaria e os judeus. Todos vistos como inimigos ao cristianismo. O Centro Dom Vital conseguiu reunir um grupo de intelectuais católicos antiliberais e conservadores, no qual se destacava o padre Leonel França, cujos livros, publicados nesses anos, tornaram-se textos centrais para a geração católica do pós-guerra. Em 1937, eram vinte centros deste tipo que havia se convertido na expressão intelectual mais importante do catolicismo brasileiro. Suas explicações espirituais e morais das mudanças ocorridas no país se impuseram a outras interpretações de tipo materialista e configuraram a linha central do pensamento católico do país.³¹⁵

Com uma visão de mundo totalizadora, a intelectualidade católica acreditava que era possível conduzir o Brasil pelo rumo correto da Doutrina Social da Igreja. Amoroso e Lima, por exemplo, defendia a introdução da educação religiosa nas escolas públicas, de acordo com a Constituição de 1934. Advertia contra as ameaças do judaísmo, dos maçons, do espiritualismo, do comunismo e do protestantismo naquele campo. Como bem salientou Gracieli, a crítica aos judeus combinava argumentos tradicionais com outros tomados do anti-semitismo moderno. Por exemplo, nos argumentos de Plínio Correa de Oliveira, o “problema judaico” provinha de haver sido o povo judeu “o povo deicida, que há dois mil anos está espalhando pelo mundo como castigo divino”. “Por razão, são nômades e não se misturam com raça alguma”. Suas capacidades intelectuais são notáveis, e “possuem especial talento comercial, graças ao qual acumularam um enorme capital, por meio do qual influenciam em todos os processos relacionados com os negócios”.³¹⁶

O argumento de Correa Oliveira era de que os comunistas foram reprimidos após a rebelião de 1935 e se encontravam continuamente vigiados pela forças de segurança. Daí que desde então a atenção dos católicos devia dirigir-se aos judeus, que não estavam sob violência alguma e eram “inimigos da ordem social e muito mais perigosos”. Suas conclusões são que por trás do comunismo se encontram os maçons franceses, cujos representantes ocupavam todos os cargos importantes do país. Por outro lado, destacava a influência dos judeus, que respaldavam o comunismo em todo o mundo. Em sua opinião, com base no que tinha sido escrito por Coty, o que ocorrera na França deveria constituir uma advertência para o Brasil, a fim de que a luta contra esses inimigos culminasse em vitória.³¹⁷

³¹⁵ Idem, p. 231

³¹⁶ Idem, p. 234

³¹⁷ Idem, p. 234

Na opinião de Marco Chor Maio, o anti-semitismo pode ser dividido em dois modelos de interpretação. O primeiro modelo remete-nos a “idéia de continuidade”. Segundo os autores que defendem este posicionamento, a relação entre judeus e não-judeus ao longo da história do mundo ocidental seria marcada por uma coleção invariável de tensões, conflitos, perseguições e massacres, que resultaria num elevado custo para a sobrevivência do povo judeu. Segundo Maio, um bom exemplo desse “modelo de continuidade” é o livro *A Conspiração Mundial dos judeus: Mito ou Realidade*, do historiador Norman Cohn. Para Maio, neste viés interpretativo, o anti-semitismo moderno é apresentado como mera atualização do passado. Esta vertente historiográfica elegeu o anti-semitismo como fonte explicativa da trajetória do povo judeu, o anti-semitismo é entendido, na sua essência, como invariante e atemporal.³¹⁸

O segundo modelo refere-se a “idéia de ruptura” muito bem representado pelos estudos de Hannah Arendt. Na análise da filósofa, o genocídio nazista foi um crime sem precedentes na história da humanidade e, justamente, por isso deve-se a singularidade do anti-semitismo moderno. Diante dos limites do “modelo da continuidade”, resumidamente entendido pela indiferença entre o moderno anti-semitismo e o antigo ódio religioso judaico, a autora propõe uma análise dialética, centrada no processo de interação entre judeus e não-judeus, ou seja, na longa e tortuosa história destas relações que prevaleceram desde a primeira diáspora judaica.³¹⁹

Segundo Maio, o modelo da “ruptura”, defendido por Arendt, contemplou ao mesmo tempo os dois padrões de anti-semitismo qualitativamente diferentes: o tradicional e o moderno. O padrão tradicional caracteriza-se pela existência de conteúdos religiosos e econômicos, indicando as formas de inserção dos judeus na sociedade. Primeiro, esta inserção se daria em terreno religioso, os judeus são vistos pelos católicos como a verdade viva do cristianismo. Segundo, na economia, como embrião monetário de uma economia pré-capitalista. Para Maio, o povo de Israel marginalizado, mantinha-se num equilíbrio precário com certa autonomia, dentro de uma sociedade não-judaica, oscilava entre a exclusão e a tolerância. Desta maneira, o anti-semitismo tradicional exercia três formas de poder: converter (batismo), isolar (Guetos) e expulsar (última decisão).³²⁰

³¹⁸ MAIO, Marco Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky. O pensamento Anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1992.. p. 230.

³¹⁹ ARENDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo: Anti-semitismo, Instrumento de poder*. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1975.

³²⁰ MAIO, Marco Chor. O pensamento anti-semita moderno no Brasil: o caso Gustavo Barroso (op. cit), p. 231

De outro modo, o anti-semitismo moderno, operaria mudanças radicais, conferindo um conteúdo essencialmente político e destoando das notas religiosas e econômicas que em outrora caracterizavam o anti-semitismo tradicional. Segundo Maio, a tese de Tocqueville para explicar o ódio feroz do povo francês à nobreza após a Revolução Francesa, serviria também para explicar o anti-semitismo moderno. Este conflito teria surgido quando a perda de poder dos aristocratas não correspondeu ao declínio de suas riquezas, assim sem qualquer função pública, mas preservando sua riqueza, a nobreza tornou-se alvo do ódio popular. Algo semelhante teria acontecido com os judeus. O auge do anti-semitismo moderno corresponderia ao período em que os judeus perderam a influência e funções públicas, embora preservassem seus recursos. Os judeus adentraram o mundo moderno envoltos pelas imagens preconceituosas do passado. Ao entrar pela porta da frente da sociedade, os judeus não estavam despojados de seu passado de tensões com os cristãos, nem do perfil de comunidade à parte e intimamente ligada ao Estado através da economia.³²¹

Em outras palavras, o anti-semitismo moderno, ao evocar a responsabilidade judaica pela destruição dos valores da tradição, indicava como a única solução para este problema o trinômio, suspeita, vigilância e eliminação. Devido a impossibilidade de dissolução das características singulares e malignas deste povo, só restaria a eliminação da fonte de todos estes males.³²²

Dito isto, veremos a seguir que a singularidade do discurso integralista de Barroso na AIB deve-se exatamente à sua identificação com o anti-semitismo e com o antimaçonismo. Entretanto, conforme o levantamento de Rodrigo Oliveira, apesar de perpassar a organização, tais bandeiras nunca adquiriram a centralidade na ideologia integralista. Em sua pesquisa realizada com o jornal integralista *A Offensiva* (Rio de Janeiro), o autor destacou o reduzido número de matérias que se dedicavam à temática antimaçônica e anti-judaicas representando, respectivamente, 0,32 % e 5,76% do total. Mesmo assim, é importante salientar que Barroso só posicionou-se a favor do anti-semitismo após ingressar na AIB. Dois fatores contribuíram para delinear o seu perfil anti-semita. O primeiro, refere-se a sua condição de Chefe de Milícias, em consoante contato com as bases integralistas, onde o anti-semitismo ajudava a sedimentar as novas crenças. O segundo, refere-se à competição com Plínio Salgado pela liderança do movimento. O discurso anti-semita era utilizado como elemento aglutinador e mobilizador representando assim um instrumento de pressão dentro do movimento.³²³

³²¹ Idem, p. 233

³²² Idem, p. 235

³²³ OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *Perante o tribunal da história: o anti-semitismo da ação integralista brasileira*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2004. p. 121 On-line. Disponível em

De qualquer forma, o discurso anti-semita de Barroso fez vários adeptos não somente nos núcleos integralistas das capitais como também pelo interior dos estados. Segundo Ivair Augusto Ribeiro, ao analisar o jornal integralista *Cidade de Olympia*, publicado naquela cidade localizada no interior do estado de São Paulo, muitas das idéias de Hitler, contidas no livro *Minha Luta*, acerca dos judeus podem ser detectadas nos artigos de integralistas publicados no referido jornal. A aproximação judaica dos operários para angariar sua confiança, o suposto domínio da Maçonaria e o envolvimento dos judeus com o comunismo são alguns exemplos. O judeu era visto como quem contaminava as nações, aquele que inoculava o vírus da Maçonaria e do comunismo, com o propósito de desestabilizar os governos e completar seu plano de domínio universal. Outro imaginário, que teve sua origem na Idade Média, foi a ligação do judaísmo ao demônio, pois os judeus, também representavam o anticristo, a encarnação do mal.³²⁴

Como já foi visto, para muitos integralistas, o combate ao judaísmo se justificava como forma de preservar a civilização cristã, alvo principal da imaginada conspiração judaico-maçônica. Os camisas-verdes criaram a imagem da eterna luta do “espírito das trevas” contra o “espírito da luz”. A presença do maligno torna-se mais evidente na medida em que o judaísmo vem associado a dois outros “males” que reforçam o ódio anti-semita: a Maçonaria e o comunismo. Não é por acaso que comumente em livros e artigos anti-semitas existe um cordão umbilical unindo judaísmo, Maçonaria e comunismo, os quais formariam um arcabouço com a pretensão de dominar o mundo e eliminar a civilização cristã. A luta contra o inimigo semita reforçava as idéias nacionalistas dos anos de 1930, pois proporcionava um elemento a mais para agregar o povo em torno da defesa dos interesses da nação e, conseqüentemente, atrair adeptos às ideologias nacionalistas de direita, como o nazismo e o integralismo.³²⁵

Segundo Ribeiro, a existência de um inimigo “quase invisível”, que seria responsável pelas mazelas da economia e da sociedade brasileira, como o endividamento externo do país, foi muito bem explorado no livro *Brasil – Colônia de Banqueiros* (1934) de Barroso. A figura do inimigo estrangeiro nas manifestações nacionalistas servia para excitar a fé patriótica do povo e, ao mesmo tempo, fortalecia o movimento integralista, na medida em que este preconizava uma ideologia autóctone, voltada aos interesses nacionais e avessa à influência de doutrinas forasteiras. Desta forma, o nacionalismo de direita estabelecia os inimigos a serem

<http://www.qprocura.com.br/dp/16310/Perante-o-tribunal-da-historia:-o-anticomunismo-da-acao-integralista-brasileira.html>. Acesso em 10 de março de 2009.

³²⁴ RIBEIRO, Ivair Augusto. (op. cit), p. 353

³²⁵ Idem, p. 359

combatidos: o comunismo, o liberalismo, a maçonaria, o capitalismo e em particular o judaísmo, que estaria por trás dessas ideologias “nefastas” aos interesses da pátria.³²⁶

Nas palavras de Barroso, o Brasil após se libertar do jugo português em 1822 amarrou-se no “carro triunfante de Israel” como escravo. A dependência externa do país impunha aos brasileiros um trágico destino, ou ser servo do judaísmo capitalista dos Rothschilds ou, então, escravos submissos do judaísmo comunista de Trotski, pontos extremos da oscilação do pêndulo judaico no mundo. A cura desta mazela estaria, na opinião de Barroso, numa “Revolução Integralista”, a única com o poder de promover as mudanças de pensamento, de instituições e de rumo, repelir o liberalismo, o comunismo e o judaísmo capitalista e, assim, salvar a pátria espiritual e materialmente. O Chefe das Milícias propunha encontrar no fundo da alma nacional aquele espírito imortal dos catequizadores, dos descobridores, dos bandeirantes e dos guerreiros, para livrar a pátria do apocalipse. Deste modo, o primeiro passo era a “eliminação completa do inimigo”, somente com uma medida drástica o governo poderia livrar-se dessa doença crônica que prostravam o organismo brasileiro. Barroso buscava transmitir uma imagem fundamentalista incitando os “camisas-verdes” a lutar até a morte.³²⁷

Barroso entendia que o motor da história envolveria um conflito incessante entre duas concepções de mundo radicalmente opostas: o espiritualismo cristão e o materialismo judaico. Em seu livro o *Quarto Império*, o autor desenvolveu melhor essa tese, demonstrando que nos últimos séculos, os judeus levaram a melhor sobre os cristãos, não só impediram a realização da “utopia cristã medieval” como também abriram caminho para a criação do mundo moderno, regido pelo “Império de Capricórnio.”³²⁸

Nas afirmações de Barroso, os judeus derrotaram o “Estado Cristão Totalitário” às claras, mas desde o século XVIII agiam encobertos pela clandestinidade maçônica. Para o autor, o judaísmo teria se infiltrado, primeiramente, na *Ordem dos Templários*, transformando aquela tradicional corporação medieval na Maçonaria. Aqui justifica-se, mais uma vez, o ódio do autor pela Ordem maçônica, pois ele acreditava que a instituição trabalhava, disfarçadamente, para desestabilizar a ordem social. Além disso, assegurava com impressionante convicção que o materialismo, criação da ideologia judaica, através dos preceitos maçônicos liberais, foi o responsável por criar as condições necessárias para a exploração da classe trabalhadora levando-a ao desespero. Por conseguinte, os judeus,

³²⁶ Idem, p. 360

³²⁷ BARROSO, Gustavo. *Brasil – Colônia de Banqueiros*. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

³²⁸ BARROSO, Gustavo. *O Quarto Império*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1935.

mentores intelectuais desta guerra social, inventariam o comunismo por meio do marxismo, (Marx era judeu) com o objetivo aparente de atender aos anseios da classe trabalhadora. Nesta perspectiva, a Revolução bolchevique de 1917 é retratada como a confirmação do complô judaico-maçônico, para Barroso graças àquele evento revolucionário o judaísmo conseguiu edificar o chamado “Império de Capricórnio”.³²⁹

Em suma, Barroso propunha uma revolução interior que fundaria o “Império de Carneiro”, a síntese perfeita entre a economia, a política e a espiritualidade. Esta revolução cristã integral propunha substituir o determinismo racial pelo domínio da religião. Em outras palavras, a competição entre raças seria dissolvida na unidade espiritual. Por isso o judeu deveria ser eliminado, pois esse era um povo incapaz de renunciar a sua condição material em benefício de um projeto cristão totalitário. Ao recusarem o convite à diluição sugerida pela totalização cristã impediriam a realização da mesma, impondo assim a necessidade da dita “solução final”. Para Barroso não é por ódio, desdém ou desprezo que se deve fazer uma campanha sistemática contra a judiaria e sim por instinto de auto-conservação. Antes da completa eliminação do elemento judaico os povos não se curarão de suas enfermidades. O modelo revolucionário de Barroso baseava-se na fé e nas instituições, que são passíveis de ser alteradas. A revolução espiritual, que criaria o homem novo, também seria a base para a fundação de novas instituições.³³⁰

4. 4 “Traição e covardia”: as marcas da “Intentona Comunista de 1935”

*Nós que estamos presenciando nos dias de hoje o lento e dilatado processo dos comunistas matadores de 1935, os quais desrespeitam o tribunal em obediência às ordens de Komintern e fazem ostensivamente o gesto dos sequazes de Moscou, contando ora com o silêncio, ora com a propaganda meio disfarçada ou mesmo clara dos jornais, compreendemos perfeitamente como as coisas se deveriam ter passado naquelas priscas eras.*³³¹

O comunismo foi efetivamente um “espectro [que] ronda a sociedade capitalista”.³³² No entanto, embora a afirmação de Marx tenha sido feita em meados do século XIX, ela se aplicou perfeitamente ao século XX, quando o “fantasma” adquiriu um poder sem

³²⁹ Idem, p. 130

³³⁰ BARROSO, Gustavo. *Integralismo e Catolicismo*. Rio de Janeiro: Editora ABC Limitada, 1937.

³³¹ BARROSO, Gustavo. *História secreta do Brasil: do descobrimento à abdicação de D. Pedro I*. (op. cit), p. 120.

³³² ENGELS, Friedrich & MARX, Karl. *O Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 65.

precedentes, despertando os mais primitivos medos da sociedade, principalmente após a revolução dos bolcheviques na Rússia em 1917. O que antes era somente uma “velha profecia” e uma possibilidade teórica transformou-se em existência concreta. Deste modo, as manifestações contra o comunismo ficariam cada vez mais freqüentes.

De modo geral, poderíamos imaginar que o sentimento anticomunista nasceu espontaneamente, produto do medo e da insegurança e, aos poucos, foi consolidando-se em forma de um movimento organizado. O historiador Rodrigo Patto Sá Motta sugere tomar cuidado ao caracterizar essa “reação” ao fantasma do comunismo como uma “atitude conservadora”, de grupos dominantes em momentos em que sentem que seu poder ou sua influência estão ameaçados. Embora esse “padrão” possa ser aplicado na grande maioria das situações, ele não é uma regra.³³³

Um exemplo seria a própria Ação Integralista Brasileira, um dos principais difusores do anticomunismo, que de modo algum poderia ser entendida como um movimento conservador, haja vista, suas propostas de ruptura completa com a estrutura liberal e a criação de uma nova sociedade. Ou seja, mesmo a AIB sendo um movimento de extrema direita, sua intervenção social era muito mais radical do que conservadora, principalmente se levarmos em conta, não apenas propostas como a defesa de propriedade privada e ideais religiosos e familiares (que o caracterizariam como conservador), mas os métodos de obtenção do poder: a via revolucionária, a utilização violenta da imprensa como arma de difusão ideológica e a estrutura corporativa de estado.³³⁴

Na perspectiva de Motta, a Revolução Comunista foi capaz de despertar intensas paixões. Pois de um lado, estavam os defensores que encaravam o movimento como a “revolução libertadora e humanitária”, que abriria acesso ao progresso econômico e social. De outro, se encontravam os detratores, que viam nos ideais de Marx a desgraça total, o início da destruição da boa sociedade e a emergência do caos social. O que para algumas pessoas era a concretização de um sonho dourado, para outras, como Gustavo Barroso era um pesadelo tomando formas reais. Assim, em contrapartida à força de atração que o comunismo conquistara, consubstanciada na expansão ideológica e no crescimento dos partidos, engendrou-se também o anticomunismo. Os grupos sociais atemorizados pela “ameaça comunista” trataram de organizar-se e articular uma contra-ofensiva, visando fazer frente ao projeto revolucionário.³³⁵

³³³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva-FAPESP, 2002. p. 47.

³³⁴ Idem, p. 47.

³³⁵ Idem, p. 20.

Em grande parte, as visões sobre o que seria o comunismo e a ameaça que ele significava à ordem social foram decalcadas de modelos estrangeiros. A importação de modelos anticomunistas internacionais acompanhou, compreensivelmente, a dinâmica das relações culturais e políticas do Brasil com o exterior, pois até os anos 30 a fonte de inspiração provinha da Europa ocidental, principalmente da França. Como exemplo, Motta destacou alguns dos principais autores anticomunistas difundidos no país, são eles: Chessin, Istrati, Douillet, Marion e Béraud, entre outros. Contudo, no Brasil não houve apenas a reprodução pura e simples das influências estrangeiras. Ao contrário, a recepção das construções discursivas e imagéticas anticomunistas ocorreu de forma bem seletiva, assim enquanto algumas idéias eram bem recebidas outras não. Por exemplo, em comparação com os EUA, no Brasil os argumentos anticomunistas de inspiração liberal não encontraram um acolhimento cordial. Aqui, foram os valores religiosos católicos que constituíram a base principal da mobilização anticomunista.³³⁶

No período compreendido entre 1917 e 1930, o comunismo no Brasil foi encarado por seus adversários, predominantemente como uma ameaça remota, um problema que tinha mais a ver com a realidade do velho mundo do que com a dinâmica política nacional. Daí provinha à idéia que o comunismo era uma “ideologia alienígena”, distante das raízes brasileiras, uma doutrina malsã que não encontraria no Brasil terreno propício para seu florescimento. O comunismo tão execrado era uma infelicidade que se abatera sobre povos de longínquas terras. Por isso toda a ênfase dos detratores concentrava-se em denunciar as misérias e horrores atribuídos ao governo dos bolcheviques na Rússia, sendo muito raras as referências sobre as atividades dos comunistas nacionais, que nesta fase realmente chamavam pouca atenção, dada a fragilidade orgânica do PCB.³³⁷

Não obstante, o ano de 1927 se destacou pela ocorrência de um acanhado surto da narrativa anticomunista, pois com o fim do governo Arthur Bernardes, os comunistas puderam se organizar melhor. O pequeno PCB entrou em atividade febril nos primeiros meses da presidência de Washington Luís. Em pouco tempo, conseguiu colocar a serviço de sua propaganda o jornal *A Nação*, além de fundar o Bloco Operário, renomeado em 1928 de Bloco Operário e Camponês (BOC). Intensificou também a realização de congressos, a organização de entidades sindicais e, por fim, criou a Juventude Comunista. Diante deste crescimento das atividades do Partido Comunista, as autoridades responderam com a edição de uma lei repressiva, proposta no Congresso pelo Deputado Aníbal de Toledo em 1927. A

³³⁶ Idem, p. 2

³³⁷ Idem, p. 6

“Lei Celerada”, como ficou conhecida pela oposição, tinha por objetivo restringir as atividades sindicais e políticas da esquerda além do fechamento do PCB.³³⁸

Enquanto a lei tramitava no Congresso as autoridades lançaram mão de uma tática que iria se repetir frequentemente. Ou seja, em maio de 1927, a imprensa recebeu da polícia informações sobre a descoberta de uma suposta “conspiração revolucionária” urdida pelos comunistas. Segundo a informação policial, os “vermelhos” pretendiam paralisar o transporte público e interromper o fornecimento de energia elétrica para a cidade. O assunto foi objeto de grande exploração, pois a polícia e setores da imprensa transformaram o que parecia ser uma greve em preparação num terrível plano dos revolucionários, cujo sucesso implicaria na transposição do regime bolchevista para o Brasil. Logo em seguida, apareceram matérias jornalísticas “revelando” a descoberta de informações sobre a interferência da Internacional Comunista nas ações do PCB. O *Komintern* decidira transformar o Brasil no centro propulsor do comunismo na América do Sul, mandando pra cá agentes estrangeiros altamente treinados e recursos financeiros para fomentar os núcleos bolchevistas.³³⁹

Ao longo da década de 1930, devido às mudanças trazidas pelo movimento “revolucionário” liderado por Getúlio Vargas, o “perigo comunismo” adquiriu uma atenção especial das autoridades. As classes proprietárias, acostumadas que estavam com o liberalismo imperante no regime anterior, assustaram-se com a postura intervencionista do novo governo. Como reação publicou-se em São Paulo, no ano de 1933, o livro *O Comunismo Caminha no Brasil*, um verdadeiro libelo que acusava as autoridades federais de praticarem atos comunistas contra a propriedade privada. Na realidade essas acusações procurando envolver o governo ao comunismo não tinham fundamento, basta lembrar que desde 1927 o Estado estava empenhado em combater os revolucionários marxistas.³⁴⁰

O clima político pós-Revolução varguista foi ideal para que um número cada vez maior de pessoas, especialmente jovens e intelectuais, enxergasse no comunismo uma saída para as dificuldades brasileiras. Naquele contexto de profundas reformas a procura por novos caminhos apoiava-se, sobretudo, no exemplo soviético e em Luiz Carlos Prestes que passou a ser visto como o “Cavaleiro da esperança”. Assim, conforme aumentava a influência comunista também alargava-se o campo de atuação anticomunista. Pela mesma época, a publicação de livros anticomunistas se expandiu consideravelmente, tanto no que se refere às traduções quanto a obras de escritores nacionais.³⁴¹

³³⁸ Idem, p. 7

³³⁹ Idem, p. 7.

³⁴⁰ Idem, p. 8.

O caráter combativo, de intervenção política com objetivos propagandísticos foi uma constante na trajetória da literatura anticomunista brasileira. Mesmo quando os livros tratavam de países como a URSS, a China ou os países da “cortina de ferro”, havia sempre a intenção explícita de intervir no debate político brasileiro. Com o episódio da “Intentona Comunista”³⁴² esta intervenção no debate político foi ampliada. Ao mesmo tempo, ocorreu uma transformação da narrativa antimacônica no Brasil. Ciente disso, Barroso esforçou-se para divulgar que àquela não era uma rebelião comum, mas ao contrário, representava uma ação real dos comunistas na tentativa de tomar o poder.

O anticomunismo passava a ter um apelo forte, sensibilizando setores significativos da sociedade que até o momento reagiam com indiferença acerca do “perigo vermelho”. Desta forma, a “Intentona Comunista” foi capaz de provocar uma grande mobilização social, colocando a sociedade contra os “comunistas” por meio da advertência de que, se não fossem detidos, cometeriam de novo tais ofensivas. Igualmente, o acontecimento corroborava o argumento dos integralistas, em especial o de Barroso que afirmava serem os judeus os mentores do levante. Em nota, o autor informa que as “Bibliotecas comunistas judaicas de hoje”, como a “Schlomon Aleichen” foram fechadas em 1935 devido ao seu “caráter subvertido”.³⁴³

Como destacou a historiadora Esther Kuperman, era real a presença de judeus ligados ao “campo socialista”, o que pode ser entendido como uma necessidade que se colocava para além da construção de laços de solidariedade e sociabilidade. Muito mais importante do que a

³⁴¹ A título de exemplo, o historiador Motta faz um amplo levantamento das obras anticomunistas publicadas pela Livraria Globo, de Porto Alegre, são elas: *No país dos Sovietes*, de Jorge Le Fevre; *A Tshéka*, de Jorge Popoff; *Como Matei Rasputine*, de autoria do Príncipe Yussupoff; *As forças Secretas da Revolução*, de Leon de Poncins; *O Que Vi em Moscovo*, de Henri Béraud; e *Moscovo sem Mascara*, de Joseph Douillet. Do conjunto de obras produzidas por brasileiros no período de 1930 a 1934 o autor destacou, entre outras: *O Comunismo Russo e a Civilização Cristã*, do Bispo Dom João Becker; *A Sedução do Comunismo*, de Everaldo Backheuser; *A Questão Social e a República dos Soviets*, de Alberto de Britto; *A Bandeira do Sangue (combatendo o comunismo)*, de Alcibitades Delamare; *A Rússia dos Sovietes*, de Vicente Martins; *Tempestades. O bolchevismo por dentro*, de Pedro Sinzig; e *As Falsas Bases do Comunismo Russo*, de Alfredo Pereira. Ver: Idem, p. 10.

³⁴² É importante ressaltar, que a adoção do termo “intentona” para caracterizar o levante comunista, não se deu de imediato, apesar de alguns políticos e jornalistas terem utilizados a expressão nos dias seguintes à revolta. A alcunha não se tornou exclusivamente comunista, pois o golpe integralista de maio de 1938 também foi chamado de “intentona”. A utilização da expressão pela memória oficial surgiu das necessidades estratégicas da luta anticomunista, na medida em que se tratava de desqualificar a tentativa revolucionária. Intentona, segundo o dicionário Aurélio, significa intento louco, motim insensato e, era exatamente esta a idéia que se pretendia associar ao evento, representado desde então como um “capítulo negro” da história brasileira. Ver: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, *Minidicionário da língua portuguesa*. Coord. Marina Baird Ferreira, Margarida dos Anjos; equipe Elza Tavares Ferreira... [et.al]. 3.ed. Rio de Janeiro, 1993. p. 311.

³⁴³ BARROSO, Gustavo. *História Secreta do Brasil : da maioria de D. Pedro II à Republica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. p. 108.

construção de uma rede de solidariedade seria a existência de referenciais políticos comuns entre seus membros.³⁴⁴ A Associação Scholem Aleichem (ASA), fundada no início dos anos 20, foi, por exemplo, um dos principais espaços de reunião da esquerda judaica carioca desde o começo de sua existência. Além disso, Kuperman destaca a criação, por força de uma resolução do PCB, de um Setor Judeu no Partido Comunista Brasileiro, que se manteve ligado ao Setor de Finanças do Partido até meados da década de 1940. Cabia a este setor garantir, inclusive, a segurança de seus militantes, visto haver sempre a possibilidade de extradição, caso algum judeu comunista fosse preso pela polícia política de Vargas. E era também sua atribuição contribuir para as campanhas de arrecadação de fundos para o Partido. Um outro motivo para a criação do Setor Judeu foi, para a autora, a tentativa de “evitar denunciante”. Mas, apesar desta tentativa, a existência de delatores entre as fileiras dos militantes da Biblioteca Israelita Scholem Aleichem (BIBSA) era reconhecida por todos:

*A partir de 1937 passamos a viver o tormento da ditadura de Vargas. A BIBSA era extremamente visada pelo DOPS, a polícia de Felinto Muller, que, entre outras restrições às liberdades individuais, impedia-nos de falar ídish. Para isso, enviava às nossas reuniões um indivíduo, Nicolau Zimerman, de origem romena, delator responsável pela prisão e assassinato de inúmeros companheiros nossos, operários, alfaiates, sapateiros, carpinteiros, ferreiros, vendedores, todos jovens, sedentos de uma sociedade mais justa.*³⁴⁵

Assim, o vínculo orgânico entre a BIBSA e o PCB datava dos primeiros anos de existência do Partido e da própria Biblioteca. Na opinião de Kuperman, esta ligação pode ser confirmada pela realização de uma Conferência do PCB na sede da BIBSA, segundo o relato de um dos dirigentes do PCB à época, Octávio Brandão:

O Estado de sítio continuava. A polícia estava preocupada com o Carnaval. Aproveitando o momento, em fevereiro de 1925, no Rio de Janeiro, na sede de um centro cultural israelita, num sobrado à rua Senador Euzébio, hoje Avenida Vargas, perto da Praça Onze, realizou-se ilegalmente a Conferência de Delegados de células e núcleos (frações sindicais) comunistas do Rio de Janeiro e Niterói, em conjunto com a Comissão Central Executiva do PCB. Esta

³⁴⁴ KUPERMAN, Esther. ASA – Gênese e trajetória da esquerda judaica não sionista carioca. In: *Revista Espaço Acadêmico*, nº 28, 2008. On-line. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/028/28ckuperman.htm>. Acesso em 10 de março de 2009.

³⁴⁵ APUD. KUPERMAN, Ester. (op. cit), p. 2.

*Conferência lançou os fundamentos da reorganização do PCB sobre a base de células.*³⁴⁶

Na perspectiva da historiadora Zilda Márcia Cricoli Iokoi existiam entidades judaicas que ultrapassavam fins culturais e beneficentes e, por isso, alimentavam as teorias conspirativas e as suspeitas do DOPS. Um exemplo, foi o *Clube dos Cabiras*, uma associação de jovens judeus nascidos no Brasil, que mantinham posição nacionalista judaica. Liderada por comunistas, o clube judeu possuía íntima ligação com o Partido Comunista.³⁴⁷ Existiam também as agremiações judaicas que assumiam claramente seu caráter político, como: a *Organização Sionista Unificada*, destinada a recolher fundos com vistas à aquisição de terras na Palestina, composta por sionistas religiosos, pela esquerda sionista ou pelos socialistas sionistas e a *Organização Sionista Revisionista Unida do Brasil*, extremista, partidária de meios violentos para a restauração do Estado Judaico na Palestina.³⁴⁸

No entanto, como destacou a historiadora, foi em decorrência do envolvimento dos judeus na Revolução de 1935 que a ligação entre judaísmo e comunismo passou a ser centralizada na política repressiva brasileira. Até então, por exemplo, Olga Benário não era conhecida pela polícia brasileira e como o disfarce inicial não despertava dúvidas ela tivera poucas chances de ser relacionada aos comunistas. Mas a farsa foi descoberta com a prisão do dirigente do PC, Antonio Maciel Bonfim, conhecido como Miranda. Em janeiro de 1936, Olga Benário e Luiz Carlos Prestes foram presos, o que na opinião de Iokoi, acionou no imaginário político brasileiro, tanto o ódio pelos judeus quanto pelos militares comunistas.³⁴⁹

Barroso encontrou neste ódio duplo uma fonte de inspiração para seus textos integralistas, pois segundo ele, no “movimento extremista de 35”, ficou evidente a presença de elementos clássicos da ação judaico-maçônica, dentre eles a traição e a covardia. Para reforçar a imagem de traição atribuída aos comunistas, a AIB esforçou-se no sentido de transformar os militares fieis ao governo em heróis. Na opinião de Motta, os que morreram na defesa do regime foram elevados ao “panteão” da pátria, pois os homens responsáveis por sua morte eram apátridas por natureza. Divulgou-se a idéia de que um lado, o do governo, alinhavam-se homens de bem, bons patriotas e cidadãos dignos, enquanto do lado

³⁴⁶ APUD. KUPERMAN, Ester. (op. cit), p. 2.

³⁴⁷ IOKOI, Zilda Márcia Cricoli. *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1930-1975)*. São Paulo. Associação Editorial Humanitas; Itajaí: Ed. UNIVALI, 2004. p. 165

³⁴⁸ Idem, p. 168.

³⁴⁹ Idem, p. 124.

revolucionário encontravam-se indivíduos vis e bandidos, seres desqualificados, uma verdadeira malta.³⁵⁰

Ao argumento da traição somava-se às acusações de covardia, pois matar gente dormindo significava um ato covarde, pelo menos esta era a versão oficial do acontecimento. Na figura abaixo é retratado um bando de “vermelhos”, que liderados por Prestes, o personagem principal do quadro, trucidaram vários soldados no dormitório.



Ilustração 15: “Comunistas Assassinando à Traição”
Fonte: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (op.cit), p.115.

Como bem ressaltou Motta, considerando os dados existentes sobre os acontecimentos da “Intentona”, o exagero de tais imagens é flagrante. Parece não haver dúvidas que os relatos inspirados no anticomunismo deturpam grosseiramente os fatos. Uma evidencia desta deturpação, era que a imprensa da época não fazia nenhuma menção às vítimas que supostamente foram trucidadas em pleno sono. Mas, ao que parece, ocorreu um ato de violência contrário aos padrões da ética militar. Segundo os testemunhos recolhidos pelos investigadores, tudo indica ter havido a execução de um oficial legalista que se encontrava preso e desarmado, o Tenente Benedito Bragança. A vítima teria sido baleada por um oficial comunista, que o mantinha sob guarda ao interior de um veículo. Provavelmente, este episódio deu origem às histórias sobre crimes bárbaros atribuídos aos comunistas. É razoável supor que as narrativas anticomunistas transformaram em regra geral um ato isolado,

³⁵⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (op. cit), p. 78.

praticado por um dos revolucionários, e o corromperam a fim de caricaturar os comunistas como assassinos frios e cruéis.³⁵¹

Ou seja, as narrativas anticomunistas e antimaçônicas de Barroso apresentaram como um acontecimento de violência e crueldade inusitadas uma rebelião que diferia pouco do padrão dos levantes militares anteriores, exceto quanto aos seus objetivos. Imagens superlativas foram utilizadas, como o estupro, o assassinato, o saque, a destruição, com o fito de apresentar a tentativa revolucionária como um ato hediondo. Segundo Motta, muitos excessos foram cometidos também na apreciação do custo em vidas da insurreição, na tentativa de apresentá-la como um acontecimento mais grave do que realmente foi. Algumas fontes anticomunistas chegaram a afirmar, por exemplo, que cerca de 450 pessoas morreram nos combates. Estimativas mais confiáveis apontam para um número entre sessenta e cem vítimas fatais (contando as baixas dos dois lados), o que não é pouco, evidentemente, mas longe dos excessos da propaganda anticomunistas.³⁵²

Seja como for, deixados os exageros à parte, o fato é que as comemorações oficiais da “Intentona” constituíram-se em momento privilegiado no que tange ao processo de constituição e reprodução da imagem do levante. A tradição de realizar “romarias cívicas” aos túmulos dos mortos das forças legalistas no Rio de Janeiro começou já no ano seguinte. No dia 27 de novembro de 1936 teve lugar a primeira edição da “festividade”, que inicialmente não contou com grande empenho do governo, embora o Ministro da Guerra tenha feito publicar uma ordem do dia dedicada ao acontecimento, e mandando rezar missa pela alma dos mortos. Tudo indica que os integralistas tiveram grande participação na preparação desta comemoração. A AIB decretou que todos os seus núcleos provinciais comemorassem a data e seus jornais divulgaram-na com destaque, em contraste com pouco interesse demonstrado pela grande imprensa. Afinal, desde 1934 os integralistas estabeleceram o culto aos militantes mortos nos confrontos com os comunistas, que recebiam tratamento de heróis e mártires.³⁵³ É interessante observar que este tipo de comemoração se combinava com o apreço dos camisas-verdes às manifestações ritualísticas, para não falar do conteúdo nacionalista, anti-semita e anti-comunista que poderia ser extraído da “vergonha de 35”.

4.5 O nacionalismo de Barroso contra a “Bucha” maçônica

³⁵¹ Idem, p. 80

³⁵² Idem, p. 81

³⁵³ Idem, p. 82.

Neste contexto delicado e de aumento significativo da propaganda anticomunista, Barroso lançou a segunda e a terceira parte da *História secreta do Brasil*. O nacionalismo que serviu de inspiração aos ideais anticomunistas e antimaçons de Barroso tem origem em modelos conservadores elaborados no século XIX, bem próximo da proposta de Estado idealizado pelo romantismo francês. Tal vertente do nacionalismo, que também foi influenciada pelo corporativismo, encontrava seu fundamento central na visão da nação como conjunto orgânico, unidade superior a qualquer conflito social. Esse nacionalismo de viés conservador enfatizava a defesa da ordem, da tradição, da integração e da centralização, contra as forças centrífugas da desordem.

Tal concepção de “nação una e indivisa” era uma constante na obra de Barroso, assim a atuação política dos maçons-comunistas era execrada, pois incentivavam a divisão e as lutas de classes.³⁵⁴ A admiração deflagrada que Barroso possuía pelas Forças Armadas também representava um manancial de inspirações, pois comungava com os meios militares o respeito pelo *status quo*, refutando assim, projetos revolucionários, outro aspecto significativo que o ligava aos militares era a defesa da noção de hierarquia e do “espírito de corpo”.

Uma outra dimensão do nacionalismo anticomunista de Barroso derivava do repúdio às posições cosmopolitas de judeus, maçons e comunistas. Para o autor, o discurso internacionalista destes grupos eram atitudes inaceitáveis. As idéias defendidas pelos membros do PC seriam proposições que não condiziam com a realidade nacional. O caráter, a alma, o espírito do caboclo brasileiro não teria como ser compatibilizado com o ideal bolchevista. A defesa da nação e da unidade nacional deveria estar acima de quaisquer considerações, fossem elas de natureza social, econômica ou política, e os valores nacionais não poderiam jamais ser suplantados por uma ordem internacional. Inflammado em parte pela convicção ideológica e outro tanto por conveniência política, Barroso enxergava na postura do Partido Comunista mera subordinação aos interesses de um poder estrangeiro. É fácil encontrar em suas acusações a idéia de que os comunistas eram agentes secretos ligados à URSS, e que pretendiam trocar a pátria pelo “ouro de Moscou”.

³⁵⁴ BARROSO, Gustavo. *Comunismo, Cristianismo e Corporativismo*. Rio de Janeiro: Empresa Editora ABC Limitada, 1938.



Ilustração 16: Projeto de estátua para o imperador do Brasil, Rothschild I, em substituição ao monumento de D. Pedro I, no largo do Rocio, quando se proclamar a “Republica Soviética do Anti-Brasil”. Fonte: BARROSO, Gustavo. *História secreta do Brasil: do descobrimento à abdicação de D. Pedro I.* (op.cit) p.331

A outra importante matriz do anticomunismo presente no discurso de Barroso foi inspirada nas diretrizes da Igreja Católica. Para o Vaticano os comunistas eram inimigos irreconciliáveis. Representavam um desafio à sobrevivência da religião católica e seriam o último desdobramento das transformações da modernidade, uma atualização para o século XX dos “erros” iniciados no período da Reforma. Haveria, portanto, uma cadeia de causalidade ligando as guerras religiosas do século XVII à Revolução Francesa. A origem do mal estaria na Reforma, que teria dado o primeiro golpe no edifício da civilização cristã. Nas palavras de Barroso, os “iluminados da Baviera”, continuaram a obra lançando as bases do questionamento da hierarquia e da ordem estabelecida, servindo, assim, como inspiração à diversos grupos revolucionários:

O criador do chamado Iluminismo na Baviera em fins do século XVIII foi o professor João Adão Weishaupt, que introduziu os princípios dessa seita filosófica-cabalista nas sociedades secretas de estudantes existentes nas universidades no sul da Alemanha, a começar pela Ingolstadt, onde lecionava. Em 1777 completou a organização oculta que tinha em vista sob férrea disciplina e o comando de uma Junta secreta dividindo-a em três círculos: o dos Noviços, o

*dos Minervais e o dos Areopagistas. Seu símbolo era o môcho a coruja de Atenas. Auxiliou-o nesta tarefa o mação Knigge que acabou derrubando-o e exercendo sòzinho o poder. Em 1786, ao atravessar uma praça do subúrbio de Rastibona, durante o padre apóstata Lanz, agente de ligação dos iluminados, foi fulminado por um raio. Nos bolsos do cadáver, a policia encontrou todos os planos dum grande movimento subversivo preparado na sombra e prestes a ser desencadeado com inaudita ferocidade.*³⁵⁵

Conforme destacou Barroso, o governo Bávaro prendeu os chefes, dissolveu os grupos e apoderou-se dos arquivos da agremiação. Mesmo assim, o “Iluminismo da Baviera” não foi destruído e conservou-se bem disfarçado, informando todas as ações secretas de estudantes que brotaram e desenvolveram nas escolas superiores alemãs de fins do século XVIII a principio do século XIX. Este iluminismo Bávaro teria sido transplantado e semeado no Brasil, inicialmente através da Faculdade de Direito de São Paulo, em 1828 sob o nome de *Burschenschaft*, que em seguida, passou a ser conhecido como “Bucha”.

*Segundo Odilon Nestor, floresceu na faculdade de Direito de Olinda como Tugendbund. Chamou-se nas Escolas Politécnicas como Landsmannchaft. Influuiu com o rotulo de Patriarcas Invisíveis na Cabanagem do Pará e na Revolução Liberal de 1841-1842. À ação dessa força chamava Martim Francisco na Câmara dos Deputados, em 1837, num discurso contra o Senador José Martiniano de Alencar, padre filho de padres e um dos Invisíveis, o Véu do Mistério e a Religião do Segredo.*³⁵⁶

Com o intuito de explicar como e porque o iluminismo veio parar deste lado do Atlântico, Barroso narrou o episódio do assassinato de Kotzebue, pelo estudante Karl Sand, ocorrido em 1819 na Alemanha. Na opinião de Barroso, Karl Sand foi preso, entretanto, depois de conseguir o “apoio secreto” de alguns dirigentes alemães conseguiu refugiar-se no Brasil.

Ora, em 14 de julho de 1821, segundo papeis de nosso Arquivo Nacional, desembarcava, no Rio de Janeiro um jovem passageiro clandestino, vindo num barco do pôrto de Hamburgo com o nome de Julio Frank, figura cheia de

³⁵⁵ BARROSO, Gustavo. O iluminismo Bávaro no Brasil. In. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1948. v. 9, p. 6.

³⁵⁶ Idem, p. 8

mistério na opinião de Spencer Vampré. Depois de estar algum tempo prêso, foi pôsto em liberdade e empregou-se numa estalagem. ³⁵⁷

Na observação feita pelo autor, Karl Sand, ficou conhecido no Brasil como Júlio Frank e, rapidamente se cercou de pessoas influentes, a ponto de obter a proteção do Senador Nicolau Vergueiro e do Brigadeiro Rafael Tobias, além de ser nomeado, sem nenhum critério avaliador, professor de História do Curso Anexo da Faculdade de Direito de São Paulo: “Antes sendo beberão inveterado e praticante de magia negra, ali se tornou líder tão prestigiado da mocidade”. Julio Frank morreu em 1841, e foi sepultado no pátio do velho edifício da Faculdade de Direito de São Paulo. ³⁵⁸

A “Bucha” criou no Brasil, no decurso do tempo, os seus afiliados, homens do rito, como lhes chamou Rui Barbosa em discurso celebre, os quais foram, mediante proteção mútua, criando uma rede de influências e ocupando os postos-chaves de todas as atividades sociais, especialmente na política. Assim conseguiu o domínio absoluto do Brasil republicano até 1930. ³⁵⁹

Para Barroso as sociedades secretas estudantis, de “caráter nitidamente judaico”, influíram nos destinos da nação através da mocidade corrompida e escravizada.

As gerações de homens educados pela Bucha, que Júlio Frank fundara no início do período regencial ou no fim do Primeiro Reinado, chegaram afinal ao poder São Paulo, capital da Camorra de Cima, foi explorado e sugado na sua produção cafeeira e na sua projeção política. A corrupção republicana trouxe o descontentamento generalizado, explodindo em solfataras de lama ou de sangue. Mazorcas. Quarteladas. Pronunciamentos. Golpes. O forte de Copacabana. Revoluções de 1924, 1930 e 1932. O surto comunista de 1935. Em derredor, súcubos, incubos, vampiros, ladrões, cáftens, agentes do judaísmo, toda a fauna das trevas, numa farândola de monstruosidades sociais, a ditar leis. Na face dos patriotas, passando de hora em hora o sopro quente do Minotauro resfolegante no fundo do antro, à espera de devorar a presa... ³⁶⁰

³⁵⁷ Idem, p. 10.

³⁵⁸ Idem, p. 13.

³⁵⁹ Idem, p. 14.

³⁶⁰ BARROSO, Gustavo. *História Secreta do Brasil : da maioridade de D. Pedro II à Republica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. p. 94.

Deste modo, o judaísmo-maçônico, infiltrado nas principais Faculdades de Direito daquele tempo, conseguiram por em prática as determinações do *Kahal* e montaram no Brasil as “fábricas de bacharéis”.³⁶¹

A mocidade brasileira precisa ser devidamente esclarecida sobre essas cousas para repelir de seu seio êsses infames organismos secretos. É vergonhoso que um moço se sujeite á servidão moral para subir na vida, como Fausto vendeu a alma ao demônio para conquistar Margarida. Não corarão por dentro, os que em conversa com sua consciência, os que fazem carreira por serem maçons ou bucheiros, prejudicando os que teem merecimento e se não prestam ao triste papel? Em nome de sua própria dignidade, a mocidade brasileira deve reagir contra isso... O autor dêste livro fez toda a sua carreira dificilmente, sozinho, sem nunca ter pertencido a sociedades secretas de qualquer natureza, nem mêsmo a coterias literárias. Pelo contrario, sempre as combateu. Póde, pois, falar aos moços de cabeça erguida, mostrando ser possível vencer sem aliar-se ás trevas.

³⁶²

Muito dos argumentos do autor retomam as sugestões do Papa Leão XIII, por exemplo, ao defender que a ação dos revolucionários comunistas significava uma continuação da obra destruidora da Revolução Francesa movida pelo ódio à sociedade cristã. Barroso estabelecia, portanto, um movimento intelectual pendular, que conforme a circunstância alternava entre a busca de legitimação no passado e a comprovação, do que dizia, no presente. Desta maneira, o escritor constituiu uma ponte entre os conturbados anos de 1930 e o pensamento conservador católico oitocentista, que acreditava numa grande Conspiração judaica.

*A conspiração judaica contra o mundo inteiro é antigüíssima e permanente... contra os persas, contra os egípcios, contra os sírios, contra os romanos. No seio da Igreja Católica nascente, infiltraram as divisões das heresias, multiplicando-as num labirinto diabólico. Toda a Gnóse dos primeiros séculos do cristianismo proveiu da cabal judaica; quase todos os grandes heresiarcas fôram judeus; as sociedades secretas gnósticas se espalharam pelo Oriente e pelo Ocidente, sobretudo as sociedades secretas maníqueas a que a bula *Humanum genus de**

³⁶¹ BARROSO, Gustavo. *História secreta do Brasil: do descobrimento á abdicação de D. Pedro I.* (op. cit), p. 337

³⁶² Idem, p. 338

*S.S. Leão XIII mui acertadamente compara a maçonaria. Cátaros, patarinos, brabantinos e albigeneses saem em plena idade-media dessa fonte maniquêa e cobrem a França com uma rêde invisível de sociedades secretas.*³⁶³

A primeira encíclica dedicada a condenar os revolucionários foi *Quod Apostolici Muneris*, editada por Leão XIII em 1878. Aquele documento chamava a atenção dos fieis para os “erros modernos” e a farsa da revolução. Como vimos no primeiro capítulo, alguns anos depois, em 1891, o papa voltaria ao tema, com a encíclica *Rerum Novarum*, o mais importante marco no posicionamento da Igreja em relação à questão social.³⁶⁴ A motivação básica continuava a mesma do documento anterior, a constatação de que o comunismo representava uma ameaça séria para a religião. A diferença é que agora o Sumo Pontífice não se restringia a pedir paciência e resignação aos operários, mas propunha também algumas medidas no sentido de minorar o sofrimento da classe trabalhadora. Com a destruição das antigas corporações, as classes inferiores teriam ficado à mercê de senhores desumanos e da concorrência desenfreada, gerando uma situação de insatisfação da qual se aproveitariam os socialistas para instigar pobres contra ricos. A solução passaria pela restauração dos costumes cristãos na luta contra este ser diabólico.



Ilustração 17: “A panela do Diabo” Fonte: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (op.cit), p. 92.

³⁶³ Idem, p. 153

³⁶⁴ FERRER BENIMELI, J. A., CAPRILE, & G. ALBERTON. *Maçonaria e Igreja católica. Ontem, Hoje e Amanhã*. São Paulo: Paulus, 1983.p. 40 – 41.

Por fim, na narrativa de Barroso, a representação do comunismo como inimigo absoluto não derivava apenas do medo de que os “vermelhos” conquistassem as classes trabalhadoras. A questão central era que os seguidores de Marx propunham uma nova doutrina, questionadora dos fundamentos básicos da religião de Cristo, inspirada na ideologia judaico-maçônica. Destarte o comunismo não era somente um programa de revolução social e econômica, ele se constituía numa filosofia, num sistema de crenças que concorria com a religião em termo de fornecer uma explicação para o mundo inaugurando assim uma nova moral. A filosofia comunista opunha-se aos postulados básicos do catolicismo: negava a existência de Deus, professava o materialismo ateu, propunha a luta de classes e destruía a instituição da família. Deste modo, devido à gravidade da situação somente as virtudes e a caridade cristãs não seriam suficientes para enfrentar o problema, por isso, em alto e bom som, Barroso dizia ser imprescindível uma ação enérgica do Estado contra os privilégios desta gente.

*O bacharelismo-bucheiro nasceu no Primeiro Reinado, cresceu lentamente através do segundo e predominou na República que grandemente contribuiu para implantar. Quem olha somente a casca das coisas contínua a papaguear que a República foi obras dos militares, quando deles se aproveitaram as forças secretas, como examinaremos e provaremos oportunamente. A infecção do bacharelismo-bucheiro criou no Brasil o drama do Exército: primeiro, a sua estagnação no positivismo esterilizante; depois, a tragédia da inquietação do militar sem doutrina social, afastado e incompreendido, rebentando em explosões sem fito, que um século após a criação dos cursos jurídicos se repetirão com assustadora freqüência de 1922 a 1930. A semente do mal fora plantada em 1828. Regou-a a Bucha com o maior cuidado. Quem plantou e quem regou sabia bem o que estava fazendo e sabia por que e para que estava fazendo.*³⁶⁵

³⁶⁵ BARROSO, Gustavo. *História secreta do Brasil. História Secreta do Brasil : do descobrimento á abdicação de D. Pedro I.* (op. cit), p. 343

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo este trabalho, nosso objetivo foi demonstrar a importância que a narrativa antimaçônica possui para o entendimento da história da Maçonaria no Brasil. Neste sentido, foi possível constatar que o “poder” da Maçonaria está tanto em sua capacidade de inserção e influência na sociedade “profana”, quanto na reação negativa que esta inserção e influência despertaram em setores que concorriam pelos mesmos espaços sociais. Ao contrário do que seria de se esperar, todo esse conjunto lendário antimaçônico não gerou somente efeitos nocivos à sociedade maçônica. Isto porque tais narrativas acabaram criando uma supervalorização do papel da Maçonaria nos destinos da história mundial. Quanto mais os detratores da Ordem reafirmavam sua imagem conspiratória, mais eles colaboravam para que os Pedreiros Livres emergissem como importantes agentes históricos. Aos olhos da sociedade isto acabou propagando a Maçonaria e tornando-a bem mais poderosa do que, de fato, ela foi. Deste modo, mesmo sabendo que a instituição maçônica possuía outras finalidades, podemos perceber que a partir do momento em que os maçons conquistaram maior visibilidade social e, conseqüentemente, começaram a requerer maior participação política, criou-se um ambiente potencialmente conflituoso. No Brasil esta situação ficou ainda mais delicada com a proclamação da República em 1889 e, sobretudo, a partir da enorme presença de Pedreiros Livres nos quadros da política federal, estadual e municipal.

Buscamos também corroborar a sugestão de que em terras brasileiras um dos principais difusores da narrativa antimaçônica foi o escritor Gustavo Barroso, a quem é atribuído, por exemplo, a criação do “complô judaico-maçônico-comunista”. Em sua *História secreta do Brasil* o autor tentou comprovar “cientificamente” aquilo que muitos governantes seculares, bispos e papas já diziam, a saber, que a Maçonaria era uma entidade que estava sempre “maquinando” contra os poderes legítimos. Por isso mesmo, não mediu esforços ao impor sua autoridade intelectual à prova de qualquer suspeita e com isso legitimar o seu “método investigativo” empregado na obra. Gustavo Barroso muitas vezes foi buscar em fontes maçônicas as “provas” de que precisava. Assim, operou uma releitura dos mitos e heróis maçônicos. Ao mesmo tempo, sua participação na Ação Integralista Brasileira, como Chefe Nacional das Milícias, tornou-se paradigmática na medida em que seus textos incorporaram um teor partidário radical, chegando a defender uma ação enérgica do Estado contra estas “ameaças”.

Inicialmente, procuramos analisar a relação institucional entre a Igreja Católica e a Maçonaria, uma vez que o embate entre ambas, sobretudo a partir do século XVIII,

determinaria a forma como os maçons passaram a ser vistos. O caráter revolucionário da Ordem – descrito, por exemplo, pelo abade Barruel em 1797 e pelo padre Agostinho de Macedo em 1809 – foi devidamente apropriado pela narrativa antimaçônica brasileira do século XX. Nesta perspectiva, o discurso antimaçônico, sobretudo, aquele difundido por Gustavo Barroso, pretendia demonstrar que a Maçonaria significava a “revolução em permanência” estando por trás de todos os acontecimentos tanto no Brasil quanto no restante do mundo.

Assim, para além das tradicionais denúncias de satanismo ou de agentes da conspiração revolucionária, Gustavo Barroso também procurou dar um tom político atual as suas acusações. Deste modo, os ideais maçônicos de igualdade e fraternidade universal foram associados à ideologia comunista. O autor defendia a idéia de que somente os altos graus da Maçonaria conheciam os verdadeiros planos da Ordem, enquanto a grande maioria era ludibriada. Igualmente, afirmava que os trabalhadores iludidos pelos ideais igualitários do comunismo eram levados num caminho sem volta. Não obstante, outra estratégia adotada foi demonstrar que maçons, judeus e comunistas eram todos elementos estranhos à cultura brasileira e por isso deveriam ser combatidos.

Feito isso, passamos a nos dedicar a algumas das “revelações”, propriamente ditas, expostas no livro de Gustavo Barroso. Uma das primeiras foi que no Brasil, desde os tempos do descobrimento, os judeus, ou melhor, os cristãos-novos, já possuíam um enorme interesse nas riquezas nacionais, sendo os responsáveis pela exploração dos povos indígenas e dos primeiros colonos que aqui se instalaram. Igualmente, todos os movimentos de rebeldia e violência contra a metrópole portuguesa nada mais era do que a ação “deletéria” da Maçonaria, seguindo as ordens do *Kahal*. As chamadas Inconfidência mineira e a Conjuração baiana, só para tomar os exemplos mais claros, seriam para o autor ações programadas pela Maçonaria, que no fundo almejava submeter a monarquia lusitana ao poder internacional judaico. Estava, portanto, desvendado o primeiro segredo, ou seja, maçons e judeus possuíam o mesmo objetivo, destruir todas as civilizações nascidas do cristianismo.

Outro “grande segredo” revelado por Barroso referia-se a íntima proximidade que existia entre os ideais comunistas e a doutrina maçônica. Neste sentido, Barroso acreditava ter encontrado o nexo de união entre Maçonaria, que nada mais era do que um dos tentáculos do judaísmo, e o comunismo, outro importante braço do “poder oculto” de Israel. Assim, tanto os maçons como os comunistas estariam a serviço da dominação judaica conforme foi sugerido pelos *Protocolos dos Sábios de Sião*. Uma das “provas” aduzidas por Barroso era que, o dia 1º de maio representava a data preferida das sociedades secretas. O próprio Weishaupt, o

judeu criador da seita dos “Iluminados da Baviera”, a festejava muito antes da 2ª Internacional adotá-la como dia para celebração dos trabalhadores. Barroso, ainda ia mais longe, afirmava que tanto o capitalismo quanto o comunismo representavam duas faces da mesma moeda, o primeiro, ilustrado pela família judaica Rotschild e o segundo, pelo judeu Marx. Seguindo por este viés interpretativo, a ideologia judaica seria tão ampla que poderia contemplar doutrinas aparentemente contrárias, o que no fundo demonstrava a “maldade do judeu”. Ou seja, na lógica de Barroso, os trabalhadores, cegos com as promessas comunistas, não percebiam que aquela teoria não seria capaz de trazer verdadeiros ganhos sociais, pois representava a “perpetuação da ideologia judaica”.

Sem dúvida, as transformações políticas, econômicas e culturais ocorridas pelo aumento da imigração contribuíram para insuflar em Barroso o temor por tudo àquilo que vinha do estrangeiro e, que em última instância, poderia perturbar a “velha ordem”. Além do mais, o intelectual sabia que o Partido Comunista recrutou entre os imigrantes um número expressivo de novos adeptos e que era real a presença de imigrantes judeus ligados ao “campo socialista”.

Finalmente, outro importante segredo “revelado” pelo autor, porém, menos explícito do que os primeiros, seria o fato de que para realizar um trabalho como a *História secreta do Brasil*, foi necessário uma “sensibilidade histórica” quase que “sobrenatural”. Era preciso entender que a “história verdade” não se manifestava naturalmente aos olhos dos curiosos. Para isso acontecer tornava-se imprescindível uma “iniciação” nos mistérios do passado. Este parecia ser o estado psicológico deste autor, que se orgulhava profundamente de ter se tornado um importante intelectual de sua época, dotado de “dom especial” no tratamento da história e um verdadeiro “guardião da memória nacional”.

Portanto, ao mesmo tempo em que Gustavo Barroso preocupava-se com a ciência histórica, acreditando alcançá-la com a apresentação de uma vasta documentação, este também se comportava como um “predestinado”, um “místico”, empregando todo o seu “conhecimento esotérico” para trazer à tona a “pedra filosofal” da verdade.

REFERÊNCIAS

JORNAIS:

Jornal do Brasil (Rio de Janeiro – 1937)

Folha da Manhã (São Paulo – 1935-1938)

A Offensiva (Rio de Janeiro – 1936)

Diário da Tarde (Manaus – 1937)

Informativo Oficial da Frente Integralista Brasileira (São Paulo – 2006)

INTERNET:

arquivoinstitucional – 05. On-line. Disponível em:
<http://www.museuhistoriconacional.com.br/> Acesso em 10 de janeiro de 2008.

arquivoinstitucional – 03. On-line. Disponível em:
<http://www.museuhistoriconacional.com.br/> Acesso em 10 de janeiro de 2008.

BULA Humanus genus. On-line. Disponível em
 <http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_18840420_humanum-genus_po.html >. Acesso em: 03 de novembro de 2008.

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. Gustavo Barroso, enfim, soldado da farda verde. In. *X Encontro Regional de História – ANPUH/RJ*. Universidade do Rio de Janeiro. 2002. On line. Disponível em <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2002/Indice2002.htm> Acessado em 02 de fevereiro de 2009.

_____. Estados Fascistas, Estados Integralistas. In. *Anais do XXIII Simpósio nacional de História. Guerra e Paz. ANPUH*. Universidade Estadual de Londrina. Paraná. 2005. p.9. On- line. Disponível: <http://www.anpuh.uepg.br/xxiii%2Dsimposio/anais/textos/M%20CIRCA%20REGINA%20DA%20SILVA%20RAMOS%20CARNEIRO.pdf>. Acessado em 02 de Fevereiro de 2009.

_____. A Contribuição de Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale para a construção de um projeto de Estado-nação. In: *Anais do XII Encontro Regional de História. Usos do Passado*. ANPUH. Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ. 2006. p.2-3. On line. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/Marcia%20Regina%20da%20Silva%20Ramos%20Carneiro.pdf> . Acessado em 02 de Fevereiro de 2009.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Sob a máscara do nacionalismo. Autoritarismo e anti-semitismo na Era Vargas. (1930-1945)*. On-line. Disponível em: http://www.tau.ac.il/eial/I_1/carneiro.htm. Acesso 10 de março de 2009.

CONFERÊNCIA, Leo Taxil. On-line. Disponível em http://www.guatimozin.org.br/artigos/taxil_confer.htm Acessado em 05 de Janeiro de 2009.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Além do Estado e da Ideologia: Migração Judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial*. On-line. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882002000200007&script=sci_arttext&tlng=en >. Acesso em: 03 de novembro de 2008.

DIAS, Maria da Graça Silva. *Anglismo na Maçonaria em Portugal no limiar do século XIX*. In: *Análise Social. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Vol. XVI (61 – 62) 1980 – 1.º. 2.º, 399 - 405 . On-line. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223995365B5yIX7es3Wa00LB0.pdf>. Acessado em 5 de maio de 2009.

DISCURSO de Gustavo Barroso. In *Discursos Acadêmicos 1920-1935 Tomo II*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. 2006. p.185. On-line. Disponível em <http://www.academia.org.br/abl/media/Tomo%20II%20-%201920%20a%201935.pdf>. Acessado em 02 de Fevereiro de 2009.

GOMES, Ângela de Castro & MATTOS, Hebe Maria. *Sobre apropriações e circularidades: Memória do cativo e política cultural na Era Vargas* On-line. Disponível em <http://www.historia.uff.br/culturaspoliticadas/files/hebe3.pdf> . Acesso em 10 de novembro de 2008.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Primeiro Congresso de História nacional: breve balanço historiográfico no alvorecer do século XX*. On-line. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg18-7.pdf . Acesso em 10 de novembro de 2008.

LUCA, Tânia Regina de. *As revistas de cultura durante o Estado Novo: problemas e perspectivas*. On-line. Disponível <http://www.google.com.br/search?sourceid=navclient&hl=pt-BR&ie=UTF8&rlz=1T4ADBF_ptBRBR253BR253&q=%e2%80%9cAs+revistas+de+cultura+durante+o+Estado+Novo%3a+problemas+e+perspectivas > Acessado em 10 de novembro de 2008.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *Perante o tribunal da história: o anti-semitismo da ação integralista brasileira*. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre, 2004. p.121 On-line. Disponível em <http://www.qprocura.com.br/dp/16310/Perante-o-tribunal-da-historia-:-o-anticomunismo-da-acao-integralista-brasileira.html>. Acesso em 10 de março de 2009.

KUPERMAN, Esther. *ASA – Gênese e trajetória da esquerda judaica não sionista carioca*. Revista Espaço Acadêmico, n.º 28, 2008. On-line. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/028/28ckuperman.htm>. Acessado em 10 de março de 2009.

FONTES DOCUMENTAIS IMPRESSAS:

ANTÍDOTO Salutífero contra O Despertador Constitucional Extranumerário No. 3. Dividido em sete cartas dirigidas ao Auctor d'aquelle folheto impio, revolucionário, e execravel. Para beneficio da Mocidade Brasileira, especialmente da Fluminense, por hum seu patricio fiel aso deveres, que lhe impõe a religião, e o Imperio. Lisboa: Imprensa Regia, 1827. (Impressa no Rio de Janeiro) [BNL – RES 1695¹-V – Reservados]

BARBOSA, Ruy. *Novos Discursos e conferencias*. (colligido e revisto por Homero Pires) São Paulo. Editores Livraria Acadêmica. Editora: Saraiva & Cia, 1933.

CARTA de José Anselmo Correia Henriques dirigida ao Rei Dom João VI, datada do Rio de Janeiro, 1816, na qual se pede que o Rei dissolva as lojas maçônicas. (BNL – COD 10793 – reservados)

CERIMONIAS exatas da Arte Maçonica como foram aprovadas, sancionadas e confirmadas pela The United Grand Lodge of England em 5 de Junho de 1816... Tradução aprovada, sancionada e confirmada pelo Grande Capitulo do Rito de York (sob os auspícios do Grande Oriente do Brasil) e feita por membros do mesmo. Rio de Janeiro 1920.

CONSIDERAÇÕES sobre a seita dos Pedreiros Livres – Dietário do Mosteiro de São Bento de Lisboa (nov/1803 – jul/1812). página 52. [BNL – COD 732 – Reservados]

DEFESA da Maçonaria no Parlamento Brasileiro pronunciado no Senado pelo Sr. Visconde do Rio Branco (Presidente do Conselho de Ministros) e Alencar Araripe (Membro da Câmara Temporal) Ouro Preto Typ. do Echo de Minas, 1873.

DISCURSO de Antônio da Silva Mello. In *Discursos Acadêmicos 1960 – 1962- Vol. XVII*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1971.

DOCUMENTÁRIO da ação do museu histórico nacional na defesa do patrimônio tradicional do Brasil. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional- Imprensa Nacional, 1944. v. 5, p. 5 – 201.

EXORCISMOS contra os incursos maçônicos, ou continuação das Cartas Do que vê, e não ouve em resposta à apologia da Religião, e do Império pelo Despertador Constitucional: dedicados aos amantes da Religião, e do Império para beneficio da Mocidade Brasileira. Lisboa: Imprensão Régia, 1827. (Impresso no Rio de Janeiro em 1826)

INFORMATIVO Oficial da Frente Integralista Brasileira. (Reedição) artigo integralista de Gustavo Barroso. Edição 1- agosto de 2006.

MACEDO, José Agostinho de. *Manifesto à Nação ou últimas palavras impressas*. Lisboa: Typogr. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1822.

MANIFESTO, ou Exposição fundada, e justificativa do procedimento da Corte de Portugal a respeito da França, desde o principio da Revolução até à época da invasão de Portugal, e dos motivos, que a obrigarão a declarar a guerra ao Imperador dos Francezes, pelo facto da invasão, e da subsequente declaração de guerra, feita em consequencia do relatório do Ministro das Relações Exteriores. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1808. 16 p. (Com licença do Governo). [BNL – HG 15079 // 8P]

MENDONÇA, Hipólito José da Costa Furtado de. *Cartas sobre a Framaçonaria*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de Seignot-Plancher e Cia, 1833.

_____ *Narrativa da perseguição, de Hippolyto Joseph da Costa Pereira Furtado de Mendonça, Natural da Colonia do Sacramento, no Rio da Prata. Preso, e processado em Lisboa pelo pretense crime de Fra-Maçon ou Pedreiro Livre*. Londres: W.Lewis, 1811. 2v. (v. I – contendo o processo do author na Intendencia de Polícia, e na Inquisição; assim como o Regimento do S. Ofício do Ano de 1744) [BNL – SC 4127 P]

OS PEDREIROS-LIVRES, e os Illuminados, Que mais propriamente se deverião denominar os Tenebrosos, De cujas Seitas se tem formado a pestilencial Irmandada, a que hoje se chama Jacobinismo. Lisboa: Imprensa Régia, 1809. 31 p. [BNL – SC 14626//15P]

PROCLAMAÇÃO do Conselho Conservador aos habitantes de Lisboa. Lisboa, 1808. [BNL – HG 15079 // 1 P]

REALE, Miguel. *Formação da Política Burguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.

_____ *Destinos Cruzados*. Vol.1. São Paulo: Saraiva, 1986.

SALGADO, Plínio. *Manifesto Integralista de 7 de Outubro de 1932*. In: *A Doutrina Integralista*. Porto Alegre, AIB, Província do Rio Grande do Sul, s.d.

SUPREMO conselho do grau 33 para a República Federativa do Brasil: Rito Escocês antigo e aceito. Belo Horizonte. Jan. de 2006.

OBRAS DE GUSTAVO BARROSO:

BARROSO, Gustavo. *As colunas do templo: erudição, folclore, história, crítica, filologia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932.

_____ *O Integralismo em marcha*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.

_____ *O Quarto Império*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1935.

_____ *Brasil – Colônia de Banqueiros*. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

_____ *Os Protocolos dos Sábios de Sião*. São Paulo: Minerva, 1936.

_____ *História Secreta do Brasil: do descobrimento à abdicação de D.Pedro I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

_____ *Integralismo e Catolicismo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Empresa Editora ABC Limitada, 1937.

_____ *Judaísmo, maçonaria e comunismo*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

_____ *História Secreta do Brasil : da abdicação de D. Pedro I à maioria de D. Pedro II*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira , 1937.

_____ *Reflexões de um Bode*. Rio de Janeiro: Gráfica Educadora, 1937.

_____ *História Secreta do Brasil : da maioria de D. Pedro II à Republica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

_____ *Comunismo, Cristianismo e Corporativismo*. Rio de Janeiro: Empresa Editora ABC Limitada, 1938.

_____ *Segredos e Revelações da História do Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, s/d.

_____ *Coração de menino*. Rio de Janeiro: Ed. Getulio Costa, 1939.

_____ *Consulado da China*. Rio de Janeiro: Ed. Getulio Costa, s/d.

_____ Esquemática da História Militar do Brasil. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional-Imprensa Nacional, 1942. v. 3, p.401-431.

_____ A presença do Império em Buenos Aires. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional-Imprensa Nacional, 1945. v. 6, p. 5 – 18.

_____ O iluminismo Bávaro no Brasil. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional-Imprensa Nacional, 1948. v. 9, p. 5 – 14.

_____ A cidade Sagrada. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional-Imprensa Nacional, 1944.

_____ Culto da saudade. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional-Imprensa Nacional, 1997. v. 29, p.32 – 34.

DISSERTAÇÃO:

GOHL, Jefferson William. *O real e o Imaginário: A Experiência da Maçonaria na Loja União III em Porto União da Vitória -1936 a 1950*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2003.

OBRAS GERAIS:

ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco Lapa, 1996.

_____ Memória, História e Coleção. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional-Imprensa Nacional, 1996. v.28, p.37 – 64.

AGULHON, Maurice. *Pénitents et francs-maçons de l'ancienne Provence: essai sur la sociabilité méridionale*. 3.ed. Paris: Fayard, 1984.

ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de. Leituras Anti-semitas: Periodismo disfarçado de Catequese 1924 – 1940). In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *O anti-semitismo nas Américas: Memória e História*. São Paulo: EDUSP-Fapesp, 2007.

ANDRADE, Athos Vieira de. *O Evangelho e a Maçonaria, uma parceria que deu certo no Brasil*. Contagem: Gráfica Líthera Maciel, 2004.

ARAÚJO, Ricardo B. de. Ronda Noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

_____. *Totalitarismo e Revolução: O integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

ARENDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo: Anti-semitismo, Instrumento de poder*. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1975.

ASLAN, Nicola. *Grande dicionário enciclopédico de Maçonaria e Simbologia*. (1ª edição) Rio de Janeiro: Editora Maçônica “A Trolha”, 1974 – 1976.

_____. *História geral da maçonaria (fastos da maçonaria brasileira)*. Rio de Janeiro: Aurora, 1979.

AZEVEDO, Célia M. M. de. Maçonaria: história e historiografia. In: *Revista USP*. São Paulo, n.32, 1996-97, p. 178-189.

BARATA, Alexandre M. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada & Independência do Brasil (1790 – 1822)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF; São Paulo: Annablume, 2006.

BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BEN-DROR, Graciela. As Elites Católicas do Brasil e sua Atitude em Relação aos Judeus (1933- 1939). In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *O anti-semitismo nas Américas: Memória e História*. São Paulo: EDUSP-Fapesp, 2007.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *Apologia da História Política*. Lisboa: Quetzal, 1999.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaina (org). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Metáforas de uma Civilização. In: --- (org). *O anti-semitismo nas Américas: Memória e História*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo- Fapesp, 2007

_____. *O Anti-Semitismo na Era Vargas: Fantasmas de uma geração (1930 – 1945)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil – o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, Nair de Moraes. As comemorações do setuagésimo aniversário do fundador do MHN. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949. v. 10, p. 263 – 331.

CASTRO, Fernando Vale. As colunas do Tempo: O Folclore no Pensamento de Gustavo. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 2003. v.35. p.197-212.

CASTRO, Maria Ivone Crisóstomo de Ornellas de Andrade. *José Agostinho de Macedo: um iluminista paradoxal*. Lisboa: Colibri história, 2001.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CEFAI, Daniel (dir.) “*Cultures politiques*”. Paris: PUF, 2001.

COLUSSI, Eliane Lúcia. *A Maçonaria Gaúcha no Século XIX*. 2.ed. Passo Fundo: Editora UPF. 2000.

_____ A maçonaria brasileira e o IHGB uma versão da Literatura anti-maçônica. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 411, p. 9-25, abr./jun, 2001.

COMBES, André. *Les trois siècles de la Franc-maçonnerie française*. 3.ed. Paris: EDIMAF, 1998.

COTTIER, Georges. Regards catholiques sur la maçonaria: l’ histoire de difficiles rapports. In: MARX, Jacques (org). *Maçonnerie Maçonneries: Conférences de la Chaire Théodore Verhaegen 1983-1989*. Bruxelles: Editions de l’ Université de Bruxelles, [1983-1989].

DUMANS, Adolpho. A idéia da criação do Museu Histórico Nacional. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional-Imprensa Nacional, 1942. v.3, p. 383 – 397.

_____ O Museu Histórico Nacional através dos seus 19 anos de existência. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional-Imprensa Nacional, 1940. v. 1, p.211- 233.

ELKIN, Noah Charles. 1922: o encontro do efêmero com a permanência. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional-Imprensa Nacional, 1997. v. 29, p.121 – 140.

ENGELS, Friedrich & MARX, Karl. *O Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Lia Silvia Peres. Gustavo Barroso e o seu Tempo. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional-Imprensa Nacional, 2003. v.35, p.183-184

FERRER BENIMELI, J. A. La franc-maçonnerie face aux dictatures : L’ obsession antimaçonnique des totalitarismes. In: MARX, Jacques (org). *Maçonnerie Maçonneries: Conférences de la Chaire Théodore Verhaegen 1983-1989*. Bruxelles: Editions de l’ Université de Bruxelles, [1983-1989].

_____ ; CAPRILE, G. & ALBERTON, V., *Maçonaria e Igreja católica. Ontem, Hoje e Amanhã*. São Paulo: Paulus, 1983.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir – História da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. Trad. Luiz Marques e Martha Gambini. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1989.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. *O Fio e os Rastros. Verdadeiro, Falso e Fictício*. Trad. Rosa Freire d' Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel et ali (org). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GONÇALVES, Leandro Pereira. Tradição e Cristianismo: O nascimento do Integralismo em Juiz de Fora. In: Giselda Brito Silva. (Org.). *Estudos do Integralismo no Brasil*. Recife: UFRPE, 2007, p. 81-95.

GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Rachel et ali (org). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

HOBBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: Europa 1789 – 1848*. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *A Era do Capital: 1848 – 1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HORTAL, Jesus. *Maçonaria e Igreja Católica: conciliáveis ou inconciliáveis?* São Paulo: Paullus, 2002. (Estudos da CNBB, 66).

IOKOI, Zilda Márcia Cricoli. *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1930-1975)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; Itajaí: Ed. UNIVALI, 2004.

KLOPPENBURG, Boaventura. *Igreja e Maçonaria, conciliação possível?* Petrópolis: Vozes, 1992

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: Eduerj - Contraponto, 1999.

KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 13, n.24, 1999.

LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos. In: PALTÍ, Elias José (org). *“Giro lingüístico” e historia intelectual*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

LASMAR, Jorge. *História do Grande Oriente de Minas Gerais e outras histórias*. Belo Horizonte: Líthera Maciel Editora Gráfica Ltda, 1999.

LESSER, Jeffrey. *Semitismo em Negociação: O Brasil e a Questão Judaica (1930 – 1945)*. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *O anti-semitismo nas Américas: Memória e História*. São Paulo: EDUSP-Fapesp, 2007.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Culto da Saudade e o Museu Histórico Nacional (1922 – 1959)*. Fortaleza: Museu do Ceará-Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

MAIO, Marco Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky. O pensamento Anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1992.

_____. O pensamento anti-semita moderno no Brasil: o caso Gustavo Barroso. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. v. 35. p. 227 - 248

MARQUES, A. H. de Oliveira. *História da Maçonaria em Portugal. Das Origens ao Triunfo*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. v.1.

MICELI, Sergio. *Poder, Sexo e Letras na Republica velha*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

MILGRAM, Avraham. O Itamaraty e os Judeus. . In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *O anti-semitismo nas Américas: Memória e História*. São Paulo: EDUSP-Fapesp, 2007.

MOREL, Marco. Sociabilidades entre Luzes e Sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 28, ano 2001/2.

MOREL, Marco & SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da Maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva-FAPESP, 2002.

NIETZSCHE, Friedrich. *Vontade de Potência*. Trad. Mario D. Ferreira Santos. São Paulo: Editora Escala, s/d.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos. Ouro Preto: a cidade sagrada. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional-Imprensa Nacional, 2003. v. 35. p.249 – 264.

REIS, Cleber José das Neves. Uma “marca barrosiana”: a primeira exposição permanente do Museu Histórico Nacional. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional-Imprensa Nacional, 2003. v.35. p.213 – 226

RÉMOND, René (org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ – FGV, 1996.

PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

RIBEIRO, Ivair Augusto. O Anti-semitismo no discurso integralista no Sertão de São Paulo: os discípulos de Barroso. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *O anti-semitismo nas Américas: Memória e História*. São Paulo: EDUSP-Fapesp, 2007.

RIOUX, Jean-Pierre. A associação em política. In: REMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Memória-cidadã: História e Patrimônio Cultural. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional-Imprensa Nacional, 1997. v. 29, p.37 – 55.

SILVA, Eliane Moura. *Maçonaria, anticlericalismo e livre pensamento no Brasil (1901-1909)*. Comunicação apresentada no XIX Simpósio Nacional de História – ANPUH. Belo Horizonte, 1997.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas & DRUMMOND, José Augusto. *A ameaça vermelha: o Plano Cohen*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

SILVA, Silvia Cortez. *O Discurso Anti-semita na Obra de Gilberto Freire*. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *O anti-semitismo nas Américas: Memória e História*. São Paulo: EDUSP-Fapesp, 2007.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ – FGV, 1996.

SIMMEL, Georg. Sociabilidade – um exemplo de Sociologia pura e formal. In: MORAIS FILHO, Evaristo de (org). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Intentona Comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado aberto, 1986.

STEVENSON, David. *As Origens da Maçonaria: o século da Escócia, 1590 – 1710*. Trad. Marcos Malvezzi Leal. São Paulo: Madras, 2005.

TERRA, João Evangelista Martins. *Maçonaria: Communio 62*. Lisboa: s.n, 1993.

TRINDADE, Helgio. *O Integralismo: O Fascismo Brasileiro na Década de 30*. São Paulo: Difel, 1979.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1928)*. Santa Maria: EDUFMS; Porto Alegre: EDUFRGS, 2001.

VOVELLE, Michel. *Jacobinos e Jacobinismo*. Trad. Viviane Ribeiro. Ver. Márcia Mansor D'Aléssio. Bauru: EDUSC, 2000.

WILLIAMS, Daryle. Sobre patronos, heróis e visitantes: o Museu Histórico Nacional 1930 – 1960. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional-Imprensa Nacional, 1997. v. 29, p. 141 – 186.

ANEXOS:

Anexo 1: Relação das publicações de Gustavo Barroso em ordem cronológica:

Terra do sol (1912)
Natureza e costumes do Norte (1912)
Praias e várzeas (1915)
Idéias e palavras (1917)
Heróis e bandidos (1917)
Os cangaceiros do Nordeste (1917)
Tradições militares (1918)
Tratado de Paz (1919)
A ronda dos séculos (1920)
Mosquita muerta (1921)
Casa de marimbondos (1921)
Ao som da viola (1921)
Mula sem cabeça (1922)
Pergaminhos (1922)
Coração da Europa (1922)
Uniformes do Exército (1922)
Antes do bolchevismo (1923)
Alma sertaneja (1923)
Mapirunga (1924)
O anel das maravilhas (1924)
Livro dos milagres (1924)
En el tiempo de los Zares (1924)
O sertão e o mundo (1924)
O ramo de oliveira (1925)
Tiçã do inferno (1926)
Através dos folclores (1927)
Almas de lama e de aço (1928)
A guerra do Lopez (1928)
A guerra do Flores (1929)
A guerra do Rosas (1929)

A guerra de Vidéo (1930)
A guerra de Artigas (1930)
O Brasil em face do Prata (1930)
Inscrições primitivas (1930)
Mythes, contes et legendes des indiens du Brésil (1930)
Aquém da Atlântida (1931)
O bracelete de safiras (1931)
A ortografia oficial (1931)
A senhora de Pangim (1932)
As Colunas do Tempo (1932)
Osório, o Centauro dos pampas (1932)
O santo do brejo (1933)
Tamandaré, o Néelson brasileiro (1933)
Mulheres de Paris (1933)
O integralismo em marcha (1933)
O integralismo e o mundo (1933)
O integralismo de norte a sul (1934)
O quarto império, integralismo (1935)
A sinagoga paulista (1935)
A palavra e o pensamento integralista (1935)
O que o integralista deve saber (1935)
Os Protocolos dos Sábios de Sião (1936)
Integralismo e catolicismo (1937)
A maçonaria: seita judaica (1937)
Judaísmo, maçonaria e comunismo (1937)
História Secreta do Brasil (1937)
Corporativismo, cristianismo e comunismo (1937)
Os civilizados (1937)
Pequeno dicionário popular brasileiro (1938)
Coração de menino (1939)
O livro dos enforcados (1939)
Liceu do Ceará (1941)
Consulado da China (1941)
O Brasil na lenda e na cartografia antiga (1941)

Portugal - Semente de impérios (1943)

Anais do Museu Histórico Nacional (1943 – 1949)

Caxias (1945)

Seca, Meca e Olivais de Santarém, descrições e viagens (1947)

Fábulas sertanejas (1948)

As sete vozes do espírito (1950)

História do Palácio Itamaraty (1953)